ATA N.º 06/2024

------ Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 27 de dezembro de 2024.----------

------ Aos 27 dias do mês de dezembro de 2024, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: ----------

------ **1 -** Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara;----------

------ **2 -** Proposta para substituição de representante da Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal da CIM Região de Coimbra;----------

------ **3 -** Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Aquisição de terreno na Peixieira;----------

------ **4** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Obras de beneficiação do edifício da antiga Escola do 1.º CEB de Ançã, atual sede da Junta de Freguesia; ----------

------ **5** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Mês da Cultura, Saúde e Desporto 2024;----------

------ **6** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / Beneficiação da antiga Escola da Taboeira;----------

------ **7** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã /Aplicação e construção para abrigo para preservar equipamento da Freguesia ao abrigo do Regulamento de Apoio às Freguesias / Retificação da deliberação da Reunião de Câmara de 18/09/2024;----------

------ **8** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Sun7Fontes;----------

------ **9** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à

Freguesia de Ourentã / Reposição das grelhas furtadas das bicas do Parque das Sete Fontes;----------

------ **10** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Aquisição de estruturas;----------

------ **11** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Alarme e Sistema de Deteção de Incêndio para o Jardim de Infância da Sanguinheira;----------

------ **12** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Obras de Construção de Passeios e Gestão de Águas Pluviais no lugar de Carreiros ao abrigo do Regulamento de Apoio às Freguesias;----

------ **13** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Passeios do lugar de Carreiros / Rua Principal;----------

------ **14** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Obras de beneficiação dos passeios na Zona Industrial da Tocha (Lotes 23, 24, 25 e 26);----------

------ **15** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Semana Cultural da Freguesia de Tocha;----------

------ **16** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Reparação de escadas públicas na Rua dos Carreirós, na Praia da Tocha;----------

------ **17** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Construção de passeios na Rua do Bracial, na Tocha;----------

------ **18** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Reparação do circuito pedonal na Praia da Tocha; ----------

------ **19** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Requalificação da antiga Escola dos Lírios;----------

------ **20** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Arranjos exteriores na envolvente da antiga Escola dos Lírios;----------

------ **21** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sepins e Bolho / Pavilhão de Sepins;----------

------ **22** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Construção no Largo da Cruz, em Corticeiro de Cima;----------

------ **23** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Requalificação do Largo da Igreja, em Vilamar;----------

------ **24** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Mostra Cultural, Gastronómica e Desportiva;----------

------ **25** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Despesas de funcionamento do Jardim de Infância do Corticeiro de Cima, de setembro 2023 a julho 2024;----------

------ **26** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Despesas de beneficiação e apetrechamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º CEB da Freguesia;----------

------ **27** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à

Freguesia de Cadima, Freguesia de Murtede, Freguesa de Ourentã e Freguesia de Sepins e Bolho / Universidade dos Tempos Livres;----------

------ **28** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídios diversos às Freguesias / Regulamento Municipal de Apoio às Freguesias do Concelho de Cantanhede;----------

------ **29** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, à Freguesia de Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã / Postos de Enfermagem / Meses de setembro a novembro 2024;----------

------ **30** - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Sanguinheira / Licenciamento de música ao vivo e Karaoke, fogueira tradicional e Licença Especial de Ruído / Fogueira de Natal;----------

------ **31** - Relação das Isenções das Taxas Municipais concedidas / 2.º semestre de 2024 pela Câmara Municipal de Cantanhede;----------

------ **32** - Apreciação, discussão e votação dos documentos previsionais para o ano de 2025 e Plano Orçamental Plurianual do Município de Cantanhede para 2025-2029;-

------ **33** - Apreciação, discussão e votação da proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o Ano de 2025;----------

------ **34** - Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração da delimitação da ARU e do PERU da Cidade de Cantanhede;----------

------ **35** - Apreciação, discussão e votação do Plano Municipal de Ação Climática de Cantanhede;----------

------ **36** - Apreciação, discussão e votação da proposta final da 3.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Cantanhede;----------

------ **37** - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Ançã / Loteamento Quinta da Sobreira: Construção de Parque Infantil;-

------ **38** - Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração dos Estatutos da INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA.;-

------ **39** - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2025 / Transportes Urbanos de Cantanhede;----------

------ **40** - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2025 / Limpeza Urbana;----------

------ **41** - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2025 / Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes;----------

------ **42** - Apreciação, discussão e votação da minuta da adenda ao contrato de delegação de competências, celebrado entre o Município de Cantanhede e o Agrupamento de Escolas Gândara-Mar;----------

------ **43** - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e os Diretores dos Agrupamentos de Escolas para 2025;----------

------ **44** - Apreciação, discussão e votação da minuta da adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Cadima / Praia Fluvial dos Olhos da Fervença;----------

------ **45** - Apreciação, discussão e votação da minuta da adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Tocha / Zona Balnear da Praia da Tocha;----------

------ **46** - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e as Freguesias do Concelho / Requalificação Urbana 2025;----------

------ **47** - Apreciação, discussão e votação da minuta do Acordo de Colaboração a celebrar com as Freguesias do Concelho para comparticipação financeira das competências próprias ao nível dos espaços verdes 2025;----------

------ **48** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Regulamento Municipal de Apoio ao Mérito Desportivo do Atleta.----------

------ Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, João Moura, conferiu com a Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, tendo informado da falta por motivo profissionais da Sr.ª Amélia Filomena de Oliveira Castilho, sendo substituída pela Sr.ª Maria Teresa de Jesus Almeida, da falta por motivos pessoais do Sr. Sérgio Bernardo Gonçalves da Silva, sendo substituído pelo Sr. Alfredo José Rodrigues Ferreira e ainda do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Cláudio Miguel Vaz Cardoso, sendo substituído pela Secretária da Junta de Freguesia, Sr.ª Gisela Maria Vaz Parreiral.----------

------ Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal. ----------

------ De seguida, foi presente a ata n.º 05/2024, da sessão da Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2024.----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção, nem qualquer pedido de alteração por parte dos presentes, colocou a Ata n.º 5/2024, de 30 de setembro de 2024, a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.----------

------ O Sr. Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 1 de outubro de 2024 a 27 de dezembro de 2024, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. ----------

------ De seguida, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que, conforme foi solicitado pela Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, há semelhança do que já aconteceu no passado, está presente na sessão o Sr. Presidente da ULS de Coimbra, o Sr. Professor Alexandre José Lourenço Carvalho. Agradeceu a sua presença, considerada pertinente pela Mesa da Assembleia, na sequência de um Protocolo recente celebrado entre a Unidade Local de Saúde e a Santa Casa da Misericórdia, tendo em vista, entre outros aspetos, a questão da consulta não programada para casos agudos, que aparentemente, já está a funcionar. Acrescentou que, apesar do relativo e curto período em que a ULS está a funcionar, trata-se de um assunto importante, na medida em que ao longo de uma série de anos se tem vindo a discutir, na Assembleia Municipal, sobre a consulta aberta. De seguida, dando as boas-vindas ao Sr. Professor Alexandre José Lourenço Carvalho, passou-lhe a palavra para que, de alguma forma, desse o seu testemunho do que tem sido a experiência com o funcionamento da ULS e com tudo o que ela comporta no Concelho.----------

------ Tomou então a palavra o Sr. Professor Alexandre Carvalho agradecendo e referindo que a sua presença é um exercício importante dos órgãos da administração pública, particularmente da saúde, com um grande impacto na população, devendo

demonstrar sempre disponibilidade para, por um lado, prestar contas do trabalho feito, e por outro responder a todas as perguntas que possam existir. Assim. deu nota que as Unidades Locais de Saúde são uma nova estrutura da Administração Pública, que iniciaram a 1 de janeiro do corrente ano, que, no seu entendimento, têm tido um enorme reflexo na qualidade da saúde das populações, sem constrangimentos claros nos serviços de saúde, mas com avanços ao longo do ano em termos de integração de cuidados e de melhoria dos acesos aos cuidados de saúde. Deu ainda nota que a Unidade Local de Saúde de Coimbra é a maior Unidade de Saúde do país, tendo chegado ao final do ano com cerca de um milhão de consultas médicas na área hospitalar, perto de um milhão e meio de consultas médicas nos cuidados de saúde primários e, pela primeira vez, foram ultrapassados os cinquenta mil doentes operados, sendo claramente a Unidade de Saúde mais destacada. Relativamente ao concelho de Cantanhede, recordou que o processo iniciou com a assinatura do Auto de Transferência, tendo de novo a oportunidade de trabalhar com a Sr.ª Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, que sempre demonstrou uma elevada exigência perante o Gabinete do Sr. Ministros da Saúde, quando, naquela altura exercia funções como Presidente do Centro Hospitalar Universitário de Coimbra, de seguida integrado e transformado na Unidade Local de Saúde de Coimbra. Recordou que, relativamente ao Auto de Transferência, as preocupações existentes nas conversas iniciais, eram de garantir o acesso a um médico de família aos munícipes de Cantanhede e também matérias relacionadas com a existência de uma consulta aberta a funcionar entre as 18h00 e as 22h00 nos dias uteis e também entre as 10h00 e as 20h00 aos fins de semana. Como o Auto de Transferência, salvo erro, foi aprovado por unanimidade pela Assembleia, referiu que o mesmo acabou por ser implementado com a abertura do Centro de Atendimento Clínico no Hospital Arcebispo João Crisóstomo. Referiu

também o reforço na contratação de médicos de família para o Município de Cantanhede, tendo sido o concelho da ULS que teve o maior número de contratação de médicos de família, garantindo a abertura e uma cobertura universal de USF-MODELO B no município, sendo que, se não fossem as licenças de parentalidade dos trabalhadores e outras matérias daquele tipo, certamente que, no momento, existiria uma cobertura total de médicos de família no concelho. Relativamente às USF-MODELO B, referiu ser uma vantagem enorme para a população, uma vez que representam um instrumento de maior retenção de médicos de família, estando atualmente o município com uma cobertura total de USF-MODELO B. Acrescentou que, recentemente, houve a oportunidade de dotar o município com 6 viaturas elétricas, 1 já entregue e as outras 5, que se encontram no Hospital dos Covões, serão também entregues. Acrescentou ainda que, quer nos cuidados de saúde primários, quer em unidade de saúde familiar, quer em unidades de cuidados na comunidade, o município fica dotado de recursos suficientes para prestar cuidados de saúde primários de qualidade, sendo que, no caso de doença aguda, os doentes conseguirão ter atendimento com os seus médicos de família, nas suas unidades de saúde familiar, conforme foi discutida no âmbito do Auto de Transferência, a importância de garantir o atendimento para doentes pouco ou não urgentes nos médicos de família. Reforçou que a consulta aguda deve ser feita em período de funcionamento das USF junto das suas unidades de saúde familiar, sendo por isso que as consultas abertas devem existir fora do horário normal de atendimento daquelas unidades, nos locais de maior proximidade dos utentes, trazendo a vantagem das unidades de saúde familiar os conhecerem. Informou, de seguida que, foi também possível ao longo do ano 2024, ao nível do Hospital Arcebispo João Crisóstomo, regularizar progressivamente os vínculos contratuais existentes, uma vez que aquele Hospital tinha várias pessoas,

dos quais muitos eram do tempo da COVID19, com contratos a termo que iam findando durante o ano, bem como um conjunto muito elevado de prestadores de serviço e que foram todos passados para contratos individuais de trabalho por tempo indeterminado. Foi ainda possível alargar a realização de exames ao fim de semana, já não sendo necessário que um munícipe de Cantanhede que esteja a ser seguido em consultas de ambulatório, por exemplo nos Hospitais de Coimbra, ir a Coimbra fazer análises clínicas ou Raio X, Radiologia Convencional ou Ecografias, podendo agora fazê-los no Arcebispo João Crisóstomo porque os médicos no Hospital Universitário de Coimbra, no Hospital Geral ou no Hospital Pediátrico, conseguem aceder àqueles exames pela integração de todos os sistemas de informação, evitando deslocações a Coimbra para o seguimento de doentes. Por outro lado, informou que, se conseguiu garantir um aumento das especialidades cirúrgicas e médicas através de recursos próprios no Hospital Arcebispo João Crisóstomo, o que representa menos doentes à espera de consultas externas naquele Hospital, comparativamente a igual período do ano passado. Deu, de seguida, nota que, foi publicitado na comunicação social local, que aquele Hospital obteve a certificação do Hospital do Idoso, sendo a unidade portuguesa mais avançada naquela matéria, o que denota os progressos atingidos por aquele Hospital. Deu ainda nota da abertura do Centro de Atendimento Clínico nos dias úteis entre as 12h e as 22h e ao fim de semanas entre as 10h e as 20 horas, com o objetivo de acompanhar a utilização daquele serviço e, se necessário, abrir mais tempo, ou mesmo, dotar mais as equipas. Informou de seguida que, uma vez que os dias 2 e 3 de janeiro são sempre dias de enorme afluxo aos serviços de doença aguda, existirão duas equipas para atendimento no Hospital Arcebispo João Crisóstomo, naqueles dois dias, permitindo realizar muito mais consultas e uma maior oferta de cuidados. Deu nota que, no dia anterior à presente sessão, o afluxo não foi

muito elevado, tendo havido 10 atendimentos no Hospital entre as 18h e as 22 horas, referenciados pela linha SNS24. No entanto, existem instruções para que qualquer doente que se dirija ao Hospital Arcebispo João Crisóstomo deva ter atendimento, independentemente de ter sido ou não referenciado pela linha SNS24. Relativamente a 2025, informou que existe o objetivo durante o primeiro trimestre de abrir uma Unidade de Avaliação e Proximidade de Oftalmologia no Hospital Arcebispo João Crisóstomo, com a dotação de técnicos específicos para aquela matéria, de equipamento de OCT e também de um retinógrafo de campo largo, o que vai permitir por um lado o rastrear retinopatia diabética, apoiar o programa de rastreio de saúde visual nas crianças, e também permitir o acompanhamento de doentes de oftalmologia em proximidade. Referiu que, desse modo, doentes com patologias mais complexa, como cataratas de glaucoma, possam ser acompanhados em proximidade, sem necessidade de ir aos Hospitais da Universidade de Coimbra. Informou ainda do desejo de abrir o Hospital de Dia daquela unidade hospitalar e de criar a Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia que vai permitir uma dotação de mais serviços de reabilitação, particularmente destinados à população idosa, bem como uma outra unidade, a Unidade de Avaliação em Audiologia e Reabilitação Estimular que tem grandes efeitos no combate às doenças neurodegenerativas. Esclareceu que, uma das maiores causas para a demência está relacionada com a perda de audição sendo o objetivo desenhar um programa de rastreio da população idosa na área da perda de audição, evidentemente referenciados pelos médicos de família, mas permitir um rastreio de audiologia para a população com mais de 65 anos ou população com indicação de perda de audição, permitindo também na população idosa a existência de reabilitação vestibular, porque todos sabem que muitas vezes essa população tem perda de equilíbrio, que serão unidades piloto para alargar a toda a ULS.

Relativamente ao Centro de Medicina Física Reabilitação Rovisco Pais, claramente a unidade mais diferenciada nacional naquela matéria e que serve toda a Região Centro, informou que, foi possível, no dia 14 de fevereiro, Dia dos Namorados, inaugurar a nova Unidade de Reabilitação Geral de Adultos com 30 camas, sendo o objetivo sair das instalações muito deficitárias, para instalações já adequadas e com elevada qualidade, e durante o primeiro trimestre de 2025 possibilitar o alargamento em mais de 30 camas naquele edifício, representando, na prática, um investimento em equipamento superior a 300.000,00€, para além da dotação de recursos humanos para acompanhar o aumento daquelas camas. Acrescentou que, durante o ano de 2024 foi possível regularizar, progressivamente, um conjunto de vínculos contratuais ou de prestações de serviços ou de contratos COVID e que se iniciou um investimento para a reabertura da piscina terapêutica com expectativa que estivesse já em funcionamento este ano, mas as obras ainda estão a ser concluídas. Houve ainda apoio à equipa de andebol adaptado, com várias atividades na instituição, em parceria com a Comissão Paraolímpica Nacional, mais recentemente, o festejo do dia do Paraolímpico no Hospital Rovisco Pais, existindo já um conjunto de atividades previstas para 2025 naquela área. Informou também que está a ser feito um trabalho com a Escola Superior de Tecnologias da Saúde do Instituto Politécnico de Coimbra e a Câmara Municipal de Cantanhede, no sentido de transformar o Hospital Rovisco Pais num Hospital Escola, na área da terapia da fala, da fisioterapia e da terapia ocupacional, começando já no mês de janeiro com uma pós-graduação, com o objetivo de ter pelo menos 600 alunos até 2030, permitindo, por um lado a formação daqueles profissionais, mas também dinamizar aquele espaço físico com instalações dedicadas ao ensino superior e reabilitar algumas infraestrutura existentes que se encontram devolutas no parque do Rovisco Pais, para residências de alunos e uma

área escolar do ensino superior, sendo uma enorme mais-valia para a Freguesia da Tocha, e evidentemente, para o município de Cantanhede. Finalizou referindo que, ao longo do ano, evidentemente com constrangimentos e algumas dificuldades, lhe parece que a aposta da constituição da Unidade Local de Saúde e dos efeitos que teve para o concelho de Cantanhede são óbvios, com melhor resposta à população e com maior proximidade. No entanto, irão continuar a trabalhar para melhorar o acesso a cuidados de saúde no concelho, em parceria com o município, havendo ainda um trabalho extenso e intenso a desenvolver durante o ano de 2025 na reabilitação das infraestruturas, particularmente dos cuidados de saúde primários, com a colaboração muito importante dos fundos do PRR para a reabilitação, quer do Centro de Saúde de Cantanhede, quer das várias extensões de saúde. Concluiu que, se por um lado já existe a USF MODELO B e unidades de cuidados na comunidade, agora é necessária aquela infraestrutura que vai claramente permitir dotar o concelho de cuidados de saúde exemplares para a Região Centro e para o país.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, agradeceu as palavras do Sr. Professor Alexandre Lourenço e, de seguida, fez uma síntese do que depreendeu das suas palavras: - Que ao longo de vários anos existiu uma enorme dificuldade em implementar, seja um Serviço de Urgência Básico, seja uma consulta aberta, ou mesmo o que se designa no momento por um Centro de Atendimento Clínico, e que, com a celebração de um Protocolo, estando a funcionar em todo o concelho USF – B, existe a possibilidade de, num primeiro momento o doente que está reportado a essa USF, no caso de uma consulta de agudo não programada poder ser atendido na própria USF, que faz imediatamente uma triagem e um eventual despiste para o encaminhamento, ou direto para o serviço de urgência, ou passagem por Cantanhede, se assim for entendido; - Não estando a USF a funcionar, ou por ser fim de semana,

ou por ser feriado, ou ser no período pós-laboral, depois das 18h00 ou das 20horas, há sempre a possibilidade de pelo menos até às 22h00, um doente numa situação aguda, poder vir ao Centro de Atendimento Clínico; - Que é um processo dinâmico, e que se for necessário, poderá reconsiderar-se o horário de funcionamento e uma dilatação do próprio horário se se justificar; - Se se conseguir ter, aquela prestação de cuidados à população num primeiro momento, questionou se este Centro de Atendimento Clínico vem servir as populações do concelho de Cantanhede e de Mira prioritariamente, e obviamente os concelhos limítrofes, não fechando a porta a quem tiver essa necessidade, tal como acontecia quando existia as urgências ou a Consulta Aberta a funcionar, sendo também muito importante saber se qualquer pessoa do concelho que se dirija ao CAC é atendido ali, e não enviado para Montemor, para Coimbra, para a Figueira ou outro sítio, deixando assim os cuidados de proximidade de funcionar.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual, após cumprimentar todos os presentes, agradeceu a presença do Sr. Presidente da ULS de Coimbra, Professor Alexandre Lourenço. Relativamente ao tema da saúde, referiu que o modelo inaugurado recentemente não serve os interesses da população de Cantanhede e limítrofes, nem vem ao encontro do que foi acordado por unanimidade pelos três Partidos presentes na sessão da Assembleia Municipal ocorrida no Hospital Rovisco Pais, na qual o Sr. Presidente da Assembleia referiu que, ou se teria um serviço idêntico ao que já existiu, ou então não valeria a pena. Acrescentou que, o acordo agora implementado não passa de um remendo que permite ganhar apenas duas horas relativamente ao que vigorava, pois soube através das redes sociais que algumas pessoas terão ligado e não conseguiram ser atendidas. Considerou assim que, deveriam, mais uma vez, canalizar as sinergias para a implementação do serviço

de consulta aberta ou de agudos não programada, recordando que o Partido Chega continuará a colaborar e a insistir sobre o tema na Assembleia da República, através dos seus Deputados eleitos pelo distrito de Coimbra. ----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual, após cumprimentar todos os presentes, e em especial o Sr. Presidente da ULS de Coimbra, Professor Alexandre Lourenço, colocou as seguintes questões: Prevê-se a transferência de algum pessoal do Hospital João Crisóstomo de Cantanhede para Coimbra, ou o encerramento de alguns serviços de apoio à gestão? A produção assistencial ao nível das cirurgias e consultas externas estão a decorrer segundo a normalidade? Como está a decorrer a referenciação da Linha Saúde 24?----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Carlos Ventura, o qual, após cumprimentar todos os presentes, particularmente o Sr. Presidente da ULS de Coimbra, Professor Alexandre Lourenço, considerou que tudo o que foi dito é uma mais-valia para o concelho de Cantanhede. Recordou, no entanto, que, a Freguesia de Ourentã, não é contemplada por nenhuma extensão de saúde, mas tem um Posto de Enfermagem que é de grande importância, que funcionou muito bem ao longo dos anos através de um Protocolo tripartido celebrado entre a ARS, a Câmara e as Juntas de Freguesia. Frisou que, em determinada altura, a ARS negou-se a assiná-lo e a própria Junta teve de comprar alguns consumíveis, porque a ARS não os dava e a Junta não ia quebrar o serviço à população. Acrescentou ter uma população muito envelhecida, mas que apesar de não estarem muito afastados de Cantanhede, muitas vezes não tem transporte porque os transportes públicos são a escassas horas, em horários para alunos e não para pessoas de idade ou que trabalham no campo, daí que essa valência do serviço de proximidade, para pequenos pensos, injetáveis, controle de tensão arterial, diabetes, e etc..., é essencial na freguesia. Acrescentou

ainda que os Presidentes das Juntas de Freguesia, já têm falado uns com os outros, pois não querem que encerrem, estando disponíveis para tudo fazer para manter o serviço, inclusive já tendo falado dos serviços de informática ligados aos Serviços Centrais, pelo que gostaria que falasse sobre este tema.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual, após cumprimentar todos os presentes, bem como o Sr. Presidente da ULS de Coimbra, Professor Alexandre Lourenço, constatou que, desde o encerramento das urgências em 2007, o Município tem defendido a população de Cantanhede, tendo procurado sempre encontrar uma solução. No entanto, poder-se-ia discutir se a encontrada é a que se procurava, ou não. Nesse sentido, acrescentou que tudo o que seja para além duma situação que já estava encerrada, é de congratular pois chegou-se a uma solução de compromisso. Referiu de seguida, que o Centro de Atendimento Clínico é de facto uma resposta de proximidade no âmbito do SNS, no reforço de atendimento a doentes agudos para a população de Cantanhede e Mira, conforme foi dito pelo Senhor Presidente da ULS no dia em que o inaugurou, e com acesso a meios de diagnóstico que, assim, estão a ser bem utilizados. Relativamente às dúvidas sobre a adesão que ia ter aquele serviço, pelo facto de saber que vai haver mais médicos no dia 2 e 3, não há dúvidas que diminui a necessidade que a população de Cantanhede sentia. Questionou, de seguida, se realmente a linha SNS24, está a enviar para o Centro de Atendimento Clínico, pessoas de fora dos concelhos de Cantanhede e de Mira, porque se o intuito seria desanuviar as urgências, caso isso aconteça, a população de Cantanhede pode continuar a não ter resposta, por existirem excesso de marcações.----------

------ Interveio, de novo, o Sr. Professor Alexandre Lourenço, agradecendo as questões colocadas e passando a responder: - Relativamente à transferência de

pessoal, que não irá acontecer, podendo existir, porventura, alguma pessoa que, 1 ou 2 dias por semana, tenha de ir a Coimbra nas áreas de serviços de apoio, existindo sim um reforço do pessoal contratado, de valorização das relações contratuais que existiam de profissionais no Hospital Arcebispo João Crisóstomo e também no Hospital Rovisco Pais, como também dos serviços de apoio à gestão. Acrescentou que irão manter pessoas em proximidade para permitir também um trabalho mais direto com os profissionais, embora haja matérias que podem ser tratadas remotamente, devendo ser disponibilizados aos profissionais as tecnologias necessárias; - Relativamente aos serviços clínicos, informou estarem a alargar o leque de especialidades e de cirurgias no Hospital Arcebispo João Crisóstomo, e têm como objetivo dotar de recursos próprios aquele Hospital e, depois, se for necessário fazer a contratação de serviços externos, não limitando o acesso; - Informou que, a resposta que existia estava a gerar mais de 1000 doentes em lista de espera, encontrando-se agora essa lista a diminuir; - Relativamente à linha SNS24, pelo alargamento da mesma deve ter sido notório alguns constrangimentos nos tempos de atendimento, no entanto, independentemente de poderem ligar para aquela linha, foram dadas instruções aos serviços de atender os doentes que podem ser admitidos no CAC diretamente, porque não pode existir uma limitação de acesso por dificuldades e responsabilidade do Serviço Nacional de Saúde; - Informou não ter havido nenhum dia que tenha excedido o número de vagas existentes para atendimento; - Que houve uma reconfiguração grande dos serviços de urgência no país, sendo que o serviço de urgência mais diferenciado está localizado em dois sítios, nos Hospitais da Universidade de Coimbra e no Hospital Pediátrico, nos quais o acesso ao serviço de urgência é feito por via do INEM ou do SNS24; - Que, não se está a limitar, no momento, ao contrário de outros serviços de urgência, o acesso a pessoas que vêm

pelos próprios meios, sendo, no entanto, sempre convidadas a utilizar o SNS24; - Que, a determinada altura, quando tudo estiver regularizado e se considerar que estão criadas todas as condições ou os requisitos que sejam considerados válidos para estabelecer o INEM ou o SNS24, assim será; - Que começaram a implementar o programa "LIGUE ANTES, SALVE VIDAS," no dia 4 de novembro, trabalhando com os médicos de família para garantir que existiam vagas para o SNS24, bem como nos serviços de urgência, que um pouco por todo o país, estão a ser feitos mediante aqueles dois mecanismos, ou seja, qualquer modelo de abertura total para consulta aguda terminou no país, não sendo diferente no município de Cantanhede; - Que nos dois serviços de urgência mais diferenciados que existem no país e no serviço de urgência que tem mais atendimentos no país, foram mais de 117 episódios de urgência todos eles via SNS24; - Que a única que não está a ser mediada via SNS24 é a SUB em Arganil que só vai estar a partir do dia 15 de janeiro porque o modelo de triagem ainda vai ser implementado; - Que todos os acessos ao serviços de urgência são mediados pelo SNS24, permitindo muito mais comodidade na utilização do serviço, porque se uma pessoa for aos Hospitais da Universidade de Coimbra e que tenha sido classificado como pouco urgente, ou não urgente, terá de esperar por ver um médico mais de 6 horas, mas qualquer pessoa que tenha ligado para o SNS24, consegue um agendamento no seu Centro de Saúde ou ligado ao mesmo, pelo menos em 60% dos casos no dia ou no dia seguinte; - Também que, quem ligar para o CAC em Cantanhede ou quem fez o agendamento, consegue uma consulta, ficando a saber o dia, à hora precisa e onde tem o atendimento, sendo uma enorme mais-valia face a um serviço de urgência comum, como ir ao serviço de urgência em Coimbra; - Que garante um atendimento a uma hora específica, com um médico de família no Centro de Atendimento e com acesso a análises clínicas, a eletrocardiograma e

radiologia convencional, sem estar 6 horas à espera de ver um médico, pós triagem; - Que tiveram este tempo dilatado porque no maior serviço de urgência do país, mais uma vez, receberam 900 doentes, sendo e a prioridade dada a doentes urgentes ou muito urgentes e todos os outros ficam à espera; - Que o atendimento existente hoje em Cantanhede é um atendimento qualificado, seja nos médicos de família ou no Centro de Atendimento Clínico, tendo feito no dia anterior à presente sessão, 10 atendimentos, existindo 16 vagas por dia útil: - Que, à partida, nos dias 2 e 3, para fazer face a uma expectativa de sobre procura de serviços, de doença aguda, existirão duas equipas no Centro de Atendimento Clínico; - Que, existindo uma procura acima do esperado, irão sempre ajustar o nível de serviço existente, pelo que, se não chegar estar aberto até às 22h00, o horário poderá ser alargado até às 24h, acontecendo o mesmo no fim de semana; - Se o número de vagas não for suficiente, a equipa ou o horário de funcionamento serão alargados, acreditando-se que essa flexibilidade é uma resposta de qualidade à população; - Em casos verdadeiramente urgentes, há o melhor serviço de urgência do país, os Hospitais Universidade de Coimbra, como via verde coronária, via verde AVC, onde se encontra o único serviço de neurorradiologia do país que está aberto 24 horas e, nesses casos, a população de Cantanhede está a cerca de meia hora de distância, pelo INEM ou indo ao CAC para ser avaliado e enviado imediatamente para Coimbra, sendo uma resposta muito mais qualificada do que qualquer outra; - Que em termos de serviços de saúde, se deve observar e verificar os problemas existentes; - Relativamente ao problema das referenciações que existem no SNS24, é evidente que a progressão da linha SNS24 abrangeu muito mais áreas no país e há problemas de referenciação, pelo que a Senhora Ministra ainda no dia anterior anunciou a existência de uma auditoria ao SNS24 para perceber se existem referenciações que estão a ser mal feitas; - Que, desde o dia 4 até à

presente data, foram realizadas perto de 2000 consultas nos cuidados de saúde primários, representando menos de 100 episódios por dia nos serviços de urgência dos Hospitais da Universidade de Coimbra pelo que o programa do SNS24 tem estado a funcionar e tem permitido melhorar muito os tempos de acesso a pessoas realmente urgentes, permitindo também, 2000 consultas que foram feitas pelos médicos de família, a uma hora específica agendada, ao invés de irem para um serviço de urgência onde esperam várias horas.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu, de novo, a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual esclareceu ter questionado, relativamente ao CAC, se está assumido que estão a ser atendidas lá pessoas de fora do concelho de Cantanhede e de Mira, e se for o caso, havendo necessidade, poderá existir uma extensão de horários.----------

------ Respondeu o Sr. Professor Alexandre Lourenço, que no CAC em Mira e em Cantanhede poderá acontecer, porque esporadicamente poderão passar em Cantanhede e sendo necessário, serão atendidas no CAC em Cantanhede. Acrescentou que, o SNS24 está a agendar pessoas de concelhos limítrofes, mas também existe um CAC em Anadia, salvo erro, na Santa Casa da Misericórdia de Anadia, e caso as vagas estejam totalmente preenchidas, podem ser intervencionados doentes. Referiu ainda que estão a monitorizar, não se tendo verificado um dia em que todas as vagas ficaram preenchidas no CAC de Cantanhede, no entanto, conforme já referiu, sabendo que nos dias 2 e 3 de janeiro existirá uma sobre procura estarão duas equipas para garantir 32 vagas, em vez das 16 existentes.----------

------ Referiu ainda o Sr. Rogério Marques ser importante garantir que a população de Cantanhede e Mira tenham sempre acesso ao CAC e que as restantes pessoas que passem no concelho ou que queiram vir ao CAC são sempre bem vindas.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra ao Sr. José Malta, o qual, após cumprimentar todos os presentes, agradeceu a presença do Senhor Presidente do Conselho de administração da ULS, e solicitou um esclarecimento em relação a uma situação referida. Referiu pensar pessoalmente, tal como a generalidade da população de Cantanhede e em geral de Portugal, ser indiferente ao nome dado ao serviço, quer seja Centro de Atendimento Clínico, Hospital Amigo dos Idosos, etc.., ou quem presta o serviço, se público ou privado, desde que o serviço seja bem prestado. Pareceu-lhe, pela descrição feita, que poderá não ser o que eventualmente se almeja e o que o próprio Presidente da Assembleia, João Moura, sempre defendeu de forma acérrima, mas parece-lhe, pelo que foi descrito. que se está no mínimo um pouco melhor do que se estava, mas ainda haverá mais a fazer com certeza. Assim, questionou, especificamente em relação ao Centro de Atendimento Clínico, uma situação que tem sido falada, e que preocupa o cidadão/contribuinte em geral, e que é importante esclarecer, nomeadamente, no que foi descrito no âmbito do SNS, porque sendo o próprio Centro de Atendimento Clínico também no âmbito do SNS, gostaria de saber porque se recorreu a um parceiro do setor social, a Santa Casa da Misericórdia e não se recorreu ao SNS, como se tem feito e em que medida é que o recurso àquele parceiro é uma mais-valia para o serviço. ----------

------ Respondeu o Sr. Prof. Alexandre Lourenço ser uma mais-valia, porque foi a forma de se garantir o serviço, acreditando que para a população é um pouco indiferente. Deu, de seguida, nota que os médicos que estão a trabalhar no Centro de Atendimento Clínico são todos médicos, trabalhadores da ULS e são todos do concelho, o que é importante para a população que, facilmente, percebe quando utiliza o serviço, que conhece as pessoas que lá estão a trabalhar. Acrescentou que, o que interessa realmente é que a população de Cantanhede tenha acesso a um serviço de

qualidade, o que está a ser garantido. Relativamente ao acordo com a Santa Casa de Misericórdia referiu não ser novidade porque já existiram vários acordos de cooperação anteriores em funcionamento, com a Santa Casa de Misericórdia da Mealhada, com a Fundação Aurélio Diniz em Oliveira do Hospital e com a Fundação Nossa Senhora da Guia, como sendo uma extensão do Serviço Nacional de Saúde. Concluiu que, em Cantanhede, foi pensado para criar flexibilidade e tem permitido oferecer um serviço de qualidade com flexibilidade e com recursos que a população reconhece. Relativamente aos Postos de Enfermagem, informou que iriam ser avaliados em conjunto com a Câmara Municipal, e talvez com as Freguesias, para perceber qual é a realidade, num contexto, em que cada vez mais a aposta tem sido de oferecer serviços na comunidade, através dos cuidados de proximidade e pelas USF, e tentar perceber se algum tipo de serviços pode ser, na prática, prestado por uma daquelas unidades. No entanto, referiu que, se for necessário manter os Postos de enfermagem, serão mantidos, apesar da grande aposta estar na prestação de cuidados no domicílio, em vez de existirem aquele tipo de Postos avançados.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, encerrando o assunto, agradeceu em nome da Assembleia Municipal a presença e a disponibilidade do Sr. Presidente da ULS, desejar-lhe simultaneamente os maiores sucessos profissionais como Presidente da ULS no ano 2025, com reflexo no concelho de Cantanhede, e de seguida, deu início ao período Antes da Ordem do Dia.----------

------ Deu, de seguida a palavra ao Sr. Primeiro Secretário da Mesa, José Maia Gomes, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, enquanto membro da Assembleia, e também, enquanto Presidente da Direção da IPSS - Progresso e Vida da Tocha, agradeceu fortemente à Sr.ª Presidente e ao Executivo Municipal pelo apoio concedido para a realização da obra de ampliação e requalificação do lar do

Progresso e Vida da Tocha, inaugurada no passado dia 13 de dezembro com a presença do Secretário de Estado da Segurança Social, Dr. Jorge Campino, da Presidente da Câmara Dr.ª Helena Teodósio, do Presidente dos Compartes da Praia da Tocha, Eng.º Manuel Moço, ele próprio enquanto Presidente da Direção da Progresso e Vida e do Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, José Manuel Cruz. Agradeço ainda a presença de todos os Vereadores da Câmara Municipal, do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, de alguns Membros da Assembleia e de muitos convidados das autarquias locais, entidades públicas, forças de segurança, da empresa construtora, de parceiros empresariais e associativos da instituição, dos sócios, dos funcionários, e da comunicação social. Informou que, antes da cerimónia de inauguração, houve uma homenagem aos sócios fundadores e ao primeiro Presidente da Direção, Eng.º José Giraldo e que o valor da obra no total ascendeu a 803.000,00€, tendo sido financiada em 30% pela Câmara, pelos Compartes e pela Progresso e Vida e em 10% pela Junta de Freguesia. Acrescentou que o apoio da Câmara Municipal foi muito para além da verba disponibilizada, pois apoiou também com a elaboração do projeto de arquitetura, com o apoio na realização do Concurso Público e com a fiscalização e acompanhamento técnico da sua execução. Deixou assim, na pessoa da Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, uma nota de gratidão, bem como à Arquiteta Margarida Santos, ao Dr. José Negrão, à Dr.ª Catarina Façanha, à Eng.ª Anabela Lourenço e à sua equipa, ao Eng.º Luís Ribeiro, ao Eng.º Licínio Cruz e à Eng.ª Carolina. Acrescentou que a conclusão daquela obra representa um marco significativo para a comunidade que dela vai beneficiar, sendo um empreendimento social que reflete um compromisso conjunto em melhorar a qualidade de vida dos idosos e dos seus cuidadores, proporcionando um ambiente mais seguro, confortável e acolhedor. Acrescentou ainda que a colaboração entre as

entidades que financiaram a obra, sublinha a importância da união e da solidariedade em prol do bem comum, dando um muito obrigado a todos os que ajudaram na sua concretização. De seguida, recordou que, na última Assembleia Municipal ocorrida no dia 30 de setembro, foi deliberado um assunto relacionado com a Estrada ER335 - 3ª fase, que liga a Estrada Nacional 109 à Zona Industrial da Tocha, tendo foi aprovada a proposta da Câmara de alteração do novo traçado, bem como o reconhecimento do interesse Público Municipal da realização daquela obra, com os devidos esclarecimentos do ponto de situação do projeto, prestados pela Sr.ª Presidente da Câmara, pelos técnicos, pelo Sr. Serafim Pires, Diretor do Departamento de Urbanismo e pelo Paulo Marques, Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental. Tendo tido conhecimento de ter havido divergência entre algumas entidades como a APA, o ICNF, a CCDR e o Município sobre o traçado e, tendo em conta, que houve uma conferência decisória no dia 19 de dezembro sobre o assunto, solicitou que a Sr.ª Presidente da Câmara informasse sobre as conclusões da mesma e sobre o passo seguinte. Recordando, de seguida que no ponto n.º 31 da última Assembleia foi aprovada a abertura do procedimento através de hasta pública para a concessão da exploração do Bar Restaurante e Apoio de Praia Completo da Praia da Tocha, setor Norte, solicitou o ponto de situação do mesmo, nomeadamente, se houve concorrentes e se estará pronto em finais de maio de 2025, conforme previsto no caderno de encargos. Felicitou, de seguida a Sr.ª Presidente e o Executivo pela abertura do concurso para as obras de requalificação do Agrupamento de Escolas Gândara – Mar e também a abertura de concursos para as obras de ampliação/requalificação da Escola Básica e Jardim de Infância daquele Agrupamento cujos processos foram explicados pelo Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso, na última Assembleia. Felicitou também a Sr.ª Presidente e o Executivo pela recente aprovação

do projeto de requalificação da Avenida Marginal da Praia da Tocha, previsto no Orçamento Participativo do ano de 2022, e questionou sobre a previsão do seu lançamento a concurso para a execução da obra. Abordou, de seguida, um outro assunto relacionado com a Pista de Ciclismo existente ao longo da estrada da Praia sugerindo que, uma vez que está a ser intervencionada devido à colocação subterrânea de cabos elétricos, seria uma ótima oportunidade para proceder ao seu alargamento e criar uma Pista para bicicletas e outra paralela para a atividade pedonal com um pequeno espaço de separação entre ambas, tendo em conta o facto de se situar numa zona de eleição para aquelas práticas desportivas e a sua grande procura e aumentaria a segurança dos praticantes daquelas modalidades. Relativamente à criação do Pólo Universitário junto do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro – Rovisco Pais, para licenciaturas e mestrados, ministrados pela Escola Superior de Tecnologias da Saúde de Coimbra, nomeadamente, Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Terapia da Fala, recordou ter sido um assunto abordado informalmente e em conversa de circunstância com o Prof. Jorge Conde, Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra durante a inauguração do "Cantanhede Creative School" em novembro de 2023, que pareceu ter ficado recetivo e mesmo entusiasmado com a ideia. Por isso e depois de ouvir o Professor Dr. Alexandre Lourenço, solicitou mais pormenores, se há diligências naquele sentido e qual o ponto de situação. Finalmente, depois de ouvir o Professor Dr. Alexandre Lourenço sobre o recém-criado Centro de Atendimento Clínico do Hospital Arcebispo João Crisóstomo pela ULS de Coimbra, cujo acordo de cooperação foi assinado no passado domingo pela Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede, e apesar de estar em funcionamento há poucos dias, questionou se a Sr.ª Presidente considera que aquela solução vai ao encontro das necessidades de atendimento local dos munícipes do concelho. Afirmou ter ficado

bastante satisfeito com o que se prevê, em termos estratégicos para a saúde, da ULS do distrito de Coimbra e do concelho, contudo, fica a pensar que uma coisa é o pensamento estratégico com o qual concorda, mas depois em termos de pormenor, que pelo menos na fase inicial, existirão alguns constrangimentos que devem ser compreendidos e esperar que as coisas estejam melhor do que estavam. ----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, de seguida, a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que, antes de mais, desejou que todos os presentes e família tenham tido um bom Natal e ainda que tenham um excelente 2025. Passou de seguia a abordar e a responder aos assuntos e às questões colocadas: - Relativamente à abertura das novas instalações da Progresso e Vida, saudou pelo esforço o seu Presidente, pelas parcerias que foram estabelecidas, pela importância de ter tido um elemento do Governo naquele momento, pois acredita ter sido mais um reforço importante para a excelente rede solidária do concelho, que de acordo com a conversa que teve com o Senhor Secretário de Estado, por vezes acaba por ser negativa para as próprias instituições porque o Concelho tem uma cobertura solidária acima da média nacional, e quando se trata de candidaturas, fica sempre abaixo em termos de pontuação, porque se já tem uma boa cobertura, há que dar prioridade a outros municípios que não têm esta mesma cobertura. Afirmou acreditar que o trabalho feito na Progresso e Vida vai ainda melhorar, uma vez que aquelas instalações permitem um aumento de utentes e a criação de emprego; - Que relativamente à questão colocada sobre a estrada ER335, falada na última sessão, gostaria que fosse informada, não só pelo Diretor do Departamento de Urbanismo, Serafim Pires, como também pelo Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques, que têm acompanhado o assunto desde o início. Contudo, afirmou todos saberem o que tem acontecido com a questão

daquela estrada, pois já foi dito e redito na própria Assembleia, que é um processo que tem mais de 30 anos, que tinha um determinado traçado, mas com a alteração que se verificou na Tocha e na Praia, com o alargamento da Zona Industrial, a criação do Parque Desportivo e o Parque de Merendas, entendeu-se fazer a alteração daquele traçado. Referiu que o projeto está pronto, que já existe o levantamento dos proprietários e que foi necessária a aprovação daquela alteração do traçado pelos Compartes, ICNF, CCDR e da APA. Referiu ainda que, quando for analisado o PDM, poderão constatar que a alteração do traçado proposto pelo Município de Cantanhede está aprovada por todas as entidades. Acrescentou que, aquando da fase de análise mais detalhada fora do PDM, duas entidades concordaram, nomeadamente, a CCDR e o ICNF, mas a APA não concordou por causa de uma vala. Informou que também o Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso, que detém a área poderá acrescentar algo mais, mas que a parte técnica também é importante ser ouvida. Solicitou, de seguida que, depois de se ouvir, a explicação técnica, que, apesar de não estar na agenda de trabalhos, e porque pessoalmente, não vai ficar quieta com a situação, gostaria de ter o apoio da Assembleia para expor uma posição conjunta, já preparada, ao Ministério da Coesão e ao Ministério das Infraestruturas, manifestando que a situação é inqualificável , pois o PDM está aprovado com um determinado traçado, e de seguida após reuniões particulares com base na questão daquele mesmo traçado, duas entidades estavam a favor e uma contra, o que deixava validar aquela mesma passagem, e depois, na última reunião e como a APA estava contra, as duas que estavam a favor viraram e ficaram todas contra. Considerou, assim, que devem ter uma posição de força, para não voltar ao anterior traçado, fazendo uma rotunda junto ao antigo campo, e uns metros depois, outra rotunda de acesso à Zona Industrial, porque se a questão do ambiente tem a ver com as preocupações da vala também

existe a parte da segurança rodoviária e da acessibilidade àqueles sítios.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra ao Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso, o qual, deu as seguintes notas: - Reforçou as palavras da Sr.ª Presidente, informando que, depois daquela reunião, já foi manifestado a todas aquelas entidades, que não concordam com aquela decisão e que tudo vão fazer para reverter aquele processo em tempo útil. Assim, reforçou ser da maior importância o reforço por parte da Assembleia, tanto mais, que a 3.ª alteração do PDM que irá ser aprovada a seguir, tem todos os pareceres e a concordância com aquele traçado. Informou que, tecnicamente, de seguida será mostrado que se trata apenas da alteração da delimitação da REN para a implantação do troço da 3.ª fase da ER335-1 que liga a EN109 à Zona Industrial. Lamentou que, numa 1.ª fase das conferências procedimentais, foi devidamente apresentado por parte do município, apenas a exclusão daquele bocadinho da REN, nunca estando em causa propor alternativa ao traçado, uma vez que se encontrava perfeitamente estabilizado e incluído no modelo de desenvolvimento territorial que está previsto na 3.ª alteração à 1.ª revisão do PDM, e nesse momento a CCDR emitiu o seguinte parecer *"em sede da conferência procedimental, no pressuposto relativamente às áreas já com pedido de exclusão da REN, cumpre os critérios de demonstração da excecionalidade da alteração, resultante da natureza e importância da via regional a executar para o sistema de mobilidade e transportes no concelho, e pela Declaração de Interesse Público Municipal demonstrado, bem como a inexistência de alternativas à sua localização e área não abrangida por REN e ainda a necessidade de garantir a salvaguarda da preservação dos valores e funções naturais, fundamentais para adoção de medidas ambientalmente sustentáveis, capazes de amenizar o impacto sobre sistemas biofísicos e de afetação da capacidade de infiltração, proteção e recarga dos aquíferos*

em presença, e que relativamente ao cumprimento das normas legais e regulamentares, se atesta que apresente proposta de alteração da REN, está em conformidade com o PDM de Cantanhede", demonstrando que a própria CCDR reconhece que estava tudo muito bem, mas a APA continua a dizer que não. Acrescentou que o ICNF, em devida altura, colocou as questões que tinha de colocar e foram efetuadas todas as alterações em tempo útil para que pudesse ser aprovado, sabendo que bastava haver uma maioria para aprovar aquelas alterações, mas o parecer inicial da CCDR agora dependente da APA que não aprova, e nunca votaria contrariamente. Referiu ainda que sabendo muito bem que cada parecer tem em conta a especificidade e competência de cada uma das áreas que são analisadas e sabendo que tem que se ter em conta o controlo da legalidade, da formalidade e da materialidade, a fundamentação e a argumentação apresentada, a ponderação de interesses mediante determinada realidade justifica a conferência procedimental, estando em causa a incapacidade que as instituições têm de sair da sua realidade, para ponderar um conjunto de interesses e perceber que a tomada de posições, não colhe da parte do Município qualquer possibilidade de concordância, quando por maioria, havia consenso relativamente ao processo. Reforçou que o Município irá manifestar claramente que não vai ficar parado e recorrerá a todos os meios que tiver ao seu alcance, sempre fundamentados e com todos os pareceres técnicos que justificam claramente ser o único traçado que está em causa e até foi justificada a impossibilidade de outros traçados, sendo este aquele que responde melhor, ponderando todo um conjunto de fatores que estão em causa.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra ao Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo, Serafim Pires, o qual, após cumprimentar todos os presentes, referiu que a explicação do Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso já foi muito

técnica e que o Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, Sr. Paulo Marques elucidará melhor a questão que, no fundo, se resume ao atravessamento de uma vala ou não.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu então a palavra ao Sr. Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques, o qual, após cumprimentar todos os presentes, com o auxílio de uma projeção informou que o traçado amarelo era o antigo e o vermelho é o pretendido, constando da proposta do PDM que está para aprovar na presente sessão. Acrescentou que, pelo facto de o traçado estar numa proposta que vai ser aprovada e que já tem pareceres das entidades, estavam a trabalhar de forma segura sobre o mesmo, porque já tinha sido visto pelas entidades, no âmbito do PDM, que tem parecer favorável. Acrescentou ainda que, quando se propõe a desafetação da REN ou a exclusão da REN, deve ser pelo limite estritamente necessário e que só tendo o projeto é que se consegue realmente ir ao pormenor e dizer quantos metros quadrados se pretende da REN. Assim, perante aquela situação houve a conferência procedimental, da qual foram obtidos dois pareceres favoráveis, o do ICNF com o qual se está a negociar a desafetação do regime florestal e o da CCDR, mas à exclusão que se pediu à REN, a APA deu parecer desfavorável, por causa do atravessamento no troço final da linha de água, denominada Vala da Levadia. Acrescentou que, a CCDR obrigou a uma reunião de concertação com a APA, para se tentar conciliar as posições, mas a APA não voltou atrás na decisão, porque não pretende que o traçado atravesse a linha de água. Acrescentou que, conforme foi solicitado, foram feitos vários traçados no sentido de justificar e fundamentar, que o traçado que se estava a propor era o melhor, tendo também avaliado o aspeto ambiental, o aspeto financeiro, para cada um daqueles possíveis traçados, e também a questão da Segurança Rodoviária, porque não há

dúvidas que o traçado proposto é a melhor solução e para o qual foi pedida a desafetação da REN. Acrescentou ainda que, naquela mesma reunião com a APA, aquela entidade referiu estar perfeitamente confortável com o parecer desfavorável que estava a dar, porque já tinha conhecimento que a CCDR dava parecer favorável tal como o ICNF, e com o parecer favorável do município, seriam três contra um, e o que o Regime Jurídico da REN diz no seu artigo n.º 11, é que na conferência decisória a tomada de decisão é por maioria simples, pelo que foram para a conferência decisória confiantes que iriam trazer o parecer favorável final para a exclusão da REN para o traçado projetado e tal não aconteceu, porque a APA alterou o seu parecer, dizendo que não podia votar diferente porque se estava a falar de águas e de áreas de infiltração máxima e que os leitos dos cursos de água são geridos em parceria com a APA. Assim, como a APA deu parecer desfavorável, também a CCDR e o ICNF deram pareceres desfavoráveis. Referiu, de seguida que, apesar desse procedimento não estar escrito no regime jurídico da REN, alegaram ser um procedimento interno concertado entre eles. Referiu ainda que, o Município não tem de saber quais os procedimentos internos entre aquelas entidades, mas sim cingir-se ao regime jurídico publicado em Diário da República, tendo o parecer desfavorável final sido uma grande surpresa pelo facto da CCDR ter voltado atrás, perdendo a votação e trazendo um parecer desfavorável. Finalizou referindo que o procedimento seguinte, caso seja entendido, é manter-se firmes com o traçado proposto e levar o processo para a Comissão Nacional do Território, para tentar obter nessa mesma Comissão, o parecer favorável que se pretende para levar avante o projeto.----------

------ Voltou a intervir o Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso, referiu que, para além deste caminho, há outro que pode ser tomado, tornando evidente as incongruências que tem havido e, pelo facto da APA ter sido questionada pelo Município, sobre qual

a razão do ponto de vista técnico, consideravam que o atravessamento da linha de água era uma ação com perdas ambientais significativas, tendo-se, desde logo, o município prontificado a manifestar disponibilidade para introduzir na solução de atravessamento da linha de água, formas de mitigação de impacto da hidro morfologia fluvial do ecossistema, na medida em que se justificasse. Acrescentou ter havido uma conferência procedimental anterior por causa do POC, onde muita coisa foi chumbada, como o Plano da Praia da Praia da Tocha, e onde houve o mesmo processo, tendo sido demonstrado às entidades, que quando não estão em causa perdas ambientais significativas, é possível mitigar/encontrar para ponderação de interesses, soluções, o que aconteceu, não se percebendo a irredutibilidade da APA, e muito menos a mudança, independentemente de tudo, tendo que haver confronto, porque claramente revela uma atitude inconcebível.----------

------ Voltou a intervir o Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo, Serafim Pires, esclarecendo que apesar de já ter ficado patente, clarificou tratar-se de uma exclusão de REN, porque a área está sujeita à REN, sendo um contrassenso, porque estando previsto numa proposta de PDM que, ao ser aprovada na presente sessão, só faltará ser publicada para entrar em vigor, para ser eficaz, não se percebe o sentido de uma exclusão de REN numa proposta de PDM, já teve um parecer favorável de quem agora está a exigir uma exclusão da REN, porque aquelas entidades entendem que uma coisa não invalida a outra.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual, referindo que o assunto é um bocado complexo, por serem muitas entidades envolvidas e muitos interesses, questionou se a Câmara optou pelo novo traçado, deixando de lado a proposta inicial, por questões de segurança e por causa de ter duas rotundas. Justificou a sua questão por considerar que se deveria optar pela

solução que fosse mais rápida, porque entrando em conflito com as instituições, isso não levará a lado nenhum, com claros prejuízos para a Zona Industrial da Tocha e para a população que vai usar aquela via. Concluiu que, se o traçado inicial que estava previsto for mais célere, e novo causar transtornos, deveriam optar por aquele que fosse mais rápido para se poupar tempo.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, deu de novo, a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual esclareceu que, o primeiro traçado foi efetuado noutro contexto, pois não havia o desenvolvimento da Zona Industrial, nem o Parque Desportivo, não se tratando apenas da questão da segurança, mas da lógica daquele acesso. Referiu que devem ter responsabilidade pelos traçados e pelas obras que fazem, e não se tratar apenas da questão da vala, porque as questões ambientais são de cautelar, mas da incongruência e do autoritarismo de algumas entidades que são inconcebíveis. Recordou que aprovaram um PDM e depois, noutro contexto, já não aprovam, e mais. aquela que tinha aprovado deixa de aprovar, não se podendo estar a brincar com coisas sérias, porque é um traçado fundamental de acesso à EN109, de acesso a uma autoestrada, que desde o princípio, pareceu o traçado lógico para o que existe entre a Tocha e a Praia da Tocha. No entanto, se realmente se pretender em conjunto dizer não, porque têm razão por causa da vala, voltam ao traçado inicial, caso assim todos o entendam.----------

------ Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, recordando que o assunto não está na agenda, pelo que devem decidir se a Assembleia Municipal entende dar um conforto à Câmara Municipal no que vai acontecer, não se tratando de um ponto para aprovação. ----------

------ o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, de seguida, a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Tocha, José Manuel Cruz, o qual, após

cumprimentar todos os presentes, referiu que a ligação da variante à Zona Industrial tem sido e vai continuar a ser a bandeira da Junta de Freguesia, tal como já foi das anteriores. Acrescentou que, desde o início do mandato, pegaram no assunto, porque é uma obra estruturante da Freguesia da Tocha e que, tanto o seu executivo, como a Assembleia e da Câmara Municipal sabem exatamente que têm tentado fazer a maior pressão possível, sendo que, na última reunião da Junta de Freguesia, obtiveram a resposta do Município, que foi comunicada à Assembleia de Freguesia, e daí tomaram uma posição interna, que dentro de muito pouco tempo, será divulgada, pois tudo irão fazer e colocarão pressão onde for possível, nem que para isso, tenham de fazer renascer os Defensores do Pinhal do Povo. Acrescentou que o Município pode ter o conforto da comunidade e da Junta de Freguesia da Tocha, desde que faça tudo o que é da sua responsabilidade, para levarem o assunto avante. Acrescentou ainda, não saber qual dos traçados é o melhor, mas sabe que já é demasiado tempo para o que a Zona Industrial, a Praia da Tocha e a Freguesia da Tocha precisam.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, ainda, a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual, depois de ter ouvido quer as palavras do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, quer da Sr.ª Presidente da Câmara, sugeriu que a Assembleia, depois da inclusão do assunto, tomasse de facto uma posição perante o recurso à Comissão Nacional do Território, na defesa do trajeto proposto, apresentando soluções que mitiguem os danos ambientais, porque também devem ser sensíveis àquelas questões que não se podem ultrapassar, concluindo apoiar o executivo municipal e a Junta de Freguesia.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu também a palavra ao Sr. Primeiro Secretário, José Maia Gomes, o qual referiu que, apesar do assunto não estar na agenda, depois de ouvir a Sr.ª Presidente, eventualmente, poderia surgir uma

exposição conjunta da Assembleia Municipal, numa posição de força, o que propôs se houver acordo por parte de todas as Bancadas com a fundamentação técnica que já foi elaborada e apresentada pelos Serviços, de forma a que se possa acelerar ou fazer repensar as entidades que estão a dar parecer desfavorável.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu ainda a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual, face a tudo o que foi dito, enquanto representante do partido Chega afirmou subscrever tudo o que for necessário para reverter a situação, podendo a Câmara contar com o apoio do Chega, para tudo o que for necessário e resolver o assunto da melhor maneira.----------

------ Voltou a intervir o Sr. Abel Carapêto, sugerindo que este assunto fosse introduzido na ordem de trabalhos, estando a Bancada do PS totalmente disponível para fazer parte de uma Comissão, pois é o momento certo por estarem todos reunidos para fazer um documento. Sendo avisado que o documento já se encontra elaborado, referiu que a sua bancada gostaria de o ler atentamente, não sendo, no momento, o tempo certo. Acrescentou que, deveriam ler e analisar o documento com calma, ponderadamente, e depois sim, tomarem uma posição para reforçar os interesses do concelho, e particularmente da Freguesia de Tocha.----------

------ Retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, concluindo que, pela exposição que foi feita, não só pela Sr.ª Presidente da Câmara, pelo Sr. Vice-Presidente e pelos Técnicos do Município, como pelos comentários dos líderes das Bancadas, estarão em condições de poder incluir este ponto na Ordem do Dia, conforme já foi feito em outras ocasiões, com a concordância da Assembleia, pondo à votação, e posteriormente, pedir à S.ª Presidente da Câmara de ter o cuidado de, depois de elaborado o documento final, dá-lo a conhecer às Bancadas, e num momento posterior, obter a anuência dos líderes das Bancadas, e estando tudo bem,

eventualmente, todos o subscreverem. Colocou então à votação a introdução deste ponto na Ordem de Trabalhos, no fundo uma tomada de posição em consonância com a já expressa pelo executivo em reunião de Câmara, suportada pela Assembleia Municipal, o que foi aprovado por unanimidade. Após a votação, esclareceu que o executivo municipal fará chegar, aos líderes das Bancadas ou a todos os presentes o documento, que depois de lido, se houver concordância, será subscrito por todos os elementos da Assembleia.----------

------ Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, continuando a responder e a comentar as questões anteriormente colocadas: - Relativamente à questão sobre a abertura do procedimento para o Bar da Praia da Tocha, informou já ter decorrido a Hasta Pública, tendo o contrato sido assinado em 28 de novembro, com um casal holandês, que vive no concelho. Informou ainda que o período da concessão é até 30/09/2049 e têm que ter a construção concluída até 31/05/2025, para que esteja aberto na época balnear, conforme determinado no Caderno de Encargos; - Quanto à questão da pista de ciclismo entre a Tocha e a Praia, recordando que a intervenção está a decorrer na parte subterrânea, referiu ser uma proposta que pode ser analisada mas com os Compartes, porque o terreno não é municipal nem é público, e a área necessária para ter uma pista de ciclismo e uma pista pedonal, tem de ser analisada com a Comissão dos Compartes, e depois, tecnicamente poderá ser analisada com a Junta de Freguesia; - Sobre a questão do Polo Universitário e do CAC, relacionada com a explanação dada pelo Professor Alexandre, se a solução vai ao encontro das necessidades do município e se estão satisfeitos, afirmou que, não só na vida, como na questão da política, a memória é sempre importante e muitas vezes há que perceber como é que estava o processo e como as coisas decorreram. Referiu nunca ficar satisfeita sobre qualquer coisa quando diz respeito a Cantanhede,

mas fica satisfeita quando as negociações e os diálogos levam e vão ao encontro do que se realmente pretende. Referiu ainda que o Conselho de Administração da ULS foi nomeado pelo Governo anterior, está em funções, iniciou aquelas diligencias no Governo anterior, e que, a própria teve da parte do Professor Alexandre um diálogo como nunca tinha tido com mais ninguém na área da saúde ao longo dos anos que esteve na Câmara. Acrescentou que a questão tem de ser salvaguardada, porque quando se falava de passagem das competências na área da saúde que não tinham de ser da forma como foram assinadas, aquelas competências só tinham a ver com a questão da transferência do edificável dos Centros de Saúde e dos Assistentes Operacionais, e após o diálogo que sempre manteve com o Presidente da ULS, conseguiram, não só alterações ao nível do Rovisco Pais, do próprio Hospital e todas as situações que hoje referiu, não se podendo apenas cingir ao CAC, mas a todo o resto como as novas consultas, as juntas médicas, a parte da medicina interna. Recuando, recordou que quando foi criada a consulta aberta, nunca foi cumprido o acordo que estava no papel, e por isso algumas extensões de saúde estavam dias e dias fechadas porque quem fazia aquela consulta eram única e exclusivamente os médicos das extensões de saúde. Referiu que, no momento, existe uma cobertura de USF - Modelo B em todo o território, umas com horário das 8h às 20h, outras até às 17h00 e outras até às 18h. Acrescentou que aquele serviço de complemento é dado por médicos e enfermeiros, até com ligação ao Hospital, é complementado com o CAC. Acrescentou ainda que depois dessa hora e até às 22h, o serviço passa a funcionar novamente no Hospital, com o apoio dos meios auxiliares de diagnóstico tão necessários para quem necessita daquele tipo de situação, estando aberto das 10h às 20h durante a semana e aos fins de semana, tendo já sido atendidos no CAC, desde a sua abertura 160 doentes. Referiu ainda que, há que ter cautelas e que

melhorar e fortalecer aquele serviço, aumentando o horário, se necessário, porque tudo o que seja positivo para a saúde do concelho é sempre bem-vindo, e como já se está a prever a necessidade de fazer reforço em termos das equipas, é porque as pessoas estão atentas ao que está a acontecer. Relativamente às situações que preocupam a todos, acredita e espera que possam vir a ser afinadas, porque se em todo o país, é necessário aceder ao SNS24 que, por sua vez, encaminha para um Hospital, espera que haja sensibilidade pelos serviços do Hospital Arcebispo João Crisóstomo, para eles próprios fazerem a ligação, para que a pessoa seja sinalizada. Referiu ter conhecimento que já vieram utentes de Montemor e de Coimbra porque o SNS os indicou para cá, dando a entender que não se trata de um serviço de urgências que só o Hospital da Universidade pode dar, mas outro tipo de serviço menos urgente. Acrescentou que vai estar atenta ao que vai acontecer em Cantanhede e ver de que forma podem ir ao encontro das necessidades das pessoas, sempre sem baixar os braços e sem dizer *"eu estou satisfeita a 100%, é isto que eu queria"*. Recordou ainda que, quando a Senhora Ministra falou na criação daqueles serviços, falou imediatamente com o Professor Alexandre, que foi totalmente recetivo e muito claro dizendo que não conseguia arranjar médicos, mas que poderia haver a solução da parceria com a Santa Casa que é Serviço Nacional de Saúde e não igual ao que acontece na Mealhada. Esclareceu que na Mealhada há um serviço de urgência que é explorado com acordo pela Santa Casa, mas que não é Serviço Nacional de Saúde, ao contrário deste acordo. que continua a ser Serviço Nacional de Saúde; - Relativamente ao vai acontecer no Rovisco Pais, afirmou ficar plenamente satisfeita, porque todas as reuniões com o Presidente da Escola Superior de Tecnologias da Saúde, com o Professor Alexandre e com o Instituto Politécnico de Coimbra para que aqueles novos serviços se tornem um Pólo Universitário num espaço que já há muito

tempo necessitava também de um crescimento, tendo já assinado o Protocolo, sendo que as aulas de pós-graduação irão já começar em janeiro. Acrescentou que, no mesmo protocolo, a Câmara fez parcerias para ajudar no transporte dos alunos, e acredita que vai haver um crescimento adicional, projetado pela própria Escola, até 2030, com centenas de alunos que virão até à Tocha, e até ao Concelho, sendo uma projeção extraordinária, não só para o território, como para dar dignidade a um Hospital que é de referência, e que passará a ser uma referência muito especial no país, estando muito satisfeita por essa situação; - Relativamente à indicação de que Cantanhede tem uma cobertura a 100% de médicos no concelho, que em termos nacionais não é normal, é normal que existam faltas, pois também podem engravidar, ficar doentes, estar de férias, etc.., etc, mas a cobertura realmente existe; - Relativamente a uma das questões colocada sobre a marginal da Praia da Tocha, que esteve no Orçamento Participativo, informou ter sido um projeto feito pelos serviços do Município. Recordou que, naquele orçamento, se tinham candidatado a um projeto financiado com fundos europeus, mas o Município tinha de ter mais de 50.000 habitantes, e no caso concreto foi a Figueira da Foz. Acrescentou que a candidatura foi elaborada por aquele Município, mas, não foi ao encontro daquilo que se pretendia, pelo que os Serviços avançaram com outra. Solicitou, finalmente, ao Sr. Presidente da Mesa que o Chefe da Divisão de Estudos e Projetos, Nuno Nogueira, procedesse à projeção do projeto, dando as explicações necessárias, sendo que o mesmo já foi aprovado pela Câmara, para se lançar a candidatura e depois se poder avançar com o concurso.----------

------ Interveio então o Chefe da Divisão de Estudos e Projetos, Nuno Nogueira, o qual, apos cumprimentar todos os presentes, referiu que a sua Divisão foi desafiada a fazer uma intervenção na marginal da Praia da Tocha, dando-lhe um *refresh*, pelo

que iniciaram então o projeto com vontade de fazer algo diferente. Recordando que, como todos sabem, a Praia da Tocha tem os Palheiros e a Arte Xávega, foi tendo em conta aqueles fatores procurando com o Arq. Nuno Martins, desenvolver aquele projeto com a premissa de tentar que a parte frontal da marginal pudesse ser fechada e ser só para trânsito pedonal durante algumas épocas do ano, se for esse o entendimento. De seguida, com a ajuda de uma projeção fez a apresentação de todo o projeto, dos circuitos previstos, do lado norte com uma parte que terá um trânsito independente e da parte sul que terá uma parte pedonal e uma intervenção na Avenida dos Pescadores. Referiu ainda que, a principal intervenção irá ficar com o pavimento sem estrada, em betão desativado, como já existe na Praia do Cabedelo ou na Praia de Santa Cruz, sendo muito eficaz. Esclareceu ainda, a pedido do Sr. Presidente da Mesa, que a esse betão é retirado a granulometria do betão, levando depois um ligante, que faz o betão. ----------

------ Também a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio deu algumas explicações sobre o enquadramento dos Palheiros atuais com as dunas, nomeadamente, que lhes foi dando uma parte frontal de forma a parecer que continuavam a estar na Duna. ----------

------ Voltou a intervir o Chefe da Divisão de Estudos e Projetos, Nuno Nogueira, referindo que foram também incluídos alguns elementos, como algumas barraquinhas e algum mobiliário urbano novo, como bancos e floreiras, mantendo-se a maioria das árvores, porque uma ou duas são incompatíveis com o projeto.----------

------ Acrescentou a Sr.ª Presidente da Câmara que, muitas das vezes, as pessoas sentam-se muito no murete ficando de costas para o mar, e com o mobiliário novo, já haverá a possibilidade de estar ali a descansar, mas com outro tipo de paisagem pela frente.----------

------ Interveio, de novo o Chefe da Divisão de Estudos e Projetos, Nuno Nogueira, acrescentando que as esplanadas ainda não estão definidas, mas pretendem criar uma imagem única para as mesmas, para ficarem todas iguais e não haver dissonância entre elas. Referiu ainda que, quando se vem da Avenida dos Pescadores, está projetada uma Praceta grande que vai entrar pela areia e que vai dar mais espaço, mais amplitude ao espaço, no qual poderão ocorrer algumas atividades. Fez ainda referência à zona dos estacionamentos, que serão delimitados para disciplinar aquela zona.----------

------ Interveio de novo a Sr.ª Presidente da Câmara informando que como a INOVA tinha de fazer alterações na questão do saneamento, essa intervenção vai ser aproveitada e a parte elétrica vai ficar enterrada. Referiu ainda esperar que se avance com a candidatura e com o concurso, para que, no final da próxima época balnear a obra avance logo e não prejudique a época de verão.----------

------ Acrescentou o Chefe da Divisão de Estudos e Projetos, Nuno Nogueira, que as infraestruturas elétricas, de gás e lixo vão ficar todas enterradas, bem como a parte dos resíduos, sendo um investimento grande, que relativamente à iluminação será dos dois lados, eficiente, estando estimando um orçamento de 1.600.000,00€, desde a zona do Panorama até ao final da rua. ----------

------ Esclareceu ainda a Sr.ª Presidente da Câmara que irão submeter a candidatura à requalificação urbana, tentando arranjar verbas para muita coisa, tal como para esta obra também, e que sendo aprovado, será uma atenuante para o valor apresentado.-

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida, a palavra à Sr.ª Amélia Castilho, a qual, após cumprimentar todos os presentes, questionou se o projeto apresentado, no momento, ainda está em fase de candidatura a financiamento, não estando ainda assegurado o financiamento da obra, não sendo assim um projeto que

vá já para concurso e para execução. ----------

------ Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara que o projeto já está calendarizado, encontrando-se os serviços a fazer a tramitação necessária para que seja lançado o concurso e que a obra possa começar quando acabar a época balnear.----------

------ Questionou ainda a Sr.ª Amélia Castilho se, relativamente ao estacionamento, existirá apenas o que foi referido na parte sul e se também existirá na parte norte junto ao Panorama, ou se é o único estacionamento previsto. Questionou ainda sobre o que está previsto, em termos de acessibilidade para deficientes no acesso à praia.---------

------ Decorreu então alguma discussão sobre a questão do estacionamento, entre o Sr. Abel Carapêto e o Chefe da Divisão de Estudos e Projetos, Nuno Nogueira, da qual resultou que: - A praia vai ficar com estacionamento para acessibilidades; - Estão previstos estacionamentos dentro da avenida para pessoas com mobilidade condicionada; - Ser evidente que se irão perder alguns lugares de estacionamento; - Que serão propostos outros lugares de estacionamento, para além dos estacionamentos do Panorama e do Parque Desportivo; - Que existirá estacionamento em baixo na zona sul; - Que credita que ficarão bem servidos em termos de estacionamento, mas em frente à praia não existirá estacionamento. ----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida, a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual felicitou a Câmara pelo projeto que gostou de ver, no entanto sugeriu que não fosse cortado o trânsito aos automóveis junto à beira-mar, porque quando vem um turista, que quer ver a praia, não consegue, tal como os próprios munícipes que que, por vezes pensão *"olha, vou ver a Praia da Tocha"*, passam de carro, visualizam *e* seguem a sua vida. Acrescentou que, se cortam o trânsito, o individuo dá a volta, no verão não tem onde estacionar, nem consegue ver a praia. Referiu, ainda ser um prejuízo muito grande impedir a circulação automóvel naquele local, que

não tem dado nenhuns problemas, tendo coabitado muito bem, a parte pedonal com os carros.----------

------ Voltou a intervir a Sr.ª Amélia Castilho, referindo ter percebido que é intenção da Câmara ter condições para iniciar a obra no final do verão, mas não ficou muito claro se vai ser feito com financiamentos próprios da Câmara ou se ainda estão a pensar abrir candidatura para obter outro tipo de financiamento. ----------

------ Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara que as candidaturas estão abertas, em várias áreas, como o PRR onde estão a submeter as candidaturas às Escolas Secundárias, aos Centros de Saúde, etc..., mas existem também os ITI, Investimentos Territoriais Integrados que representam valores que foram entregues à Comunidade Intermunicipal pela CCDR. para serem geridos consoante algumas áreas que estão perfeitamente definidas, como a requalificação urbana, intervenções nos jardins de infância e nas escolas, entre outras várias áreas, sendo que cada município escolheu uma determinada área e um determinado valor para, de acordo com o que pretende fazer, lá colocar esse valor. Concluiu que a candidatura está aberta, pelo que aquela requalificação urbana vai ser submetida, porque o valor atribuído dá para o que se pretende fazer, tudo indicando que não haverá problema, quer por parte da CIM ou da CCDR na questão da aprovação.----------

------ Concluindo o assunto, O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida, a palavra à Sr. ª Joana Seabra, a qual após cumprimentar todos os presentes, elogiou a persistência da Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio em garantir o que tinha sido prometido praticamente há 1 ano, quando houve a transferência de competências da saúde, pois esteve atenta e fez as diligências possíveis para que hoje exista em Cantanhede o que já se precisava há algum tempo, nomeadamente, um Centro de Atendimento Clínico aberto à semana das 18h às 22h e ao fim de semana das 10h às

20h. Relativamente à questão sobre se é o que se pretendia, referiu que claramente não é, mas é o início de uma nova realidade, e se calhar, de algo maior. Recordou, de seguida que, há 1 ano, quando houve a transferência de competências na área da saúde, todas as bancadas aprovaram esta solução, pela ULS e pelo Governo que, na altura, não era o Governo atual, tendo a Sr.ª Presidente garantido que cumprissem aquele pressuposto. Afirmou acreditar que possa ser o início de uma coisa muito maior e se calhar do que Cantanhede merece, por isso, agradeceu à Câmara Municipal de Cantanhede e, nomeadamente, à Sr.ª Presidente, recordando ainda ter acabado de ouvir pelo Dr. Alexandre Lourenço, que a transferência de competências foi aprovada por todas as bancadas.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, deu de seguida a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual colocou as seguintes questões: - Recordando que, nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril foi dito que, até final do ano, haveria novidades sobre a inauguração do monumento alusivo àquela data, questionou em que ponto está essa situação; - Referindo o estacionamento indevido quando vão levar ou trazer as crianças em frente à Escola Marquês de Marialva, voltou a afirmar que ficariam muito bem pinos naquele passeio, impedindo assim, o estacionamento indevido com uma clara falta de respeito para com as pessoas que ali usam a passadeira, e que, constantemente, são obrigadas a sair do passeio a recorrer à estrada, porque não conseguem passar no passeio, bastando lá passar da manhã, na hora de almoço ou no final do dia, para verificar que é um abuso, que, na sua opinião, é um abuso que já se perpétua há muitos anos, sendo a altura, de uma vez por todas ser resolvido, porque o assunto já foi falado na Assembleia e que todos sabem muito bem que o civismo é o que é, pelo que, quando não impera o civismo, há que tomar medidas, nomeadamente, a colocação de pinos, tal como existem em frente ao chamado Centro

Escolar. Acrescentou que as pessoas que passam naquele passeio podem correr riscos, não tendo ocorrido felizmente nenhum caso, mas poderá acontecer, pelo que apelou, mais uma vez a que se coloquem lá pinos; - Relativamente à EXPOFACIC, referiu já ser do conhecimento público que está a ser cada vez mais empurrada para o mês de agosto, com claros prejuízos para as festas locais, das aldeias, independentemente da data em que seja marcada, quer seja em finais de julho, quer seja em inicio de agosto, sendo que, em agosto apanhará muitas mais. Para além disso, referiu também não perceber o porquê, do desgarrar o dia da Cidade das festas da Cidade, porque a EXPOFACIC não deixa de ser parte integrante das festas da Cidade; - Finalmente procedeu à leitura de um texto sobre o tema do dia que tem a ver com a questão da saúde, do seguinte teor: *"O programa de emergência e transformação da saúde que está a ser implementado pelo governo da AD e que prometia uma mudança estrutural que iria resolver os problemas da saúde e particularmente do SNS está a revelar muitos constrangimentos. O conjunto das medidas muitas delas avulsas e sem qualquer tipo de planeamento na estratégia, destaca-se o aprisionamento do SNS aos interesses do setor corporativo, social e em especial aos interesses do setor particular, com um claro desinvestimento no SNS, em infraestruturas, nos recursos materiais e equipamentos, e no recursos humanos, médicos, enfermeiros, técnicos e assistentes operacionais. A aposta de recorrer aos diversos setores sociais e privados, aumentando as convenções numa mera transferência de funções, implica certamente um aumento do pagamento de serviços a serem prestados. As anunciadas transferências financeiras para o setor cooperativo, social e particular, com o aumento da comparticipação do Estado na realização de exames e consultas e na constituição das Unidades de Saúde Familiar privadas, Tipo C, evidencia uma estratégia política em esvaziar o SNS e apostar no privado. Sub-*

repticiamente o esvaziamento das funções do SNS, assume-se como uma prioridade política do governo, desistindo de investir no setor público, espalhando a ideia de que SNS não é o futuro da saúde, mas sim o privado. Programar políticas de saúde sem envolver os profissionais de saúde, os municípios e a sociedade civil, numa perspetiva integrada e participativa, é muito preocupante e merece uma crítica pela ousadia. Preocupações também partilhadas pela Fundação para a Saúde quanto aos riscos da privatização da saúde, segundo um estudo publicado recentemente. As políticas em curso irão afetar a organização dos serviços, também na região de Coimbra e em particularmente em Cantanhede com a execução de protocolos de serviços entre o Estado e as entidades sociais e privadas. Esta é uma maneira encapotada de transferir competências e valências do Estado para uma entidade social, apesar dos custos serem suportados por este. Recordamos que em 2023, todas as Bancadas representadas na Assembleia Municipal de Cantanhede aprovaram um documento conjunto no qual defendiam a criação de uma resposta não programada a doença aguda no Hospital Arcebispo João Crisóstomo de Cantanhede, acompanhada de meios complementares de diagnóstico e com horário alargado das 8h às 24h, solução que de resto reporia a proximidade e teria a enorme vantagem de descongestionar as urgências do Centro Hospitalar Universitário de Coimbra, cuja capacidade de resposta está longe de ser satisfatória. Conhecedora do espírito do governo em protocolar de forma vertical o Centro de Atendimento Clínico entre o Hospital João Crisóstomo e o setor social, a Câmara Municipal de Cantanhede a 21 de novembro na palavra da senhora Presidente da Câmara, em comunicado público, assumiu que a Câmara Municipal de Cantanhede vê no Centro de Atendimento Clínico cumprida uma reivindicação antiga, ou seja, a criação de uma alternativa à consulta aberta. Recordamos que o modelo denominado Centro de Atendimento Clínico, funciona

entre as 18h e as 22h aos dias de semana, horário negociado aquando da assinatura da transferência de competências na área da saúde, e das 10h às 20h ao fim de semana, assegurado por um médico, um enfermeiro, cuja contratação é da responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede. Será este o começo para uma possível privatização do Hospital Arcebispo João Crisóstomo? O Partido Socialista de Cantanhede e os seus representantes neste órgão, continuam a defender uma resposta cabal, eficaz e dentro da esfera pública, ao tratamento não programado da doença aguda no raio de ação do Hospital Arcebispo João Crisóstomo. Como em tudo na vida, é importante não perdermos a memória e recordarmos hoje o que foi afirmado e publicitado no site do município de Cantanhede e no jornal as Beiras -18/06/2024, e cito: "em todo o caso porque reconhecia que tal resposta era melhor que nenhuma resposta, Helena Teodósio encabeçou um movimento a reivindicar a reativação de uma urgência básica do Hospital João Crisóstomo, ou no mínimo a reabertura da consulta aberta, tendo feito defender esta medida, entre outras, a assinatura do auto de aceitação da transferência de competências na área da saúde, o que precisamente por causa disso só veio a acontecer já em março deste ano, depois de intensas negociações com a direção da Unidade Local de Saúde de Coimbra" e ainda, cito, *"a criação de um serviço de urgência básica no Hospital João Crisóstomo em Cantanhede foi exigida pela Câmara municipal numa carta enviada à Ministra da Saúde, divulgada hoje pela autarquia. Para a autarca eleita pelo PSD, esta solução pode facilmente ser implementada através da articulação dos recursos disponíveis na referida unidade hospitalar, representando uma melhoria significativa da resposta dos serviços de saúde na região." Senhora Presidente, pelo exposto, perguntamos, quais as circunstâncias que a levaram a mudar de posição em tão pouco tempo, ou seja, da defesa de um serviço*

de urgência básica a funcionar 24 horas, para um serviço a funcionar 4 horas de segunda a sexta, e 10 horas ao fim de semana e feriados. Acredita que esta solução, o Centro de Atendimento Clínico a funcionar apenas 4 horas de segunda a sexta e 10 horas ao fim de semana e feriados, irá resolver o problema à população do concelho Cantanhede? "----------

------ Dando a palavra ao Sr. Rogério Marques, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura informou que se iria ausentar por alguns minuto, delegando a continuação dos trabalhos ao Primeiro Secretário da Mesa, José Maia Gomes.----------

------ Tomou então a palavra o Sr. Rogério Marques, referindo que, após a intervenção que acabou de ouvir, ficou perplexo com aquela declaração minimamente política, sendo um facto que todos têm direito a ter a sua opinião, mas depois do que foi exposto pelo Professor Alexandre, parece que nada aconteceu e fazem-se afirmações como: - "*Estratégia política de esvaziar SNS*", quando foi feito no SNS e até estão a dar maiotr valorização aos equipamentos. Acrescentou que, esvaziar o SNS seria não dar resposta e não utilizar os meios que existem; - "*Desistir do investimento do setor público*" quando nunca houve maior orçamento na saúde como o atual; - "*Transferir os serviços do SNS para o privado*" quando o privado foi solicitado pela ULS para prestar aquele serviço, sendo claro que, claramente, o setor privado, neste caso a Santa Casa da Misericórdia, não manifestou qualquer intenção tendo sido a ULS que pediu à Santa Casa de Misericórdia para fazer o serviço. Concluiu que há tantas coisas que o levam às vezes a dizer que a política tem de estar ligada à realidade, e que não podem ser cegos em termos de ideologia. Relativamente à requalificação da rede viária do concelho, referiu ser importante falar que, não só em Ançã como também na Freguesia da Tocha e na Sanguinheira, estão a ser realizadas inúmeras intervenções na rede viária, de modo a assegurar melhores condições de

mobilidade, segurança rodoviária e acessibilidade. Acrescentou que a melhoria das estradas permite impulsionar a economia local, facilitar os serviços e aumentar a qualidade de vida da população. Acrescentou ainda ser evidente que o concelho é grande, e que aquelas intervenções não podem ser feitas em simultâneo em todos os lugares e, portanto, há que dar algum tempo para que todo o Concelho venha realmente a ter uma rede melhorada, sem esquecer que só em 2025, o município vai investir 5,6 milhões de euros na requalificação da rede viária. Relativamente ao trabalho que está a ser feito pela Casa Francisco Pinto, que desde o final do mês de setembro, até ao dia 30 de novembro, realizou 3.000 atendimentos a cidadãos migrantes, referiu ser um atendimento simples, presencial, de tratamento de documentação, mas que se trata de um serviço de colaboração com o Balcão da Agência de Integração e Migrações e Asilo da AIMA. Sendo um trabalho importante, congratulou o Município e o trabalho da Ação Social na simplificação daqueles processos, que permitem a legalização de cidadãos migrantes. Com satisfação realçou o interesse daqueles migrantes, de várias nacionalidades, que procuram o território de Cantanhede para trabalhar e melhorar as suas condições de vida. Relativamente à questão da requalificação da Tocha, considera ser extremamente importante porque a Praia da Tocha é um dos principais ativos turísticos do concelho, sendo um projeto tão importante para a Praia da Tocha como para a Freguesia da Tocha e para o concelho de Cantanhede. Acrescentou esperar que convide e atraia cada vez mais as pessoas que visitam aquele local e que a gestão autárquica continue a apostar na melhoria contínua do setor do turismo, dando prioridade a investimentos chaves que potenciem recursos existentes, tornando a experiência única de todos aqueles que visitam o Concelho. Finalmente. congratulou o Município pela dinamização do comércio local, através da sonorização das ruas e a iluminação

alusiva ao Natal, principalmente nas zonas mais movimentadas, que é uma oportunidade para os mais novos se divertirem neste período de festa, de pausa letiva e celebrar esta quadra de festa. ----------

------ O Sr. Primeiro-Secretário, José Maia Gomes, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual passou a responder às questões colocadas: - Relativamente à questão do monumento ao 25 de abril, afirmou também a estar a preocupar, pois falaram com o escultor há pouco tempo. Referiu ainda não ser muito fácil encontrar o local certo para o colocar, tendo-se inicialmente pensado na Praça. Acrescentou considerar que, nestes assuntos, têm que, naturalmente, dar opinião, mas o próprio autor tem de dar a sua nota muito pessoal. Eventualmente, também poderá ser no Parque Verde, porque cada vez mais estes tipos de monumentos são instagramáveis, como toda a gente sabe, pelo que vão deixar passar a parte das festas e no início do ano terão mesmo de assentar para que o monumento avance. - Relativamente à questão do trânsito, fica mais uma vez com a nota, e solicitou ao Sr. Vereador Adérito Machado, que tem área do trânsito, que coloque a questão dos pinos na Comissão de Trânsito por causa do estacionamento indevido, porque cada vez menos as crianças e os jovens vão a pé ou de transporte público, indo de carro ou com os pais, mas realmente é a questão do respeito para quem também circula. - Relativamente às datas da EXPOFACIC, informou que o princípio da data da EXPOFACIC é o mesmo, iniciando sempre na quinta-feira a seguir ao feriado municipal, informando de seguida sobres aquelas datas de início e fim da Expofacic desde 2008 a 2024, e no corrente ano, essa quinta-feira calha ao dia 31, não foi inventado. Recordou por exemplo que, as festas de São Tomé já existiam quando iniciava no dia 25, mas deve existir algum critério e não tendências relativamente ao que está a dizer, o que é inadmissível. Voltou a afirmar que só há um critério, é sempre

à quinta-feira, não tendo sido ela ou a INOVA que o estipulou. Acrescentou que em 2026 já será completamente diferente e se calhar, quem tem festas naquela altura também não irá gosta, mas havendo um critério, toda a gente sabe o que é que conta ano após ano, e, sempre foi à quinta-feira a seguir ao feriado municipal. - Relativamente ao CAC, com as informações dadas pelo Sr. Professor Alexandre Lourenço e do que ela própria já disse, entendeu não valer a pena voltar a explicar tudo o que entende sobre a saúde do concelho. No entanto, considera que há alturas em que tem de se ter cuidado sobre os sinais que se dão e, se neste momento, o Governo, concorde-se ou não, está a criar aqueles Centros de Atendimento Clínico por vários locais, e poder-se-ia estar a perder uma oportunidade e ficar para trás. Confirmou que, o que todos assinaram na delegação de competências, foi uma consulta aberta como a que já existiu, que não funcionava como se pretendia, e que, no momento não estava a funcionar de acordo com o que se queria, porque, com certeza, não se queria continuar com o que estava a acontecer no Centro de Saúde, nem os médicos, nem com os enfermeiros, nem com os utentes, e tendo um membro do Conselho de Administração da ULS, até era bom saber a sua opinião sobre este assunto, porque é interessante sabermos qual é a opinião de quem está na saúde e opina sobre uma determinada área. Afirmou, de seguida, não lhe parecer ser uma questão partidária, porque de acordo com o Governo é assim ou de outra forma, podendo o que acontece em Cantanhede nada ter nada a ver com à privatização referida, afirmou não dizer respeito ao Município, pois apenas lhe interessa saber que, no momento, existem no Concelho um conjunto de USF´s que estão a funcionar bem, com técnicos e profissionais empenhados e dedicados, nem nunca houve uma situação como a de agora. Acrescentou que, no decorrer dos trabalhos irá demonstrar que todos os Centros de Saúde estão candidatados, todos com projetos prontos para

arrancar, e outros já arrancaram, ficando o Concelho com uma cobertura de qualidade. Acredita que, não só no Rovisco Pais, como no Hospital de Cantanhede, existem serviços de referência, não estando a ser privatizada a parte dos serviços continuados e dos paliativos e que concretamente o que o Governo e a ULS fizeram, foi uma negociação com uma Santa Casa da Misericórdia local, para ter mais médicos, e enfermeiros. Referiu ainda que as decisões da ULS estão de acordo com um princípio que está estabelecido para a Unidade Local de Saúde da região e que, de acordo com o que tem visto, estão a ser cumpridos e a correr bem, interessando-lhe, no momento, que a saúde no concelho continue a melhorar, sendo certo que todos gostariam de uma urgência de 24 horas e que, se alguns concelhos não têm hospitais, Cantanhede tem dois. Concluiu que, devem estar todos atentos, e ver se o munícipe está a ser melhor acompanhado agora, com aquelas alterações, mas sem nunca baixar os braços; - Sobre quanto paga a ULS ao médico informou não saber, nem ter que o saber, por se tratar de um acordo protocolado entre uma entidade do Estado com uma entidade social, sendo documentos públicos, e que essa informação apenas a ULS poderá fornecer; - Relativamente à referência feita ao balcão da AIMA que tem estado a funcionar muito bem, referiu que se está a passar uma fase em que as questões da imigração e dos migrantes estão na ordem do dia. Informou que para aderir àquele Balcão, tem sido um esforço enorme da parte dos serviços, no entanto, a todos os que se vão registar de qualquer lugar do país, que pretendam ficar em Cantanhede, ela própria está-lhes a mandar uma carta de boas-vindas, por considerar que quem está cá, e está por bem, deve ser bem recebido. Acrescentou que o Concelho tem uma natural apetência pela imigração, já teve mais, mas continua a ter, pelo que deve ter também o dever de receber bem, e dizer: *"se vêm por bem, nós*

estamos aqui para vos ajudar e para dar esse apoio." Por outro lado, quando não vêm por bem, haverá quem tome conta desse assunto.----------

------ O Sr. Primeiro-Secretário, José Maia Gomes, deu a palavra à Sr.ª Áurea Andrade, a qual, após cumprimentar todos os presentes, informou que, relativamente à questão da Saúde24, tem conhecimento que no último fim de semana houve duas ou três situações em que algumas pessoas não conseguiram ligar para a Saúde24, fora, ao Hospital de Cantanhede e foram-se embora sem ser atendidas. Sobre essa situação esclareceu que, quando as pessoas não conseguirem ligar para a Saúde24, quem está na Instituição tem obrigatoriamente de ajudar as pessoa que têm de ser atendidas e não podem ser mandadas embora. De seguida, esclareceu que, quando o Sr. Abel Carapêto se referiu à EXPOFACIC, o que queria dizer era que há muitos anos a EXPOFACIC coincidia sempre com o feriado e, entretanto, a estratégia mudou, começando na quinta-feira a seguir ao feriado municipal, sendo que, efetivamente no ano corrente começa na quinta-feira a seguir. Efetuou de seguida algumas confirmações e colocou algumas questões: - Relativamente à Escola Básica Cantanhede Sul, verifica-se que, a estrada que vem do lado de Vila Nova não tem passeios, e as crianças, naturalmente, coíbem-se de ir a pé para a Escola e os pais também têm medo de as deixar ir a pé, pelo que, perguntou se está prevista a construção de passeios naquela estrada; - Informou, relativamente à vala que existe entre a Escola Técnico Profissional e a Gávea, que é de uma profundidade ainda acentuada, que, quando tem as ervas crescidas, não se vê, sendo um risco para qualquer pessoa que dê um passo em falso, podendo para lá cair e ali ficar, porque ninguém dá por ela; - Referiu que o espaço da antiga Gávea está num estado que precisa de ser limpo, porque é uma zona que se encontra quase no centro da cidade, contrastando com o resto da cidade; - Relativamente a um terreno logo a seguir ao

Bairro Vicentino, quando se vem da zona sul, virado à Escola Cantanhede Sul, entre a Rua de Aveiro e a Rua da Alegria, informou estar, no momento, praticamente transformado numa lixeira, pois tem enormes quantidades de entulho, alguns provenientes de obras públicas, de saneamento, e outros provenientes de obras particulares, o que evidencia um incumprimento da legislação por parte daquelas pessoas, dado que, quando se realizam obras as pessoas têm de apresentar um plano para identificar onde é que vão esvaziar o entulho. Verifica-se ainda naquela mesma zona um amontoado de coisas velhas para lá atirados, também começando a aparecer lá animais roedores e répteis. Acrescentou que, sendo esta zona próxima da Escola Básica, da Escola Técnico Profissional e de uma Unidade de Cuidados Continuados, merecia ter outro tratamento, porque acarreta alguns perigos para a saúde pública; - Relativamente às passadeiras da cidade, verifica-se que algumas estão muito ténues, com a tinta praticamente desaparecida e precisavam de ser pintadas.----------

------ O Sr. Primeiro-Secretário, José Maia Gomes, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Portunhos e Outil, Vitor Folgado, o qual, após cumprimentar todos os presentes, informou, relativamente à desagregação da União das Freguesias de Portunhos e Outil, com base em notícias que têm circulado, porque formalmente ainda não teve qualquer comunicação oficial, que a decisão de propor a desagregação da União de Freguesias de Portunhos e Outil, desde o início sofreu de vários condicionalismos, sendo o mais relevante o facto de não reunir a condição de ter pelo menos um funcionário efetivo por cada Freguesia desagregada. Explicou, de seguida que, mesmo sabendo daquela condicionante, em Assembleia de Freguesia foi deliberado propor a desagregação, porque, segundo ele, certas pessoas entendiam haver diferenças culturais, sociais e históricas, que a justificavam, outras por simples

bairrismo e também porque havia pessoas que pensaram que seria a forma mais fácil de retomar o poder ou conquistá-lo. Não se revendo em nenhum daqueles grupos de pessoas, porque pessoalmente sempre se manifestou contra a desagregação, quer pelos seus custos económicos, quer principalmente porque o processo iria bloquear o funcionamento da Freguesia durante o ano de 2025, ficando presa às decisões de uma Comissão Instaladora, que ainda nem sabe como vai funcionar, ou como será constituída. Informou ainda que, como era sua obrigação, o executivo acatou a decisão da Assembleia de Freguesia e não resgatou esforços na elaboração do processo, inclusivamente acatando também a decisão da Assembleia de Freguesia, devido à indisponibilidade dos membros da Assembleia de Freguesia de o fazer, contratando um Gabinete de Advogados para fundamentar e executar os aspetos mais processuais e formais do projeto da desagregação. Recordou que, perante o incumprimento de ter, pelo menos, um trabalhador efetivo por Freguesia, foi solicitado à Câmara Municipal declarar que não se opunha à mobilidade de um dos seus trabalhadores para a União das Freguesias, tendo a Sr.ª Presidente da Câmara se disponibilizado em colaborar com essa decisão, que agradeceu. Referiu de seguida que, o Grupo de Trabalho Parlamentar nunca questionou o executivo da União de Freguesias sobre a concretização daquela mobilidade, apenas solicitaram em novembro de 2023, o Relatório Financeiro Demonstrativo da Viabilidade Económica e Financeira das duas freguesias, o qual foi elaborado pelo Gabinete de Contabilidade e enviado para os serviços parlamentares. Acrescentou que, atualmente, ainda estão mais em incumprimento, porque o único trabalhador efetivo, em setembro do corrente ano entrou em reforma por invalidez. Por último, referiu que a votação do projeto de desagregação da União de Freguesias de Portunhos e Outil, foi favorável pelo Partido Comunista e pelo PS, o PSD absteve-se e o Chega votou contra, tendo inviabilizado

a desagregação. Acrescentou que, por curiosidade, o Sr. Eliseu Neves, Deputado eleito pelo Chega, vive na União das Freguesias, na aldeia de Outil. Para terminar referiu ainda se ter dado ao trabalho de analisar a coerência da votação dos Partidos e verificou que para o mesmo ponto em que se basearam para a não desagregação, para algumas Freguesias tiveram um sentido de voto e para outras Freguesias, tiveram outro sentido.----------

------ O Sr. Primeiro-Secretário, José Maia Gomes, deu a palavra à Sr.ª Amélia Castilho a qual, se congratulou com o facto de, finalmente, se ter dado cumprimento ao Orçamento Participativo com a elaboração do projeto vencedor porque, estando quase no final do mandato, finalmente lhe parece que vai finalmente avançar a obra prometida. Relativamente à requalificação da rede viária, demonstrou uma preocupação que lhe foi colocada relativamente às obras que estão em curso ou que decorreram no Pontão, na estrada 234 entre Cantanhede e Mira. Acrescentou que com o desvio do trânsito dos veículos pesados para lugares como Tarelhos ou Franciscas, que todos conhecem com sendo aldeias com estradas muito estreitas, o transporte pesado que se prolonga naquelas vias, causa transtornos para aquela população e danifica a via pública, com buracos abertos em vários sítios que podem pôr em causa a segurança das pessoas. Assim, questionou se já existe alguma data previsível para a resolução do problema e sobre o plano de recuperação daquela rede viária, daquelas povoações onde têm sido sinalizadas questões que merecem alguma atenção. Finalizou com uma nota positiva, pelo facto de estar previsto para breve a finalização da construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais das Cochadas, o que possibilitará o aumento das capacidades das infraestruturas, aportará grandes benefícios ambientais para o concelho de Cantanhede e que foi lançado a concurso e empreitado, ainda com o Governo do Partido Socialista.---------

------ O Sr. Primeiro-Secretário, José Maia Gomes, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Tocha, José Manuel Cruz, o qual também deu os parabéns à PROVIDA pela conclusão da excelente obra que vem colmatar algumas lacunas que existiam, mas também aos seus parceiros, como o Município, a Comunidade Local de Baldios e a Junta de Freguesia. Deixou, finalmente, um convite da Freguesia da Tocha e da Associação de Moradores da Praia da Tocha, para que possam passar a passagem de ano na Praia da Tocha, que já tem palco montado, tem um cenário fantástico, na marginal, em frente ao mar, com música, com atividades desportivas que envolvem também a União Desportiva da Tocha e à meia-noite, como é habitual, o tradicional fogo de artifício. Agradeceu ainda à Câmara Municipal por todo o apoio que tem sido dado, que foi muito importante e desejou a todos um ótimo ano de 2025.-

------ O Sr. Primeiro-Secretário, José Maia Gomes, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Febres, Raquel Grilo, a qual, após cumprimentar todos os presentes, aproveitou para desejar a todos um excelente ano de 2025. De seguida, referiu que, pelo que já foi dito pela Sr.ª Presidente da Câmara, serão dados alguns esclarecimentos a uma ou duas questões que tinha para colocar, nomeadamente sobre o início das obras do alargamento da USF de Febres, bem como das obras na Escola Básica Carlos de Oliveira. De seguida alertou para algumas situações e colocou algumas questões: - Relativamente ainda à Escola, para a necessidade de colocação de uma passadeira elevada em frente à mesma, para que os alunos possam fazer aquela travessia em segurança, porque no momento a situação não é muito agradável para quem está à espera dos filhos, a ver os carros quase em cima das crianças. Acrescentou que estão bem protegidos enquanto estão na Escola, mas assim que saem do portão, atravessam sozinhos a estrada até ao autocarro que, muitas vezes, está do outro lado da estrada; - Questionou sobre a limpeza das plantas

invasoras na Lagoa dos Coadiçais, que estava prevista até ao final do corrente ano civil e que ainda não ocorreu, situação que está a preocupar, não só a ela própria como as aos seus fregueses, porque depois vem a primavera e as águas precisam de regeneração; - Relativamente ainda à Lagoa dos Coadiçais, informou que o muro na parte poente da Lagoa, está numa situação muito grave e a cair, mas a Junta de Freguesia colocou no local as proteções que foram possíveis, colocando vedações de acordo com indicações da Proteção Civil, mas realmente necessita de apoio para estudar a situação, que está cada vez mais grave, podendo o muro vir a cair em breve; - Finalmente, apesar de saber que o Pavilhão Multiusos de Febres é propriedade da Câmara, onde tem havido algumas festas, reparou tal como outras pessoas em infiltrações. Referiu já ter falado sobre o assunto, mas continua sem uma resposta e, uma vez que as pessoas têm questionado, gostaria de saber o ponto da situação da requalificação do telhado daquele Pavilhão.----------

------ O Sr. Primeiro-Secretário, José Maia Gomes, deu ainda a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual, voltando à situação do Hospital em Cantanhede, referiu ser obvio não concordar com o que está a ser feito e que devem ser mais ambiciosos e continuar a insistir no modelo que existia anteriormente. No entanto, relativamente ao privado, desde que seja pelo SNS e não traga custos para o público que atende, é completamente irrelevante, sendo que, o Partido Socialista continua a diabolizar tudo o que é privado. Relativamente à imigração, elogiou e deu os parabéns à Câmara na pessoa da Sr.ª Presidente por ter aberto dois Balcões para atendimento, porque as pessoas chegam completamente desorientadas, é muito bom terem um local que lhes explique como devem proceder à sua regularização. Relativamente à PROVIDA, elogiou o que viu, pois foi uma excelente obra, e como todos caminham para a velhice aqueles locais têm todo o interesse, porque servem as pessoas num período da vida

complicado. Finalmente, questionou sobre a fase em que estão os concursos relativos às estradas, nomeadamente, na Freguesia da Sanguinheira e de Cadima.----------

------ O Sr. Primeiro-Secretário, José Maia Gomes, deu de novo a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual, em direito de resposta, referiu que a questão da privatização e da defesa do setor público é não saber o que é que poderá advir no futuro. Acrescentou que, quando há uma consulta no privado e as coisas não correm bem, as pessoas são enviadas para o setor público, e que, o setor Público está sempre disponível para tratar qualquer tipo de pessoas, mas no privado, se tiver dinheiro é tratado, se não tiver dinheiro não é tratado, sendo apenas essa a questão, sendo tão ideológico defender a esfera pública, como defender o setor privado. Acrescentou ainda não perceber o porquê de acusarem constantemente o PS de estar a defender o setor público, porque é esse o setor que deve ser defendido, porque quem paga a maior parte dos serviços e dos tratamentos no privado, é o setor público, que tem de ser defendido e não esvaziado. Referiu ainda que, o que está a acontecer no momento é um ataque direto e frontal, não sabendo o que poderá acontecer daqui a uns anos. Recordou, de seguida que o Hospital da Mealhada está na esfera social, e que espera que o Hospital de Cantanhede não caia naquela esfera. Recordou ainda que, há cerca de 12 anos, nesta mesma Assembleia, houve uma luta para impedir que o Hospital João Crisóstomo fosse integrado no setor social. ----------

------ O Sr. Primeiro-Secretário, José Maia Gomes, deu então a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual passou a comentar e a responder às questões colocadas: - Relativamente às questões relacionadas com passeios ou com os terrenos que têm lixo, informou que o Sr. Vereador, Adérito Machado, também já tomou nota para que se possa ver o que se passa; - Relativamente à questão da antiga Gávea, informou que, relativamente à parte que é municipal, estão a fazer um

projeto para a reabilitação daquela casa, que infelizmente ardeu, sendo a outra parte de um privado, o qual tem um projeto, que está já há bastante tempo no Urbanismo, esperando a aprovação do PDM para poder avançar com a construção. Quanto à sua manutenção, é verdadeiramente importante ver se há realmente necessidade de intervenção e de notificação ao próprio proprietário, devendo ser efetuado o mesmo procedimento nos terrenos com amontoados de material junto ao Bairro Vicentino; - Relativamente às passadeiras, informou estarem a decorrer várias empreitadas de tapete, estando programado para o presente mandato, sem Administração Direta, mais de 10.000.000,00€ só em alcatrão. Acrescentou que também a Cidade necessita de muita coisa, sendo importante, sinalizar os pavimentos que necessitam ser intervencionados, e que serão pintados, porque por vezes a parte técnica pode não notar, e assim pode-se aproveitar a empreitada da pintura e pintar mais algumas passadeiras, para segurança do peão; - Relativamente à desagregação das Freguesias, informou que apenas tinha indicação do que aconteceu relativamente a Cantanhede e Pocariça, porque a outra ainda não tinha sido submetida, mas efetivamente relativamente à União das Freguesias de Portunhos e Outil não houve aprovação; - Relativamente à requalificação da rede viária na 234, referiu tratar-se de uma estrada nacional, não sendo da Câmara, tendo o Município sido contactado para alertar que iria haver desvio de trânsito para pesados, porque é muito perigoso, estando tudo já programado pela IP. Não sabendo dizer exatamente quando será, mas a Câmara foi alertada para a necessidade de arranjar circuitos alternativos para que o trânsito pesado não continuasse a passar pela EN234, pondo em risco, não só quem lá circulava, como eventualmente algum peão. Concluiu que a obra está programada e irá avançar, daí a existência daquele desvio, que não é muito simpático,

devido à passagem de camiões dentro de estradas mais estreitas e em zonas urbanas.----------

------ O Sr. Primeiro-Secretário, José Maia Gomes, voltou a dar a palavra à Sr.ª Amélia Castilho a qual referiu que a segurança das pessoas que vivem naquelas aldeias, é uma responsabilidade coletiva do Município, colocando-se a questão da sinalização de estradas com buracos, de bermas com buracos, e que, se calhar, requerem uma manutenção agora mais oportuna, enquanto estiver a acontecer aquele desvio. ----------

------ Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara que, na empreitada de que falou relativamente ao tapete, que está no momento em concurso, algumas freguesias já estão em obra, e as outras todas vão avançar, sendo todas as Freguesias do concelho intervencionadas. Acrescentou que as obras serão efetuadas por lotes, e naquela zona também vai haver intervenção, tendo sido sinalizadas as que estavam com maior degradação. Continuou de seguida a responder às restantes questões que tinham sido levantadas: - Relativamente à estação das Cochadas, informou ter a indicação de que, eventualmente, para fevereiro a obra deve ficar concluída, mas não o pode garantir, porque a obra é das Águas do Litoral Centro, de mais de 14.000.000,00€ de investimento, estando programada a sua conclusão por volta de finais de fevereiro de 2026; - Relativamente ao convite do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Tocha para o fim de ano, acredita que será uma grande festa, sendo sempre um polo importante em termos de atratividade, tal como será em Cantanhede e em outros locais do concelho. Recordou já ser tradição na Tocha há muitos anos, e afirmou esperar que as pessoas possam aderir a mais um fim de ano. - Relativamente à USF de Febres, informou não ser bem um alargamento que está previsto, mas conforme já referiu estão, no momento submetidos todos os Centros de Saúde, denominados

agora USF, do Concelho, sendo que dois já estão em concurso, e um deles até já tem o empreiteiro. Recordou que como estão num período pré-eleitoral, os preços vão começara a subir, por isso queriam lançar todos os concursos de tapete o mais depressa possível, estando muitos já consignados. Relativamente à questão da USF de Febres, informou estar submetida como as outras, pelo que logo que haja aprovação avançarão com as obras; - Relativamente à Escola C+SCarlos de Oliveira, como todos sabem, decorrente do Governo anterior, foram sinalizadas as Escolas em função da urgência da intervenção; - A Escola Marquês de Marialva já estava aprovada, faltando apenas a parte da envolvente e do pavilhão; - A Lima de Faria já foi aprovada por ser das piores Escolas que existia a nível nacional, com um orçamento de mais de12.000.000,00€ de intervenção; - A da Tocha, já foi aberto o concurso; - A de Febres, pela classificação feita, não estava com tanta urgência como as outras, mas está também sinalizada, pelo que o projeto está a ser finalizado, sendo uma das obras sobre a qual não pode garantir prazos, porque são as equipas estão a fazer a análise das candidaturas que, realmente, irão definir esses mesmos critérios e o avanço da própria obra. Informou ainda ter falado com a Sr.ª Presidente da CCDR, por causa de prazos e das candidaturas, ao que ela afirmou, "*não mas está garantido, porque nós através do BEI, vamos conseguir avançar com as obras.*"; - Relativamente à passadeira sobre elevada, já houve indicação para avançar, sendo apenas uma questão técnica e de procedimento administrativo, junto à Escola; - Relativamente à questão das Lagoas, informou ser um trabalho efetuado por uma máquina da CIM RC, que se encontra noutro local mas que, entretanto, avariou, mas virá, porque há necessidade de fazer aquela intervenção; - Relativamente ao muro, informou que o Sr. Vereador, Adérito Machado, também já tem essa nota, porque foi sinalizado e tem que ter uma intervenção, sendo que, quer a Proteção Civil, quer o Departamento de

Obras articularão com a Junta de Freguesia no sentido de fazer aquela mesma intervenção; - Relativamente à questão do Pavilhão Multiusos, informou também já estar feito o levantamento e o estudo, não sabendo se o concurso já foi lançado, por se tratar de um assunto preocupante para todos, que querem estancar antes que possa evoluir para algo mais e aumentar a degradação da parte da cobertura; - Relativamente às estradas, voltou a referir que os trabalhos serão feitos por lotes em termos regionais, sendo que muitas delas já estão adjudicadas, consignadas, e uma delas já está em obra. Relativamente à Freguesia de Sanguinheira também já se encontra consignada, pelo que as obras serão iniciadas em janeiro. Relativamente às outras Freguesias, informou que umas estão em fase de lançamento de concurso, porque todas as Freguesias vão ser intervencionadas, estando tudo programado para que seja o mais depressa possível, porque senão, poderá não haver empresas para concorrer àquelas obras, ficando numa situação mais delicada.----------

------ Não havendo mais pedidos de intervenção e reassumindo a Presidência, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.----------

------ **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara»**:----------

------ A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

------ Passou-se de seguida ao **Ponto 2 – "Proposta para substituição de representante da Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal da CIM Região de Coimbra"**;----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, recordou que, na sequência da renúncia do mandato por parte do Sr. Carlos Fernandes, é necessário eleger ou indicar um novo representante da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da

CIM Região de Coimbra. Sugeriu, de seguida que fosse retomada a eleição inicial, quando foram eleitos os representantes e designar a Sr.ª Aidil Machado, elemento que se encontrava imediatamente a seguir na respetiva lista, não obstando a que possam ser apresentar outros candidatos., não tendo havido qualquer proposta.------

------ Efetuada a votação, por escrutínio secreto, verificou-se o seguinte resultado: --

------ 28 Votos a favor; ----------

------ 1 Voto contra. ----------

------ 4 Abstenções.----------

------ Perante o resultado obtido, foi designada a Sr.ª Aidil Machado representante da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da CIM Região de Coimbra, em substituição do Sr. Carlos Fernandes.----------

------ Referindo que do **Ponto n.º 3 ao ponto n.º 26** tratam-se de propostas de subsídios destinados às Juntas de Freguesia, propôs que, à semelhança do que já se tem feito, os pontos fossem divididos em vários blocos e que a Sr.ª Presidente da Câmara explicasse cada um deles, sendo de seguida apreciados e aprovados ponto a ponto separadamente.----------

------ Tomou então a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara informando que: - O **Ponto 3 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Aquisição de terreno na Peixieira"**, destina-se à aquisição de um terreno por parte da Freguesia de Ançã, junto à Ribeira de Ançã, sendo o subsídio no valor de 2.100,70€; - O **Ponto 4 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Obras de beneficiação do edifício da antiga Escola do 1.º CEB de Ançã, atual sede da Junta de Freguesia"**, destina-se a obras de beneficiação no edifício onde esse situava a Escola do 1º CEB, e que agora é a Sede da Junta de Freguesia, sendo o subsídio no valor de 8.472,86€;

- O **Ponto 5 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Mês da Cultura, Saúde e Desporto 2024**", destina-se ao mês da Cultura, Saúde e Desporto, que decorreu em junho e julho do corrente ano, sendo o subsídio, de acordo com as normas, no valor de 1.000,00€; - O **Ponto 6 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / Beneficiação da antiga Escola da Taboeira**", referiu que, à semelhança de outras Juntas e Associações, a Freguesia de Cadima, candidatou-se a subsídio da ADELO para a requalificação de alguns edifícios, no caso concreto para a beneficiação da antiga Escola da Taboeira, sendo o valor do subsídio no valor de 31.783,38€; - O **Ponto 7 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã /Aplicação e construção para abrigo para preservar equipamento da Freguesia ao abrigo do Regulamento de Apoio às Freguesias / Retificação da deliberação da Reunião de Câmara de 18/09/2024**", destina-se não à construção de um abrigo de passageiros, mas sim a uma construção para abrigo e preservação de equipamentos da Freguesia, sendo o subsídio no valor de 1.363,11€; - O **Ponto 8 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Sun7Fontes**", destinado ao evento que decorreu de 5 a 7 de julho em Ourentã, sendo o subsídio no valor de 1.000,00€; - O **Ponto 9 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Reposição das grelhas furtadas das bicas do Parque das Sete Fontes**", destina-se à substituição de grelhas que foram, que foram furtadas, tendo a Junta substituído a Câmara, pelo que o subsídio é o valor daquela aquisição, 584,25€; - O **Ponto 10 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Aquisição de estruturas**", destina.se, tal como tem vindo a acontecer com

outras Juntas de Freguesia, à adquisição stands para os eventos daquela freguesia, sendo o valor atribuição de 5.000,00€; - O **Ponto 11 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Alarme e Sistema de Deteção de Incêndio para o Jardim de Infância da Sanguinheira**", destina-se ao sistema de alarme e sistema de deteção de incêndio para o Jardim de Infância da Sanguinheira, sendo o valor do subsídio de 3.075,00€.--

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto 3 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Aquisição de terreno na Peixieira"**, tendo sido aprovado por unanimidade;----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto 4 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Obras de beneficiação do edifício da antiga Escola do 1.º CEB de Ançã, atual sede da Junta de Freguesia"**, tendo sido aprovado por unanimidade;----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto 5 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Mês da Cultura, Saúde e Desporto 2024"**, tendo sido aprovado por unanimidade;----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto 6 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / Beneficiação da antiga Escola da Taboeira"**, tendo sido aprovado por unanimidade;----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto 7 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de**

atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã /Aplicação e construção para abrigo para preservar equipamento da Freguesia ao abrigo do Regulamento de Apoio às Freguesias / Retificação da deliberação da Reunião de Câmara de 18/09/2024", tendo sido aprovado por unanimidade;----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto 8 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Sun7Fontes"**, tendo sido aprovado por unanimidade;----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto 9 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Reposição das grelhas furtadas das bicas do Parque das Sete Fontes"**, tendo sido aprovado por unanimidade;-----

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto 10 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Aquisição de estruturas"**, tendo sido aprovado por unanimidade;----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o Ponto **11 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Alarme e Sistema de Deteção de Incêndio para o Jardim de Infância da Sanguinheira"**, tendo sido aprovado por unanimidade;----------

------ Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, informando que, o **Ponto 12 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Obras de Construção de Passeios e Gestão de Águas Pluviais no lugar de Carreiros ao abrigo do Regulamento de Apoio às**

Freguesias", destina-se à construção de passeios e gestão de águas pluviais no lugar dos Carreiros, sendo o valor do subsídio de 5.557,58; - O **Ponto 13 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Passeios do lugar de Carreiros / Rua Principal"**, destina.se também a passeios no lugar de Carreiros, sendo o valor de 9.867,13€,- O **Ponto 14 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Obras de beneficiação dos passeios na Zona Industrial da Tocha (Lotes 23, 24, 25 e 26)"**, destina-se à beneficiação de passeios na Zona Industrial da Tocha, sendo o valor do subsídio de 4.786,72€; - O **Ponto 15 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Semana Cultural da Freguesia de Tocha"**, destina-se à Semana Cultural da Freguesia, sendo o subsídio habitual de 1.000,00€; - O **Ponto 16 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Reparação de escadas públicas na Rua dos Carreirós, na Praia da Tocha"**, destina-se à Reparação de escadas públicas na Rua dos Carreirós, na Praia da Tocha, sendo o subsídio no valor de 11.808,00€; O **Ponto 17 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Construção de passeios na Rua do Bracial, na Tocha"**, destina-se à primeira fase da construção de passeios na Rua do Bracial, na Tocha, sendo do subsídio no valor de 16.907,46€; - O **Ponto 18 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Reparação do circuito pedonal na Praia da Tocha**", destina-se a uma intervenção que poderia ter sido feita pela Câmara, em que a Junta de Freguesia se substituiu, sendo o valor do subsídio de 12.140,10€; - O **Ponto 19 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de**

Cantanhede e Pocariça / Requalificação da antiga Escola dos Lírios", informou que, tal como referiu para o caso de Cadima, agora para a União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, para a Escola dos Lírios que já está concluída e reinaugurada, sendo o subsídio no valor de 43.520,23€, correspondendo a parte da diferença do que foi comparticipado pela ADELO.; - O **Ponto n.º 20 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Arranjos exteriores na envolvente da antiga Escola dos Lírios",** diz respeito a uma obra que não foi comparticipável, em toda a envolvente do Parque Infantil e de outras instalações que foram lá colocadas, sendo o valor do subsídio de 9.854,47€.----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto n.º 12 – "Proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Obras de Construção de Passeios e Gestão de Águas Pluviais no lugar de Carreiros ao abrigo do Regulamento de Apoio às Freguesias"**, tendo sido aprovado por unanimidade;----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto n.º 13 – "Apreciação, discussão e aprovação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Passeios do lugar de Carreiros / Rua Principal",** tendo sido aprovado por unanimidade;----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto n.º 14 – "Apreciação, discussão e votação da atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Obras de beneficiação dos passeios na Zona Industrial da Tocha (Lotes 23, 24, 25 e 26)",** tendo sido aprovado por unanimidade;-

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto n.º 15 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de**

atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Semana Cultural da Freguesia de Tocha", tendo sido aprovado por unanimidade;----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto n.º 16 – "Apreciação, discussão e aprovação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Reparação de escadas no areal na Rua dos Carreirós na Praia da Tocha"**, tendo sido aprovado por unanimidade;--

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto n.º 17 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Construção de passeios na Rua do Bracial, na Tocha"**, tendo sido aprovado por unanimidade;----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto n.º 18 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Reparação do circuito pedonal na Praia da Tocha"**, tendo sido aprovado por unanimidade;----------

------ O Sr. Presidente da Mesa passou de seguida ao **Ponto n.º 19 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Requalificação da antiga Escola dos Lírios"**, tendo solicitado a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Nuno Caldeira, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, reiterando o que já foi dito pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, agradeceu pela forma cordial e respeitosa, com que a Câmara trata as Juntas de Freguesia do concelho. Manifestou ainda um reconhecido agradecimento pela forma colaborante com que a Câmara sempre trata, no caso concreto a União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, honrando os compromissos, fazendo jus à palavra dada, naturalmente traduzida na validação, quer

em reunião de Câmara, quer na Assembleia por unanimidade, como tem acontecido nos demais pontos.----------

------ Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto n.º 19 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Requalificação da antiga Escola dos Lírios"**, tendo sido aprovado por unanimidade;----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto n.º 20 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Arranjos exteriores na envolvente da antiga Escola dos Lírios"**, tendo sido aprovado por unanimidade;----------

------ Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, informando que o **Ponto n.º 21 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sepins e Bolho / Pavilhão de Sepins"**, destina-se a subsidiar a intervenção no Pavilhão de Sepins, sendo o subsídio no valor de 13.500,00€; - O **Ponto n.º 22 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Construção no Largo da Cruz, em Corticeiro de Cima"**, refere-se a um subsídio no valor de 2.577,24 €; - O **Ponto n.º 23 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Requalificação do Largo da Igreja, em Vilamar"**, refere-se a um subsídio no valor de 9.217,23€; - O **Ponto n.º 24 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Mostra Cultural, Gastronómica e Desportiva"** refere-se a um subsídio no

valor de 931,66€; - O **Ponto n.º 25** – "**Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Despesas de funcionamento do Jardim de Infância do Corticeiro de Cima, de setembro 2023 a julho 2024**" refere-se a um subsídio no valor 922,64€ destinado às despesas com eletricidade do Jardim de Infância que funciona em instalações da Junta de Freguesia; - O **Ponto n.º 26 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Despesas de beneficiação e apetrechamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º CEB da Freguesia"** refere-se a um subsídio no valor 1.982,51€.----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto n.º 21 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sepins e Bolho / Pavilhão de Sepins"**, tendo sido aprovado por unanimidade;----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto n.º 22 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Construção no Largo da Cruz, em Vilamar"**, tendo sido aprovado por unanimidade;-

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto n.º 23 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Requalificação do Largo da Igreja, em Vilamar"**, tendo sido aprovado por unanimidade;----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto n.º 24 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de**

atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Mostra Cultural, Gastronómica e Desportiva", tendo sido aprovado por unanimidade;----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto n.º 25 – "Apreciação, discussão e votação da Proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Despesas de funcionamento do Jardim de Infância do Corticeiro de Cima, de setembro 2023 a julho 2024",** tendo sido aprovado por unanimidade;----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto n.º 26 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Despesas de beneficiação e apetrechamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º CEB da Freguesia",** tendo sido aprovado por unanimidade;----------

------ Passou, de seguida ao **ponto n.º 27 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima, Freguesia de Murtede, Freguesa de Ourentã e Freguesia de Sepins e Bolho / Universidade dos Tempos Livres":**----------

------ A Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informou tratar-se de 6 cursos, que têm 550,00€ de apoio, nomeadamente, à Freguesia de Cadima, à Freguesia de Murtede e à Freguesa de Ourentã, sendo que a Freguesia de Sepins e Bolho tem 2 cursos e recebe 1.100,00€. Acrescentou que também a Associação Nossa Senhora das Neves tem cursos com o mesmo subsídio, mas não necessita da aprovação da Assembleia.----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **ponto n.º 27 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima, Freguesia de Murtede, Freguesa de Ourentã e Freguesia de Sepins e Bolho / Universidade dos Tempos Livres"**, tendo sido aprovado por unanimidade;----------

------ Passou-se ao **Ponto 28 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídios diversos às Freguesias / Regulamento Municipal de Apoio às Freguesias do Concelho de Cantanhede**";----------

------ A Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informou que, de acordo com o Regulamento Municipal de Apoio às Freguesias do Concelho, foram atribuídas verbas a várias freguesias, nomeadamente: - 19.659,42€ destinados à construção de diversos wc públicos em Ançã, obras na Quinta do Pomar e obras na sede da Junta de Freguesia de Ançã; - 17.184,38€ à Freguesia de Cadima, destinados ao arranjo do Largo e passeios na Capela da Nossa Senhora das Necessidades em Guímera, à represa da Azenha e no Porto Sobreiro; - 4.777,09€ à Freguesia da Cordinhã, destinados a equipamentos e reparações de Parques Infantis; - 33.501,79€ à Freguesia de Febres, destinados à execução de passeios na Serredade.; - 9.641,19€ à Freguesia de Murtede, destinados à ampliação do cemitério de Murtede; - 8.133,07€ à Freguesia de Ourentã, destinados a obras no cemitério; - 1.213,47€ à Freguesia da Sanguinheira, destinados aos passeios nos Carreiros; - 8.617,82€ à Freguesia de São Caetano, destinados à construção de muros, passeios e limpeza de aquedutos; - 16.535,45€ à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça destinados ao percurso pedonal no caminho da Mota – Pocariça, e Rua Dr. Manuel Bela na Póvoa da Lomba; - 18.700,15€ à União das Freguesias de Covões e Camarneira, destinados a passeios em Marvão, a muros na Camarneira e a obras da Capela do cemitério de

Covões; - 10.179,80€ à União das Freguesias de Portunhos e Outil, destinados à aquisição de módulos e de stands; - 15.242,78€ à Freguesia de Sepins e Bolho, destinados ao cemitério de Sepins e Bolho; - 10.826,14€ à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, destinados a trabalhos na Rua da Nossa Senhora dos Remédios, Rua Padre Basílio e ao muro de retenção da ciclovia.----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **ponto n.º 28 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídios diversos às Freguesias / Regulamento Municipal de Apoio às Freguesias do Concelho de Cantanhede",** tendo sido aprovado por unanimidade;----------

------ Passou-se ao **Ponto n.º 29** – "**Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, à Freguesia de Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã / Postos de Enfermagem / Meses de setembro a novembro 2024**";----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou já se ter falado nos Postos de Enfermagem tendo sido colocada a questão ao Sr. Presidente da ULS. De seguida informou que os valores a atribuir para garantir o funcionamento dos mesmos são os seguintes: Para a Freguesia da Cordinhã, 834,52€, para a Freguesia de Ourentã 847,98€, para a Freguesia da Sanguinheira 565.32€, para a União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça 834,52€, para a União das Freguesias de Covões e Camarneira 834,52€ e para a União das Freguesias de Portunhos e Outil 1.157,56€.----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto n.º 29 - "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, à Freguesia de Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã / Postos de Enfermagem / Meses de setembro a novembro 2024"**, tendo sido aprovado por unanimidade;----------

------ Passou-se ao **Ponto n.º 30 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Sanguinheira / Licenciamento de música ao vivo e Karaoke, fogueira tradicional e Licença Especial de Ruído / Fogueira de Natal"**;----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que o valor a isentar é de 47,84€.------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto n.º 30 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Sanguinheira / Licenciamento de música ao vivo e Karaoke, fogueira tradicional e Licença Especial de Ruído / Fogueira de Natal"**, tendo sido aprovado por unanimidade;----------

------ Passou-se ao **Ponto n.º 31 – "Relação das Isenções das Taxas Municipais concedidas / 2.º semestre de 2024 pela Câmara Municipal de Cantanhede, para conhecimento"**:----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que foi deliberado ser comunicada à Assembleia Municipal as isenções concedidas pela Câmara, nas sessões de junho e de dezembro, relativamente ao semestre anterior. Informou, de seguida que, no

período compreendido entre 5 de junho e 21 de novembro, as isenções ascenderam a 115.209,71€, o que perfaz até à data, somando o anterior semestre um valor de 230.236,52€.----------

------ Interveio o Sr. Presidente da Mesa, recordando que as isenções que foram aprovadas acabam por refletir um subsídio, de forma indireta, quer as Juntas de Freguesia, quer às Associações espalhadas pelo Concelho, o que, de alguma forma, também é sinal de grande vitalidade.----------

------ A Assembleia Municipal tomou conhecimento.----------

------ Passou-se ao **Ponto 32** - "**Apreciação, discussão e votação dos documentos previsionais para o ano de 2025 e Plano Orçamental Plurianual do Município de Cantanhede para 2025-2029**";----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, antes do auxílio da projeção, referiu ser o Orçamento mais alto de sempre da Câmara Municipal de Cantanhede, sendo que, evidentemente, tem uma componente muito, muito forte quanto à questão das candidaturas, indo sofrendo muitas alterações durante o ano. Informou existirem muitas candidaturas submetidas e muitas obras que vão decorrer e que não estão ainda contempladas, uma vez que não se pode colocar o valor da receita, enquanto não for confirmada a aprovação dessas mesmas candidaturas. Acrescentou ser a apresentação um plano de trabalho, com algumas referências que não conseguem ser exaustivas e que existem sempre aquelas rubricas que têm valores que parecem pequenos, mas que são transversais a outras rúbricas, como acontece na área do Turismo e da Agricultura. Iniciada a projeção da apresentação do orçamento, a Sr.ª Presidente começou por apresentar a evolução do valor da receita nos últimos 4 anos, desde 2021, esclarecendo que, se a receita aumentou, mas o mesmo aconteceu com

os encargos: - Os principais componentes da receita, nomeadamente, os impostos diretos, como o IMI, o IUC, o IMT, a Derrama e as transferências do Estado, que espera possam vir a aumentar com a nova alteração da Lei das Finanças Locais, para que haja uma articulação mais correta, como acontece em outros países da Europa, admitindo que essas áreas venham a ser corrigidas; - As comparticipações das candidaturas que estão muito aquém, mas que perante todas as que têm sido submetidas, vão aumentar ao longo do ano; - Relativamente às despesas com pessoal, verifica-se que nos últimos 4 anos, o valor das mesmas duplicou, devido essencialmente às transferências de competências recebidas do Estado, na área da educação sobretudo, de onde transitaram cerca de 230 funcionários, na área da ação social e da saúde, fazendo com que os recursos humanos, tenham de aumentar também o volume de pessoal, porque é completamente diferente gerir uma casa com 100 funcionários ou uma com 600; - Relativamente aos níveis do endividamento e da forma como têm a vindo a crescer, sempre dentro do rigor dos níveis de endividamento, informou dever-se essencialmente ao acesso à Banca feito para a questão do tapete, para os alcatroamentos das estradas, que já vão para além dos 10.000.000,00€. Acrescentou que a parte das vias é estruturante, sendo fundamental tê-las como deve ser, recordando a fase que infelizmente aconteceu, devido à cobertura de água e de saneamento que foi alargada, mas que rebentou com toda a estrutura viária do concelho que se está a tentar recuperar; - Apresentou, de seguida, um cenário macroeconómico sobre o país e a proposta do orçamento de Estado para o próximo ano, sobre como está a decorrer a questão do desaceleramento do crescimento, do desemprego e da inflação, mas também as perspetivas relativamente ao que irá acontecer para o salário mínimo, que tem crescido sempre exponencialmente e bem, todos os anos, mas que evidentemente tem encargos

enormes para a estrutura; - Que os procedimentos cumprem o SNC – AP, nos enquadramentos orçamentais, estando tudo de acordo com as regras e de acordo com a Lei; - Que o orçamento atinge um valor de 52.038.629,00€; - Que mais tarde virá à Câmara a parte da consolidação das contas com a INOVA, a BIOCANT e a ABAP, o que vai ultrapassar mais de setenta milhões. Esta situação tem acontecido em quase todos os municípios, no corrente ano, com o aumento substancial do valor do orçamento; - Que, perante a concretização de todas as candidaturas submetidas, que se esperam ser aprovadas, orçamento terá um crescimento do lado da despesa e da receita, o que levará a inúmeras alterações; - Relativamente à poupança, existe uma preocupação de tentar conter dentro do limite, a despesa corrente, de forma a libertar verbas para investimento, que atinge quase os 3.500.000,00€ da poupança corrente; - Que a regra de equilíbrio orçamental, está cumprida, sendo consolador e um grande incentivo; - Relativamente às transferências, informou serem são sobretudo provenientes da Administração Central, que conforme já referiu, tem a expectativa e o desejo que venham a aumentar nos próximos anos, como as transferências que têm a ver com o FEF, o IRS, o IVA, entre outas; as verbas recebidas devido às transferências de competências, que estão sempre a ser monitorizadas pelos serviços, no sentido de alertar o Estado nas situações em que a despesa pode ser superior à recebida; os impostos direto, IMI, IUC, IMT e da Derrama; os rendimentos de propriedade relacionadas com as concessões à EDP e o Parque Eólico; a venda de terrenos essencialmente para as Zonas Industriais ou para algum tipo de loteamento; esclareceu que, relativamente ao IMT existia algum receio devido à decisão do Governo do apoio aos jovens, não se sabia qual seria o impacto, o que ia acontecer mas o Estado, já começou a pagar e está a ressarcir a Câmara do valor que os jovens não estão a pagar; - Informou que, o nível das transferências correntes,

existe uma variação positiva de quase de 12%, relativamente ao orçamento do ano transato; Deu alguns exemplos que irão aumentar a receita, valores de comparticipações comunitárias, para a Escola Lima de Faria, para a construção de uma Unidade de Saúde e da Reabilitação do Centro de Saúde de Cantanhede, entre outros; Referiu as candidaturas homologadas a novos financiamentos comunitários, dando como exemplo o valor da Escola à Lima de Faria, que em termos obras em Escolas, é das mais pesadas a nível do país, e ultrapassa os 12.000.000,00€, o Centro de Saúde de Cantanhede vai para cerca de 2.000.000,00€, a construção da nova unidade de Saúde de Covões com 698.000,00€, entre muitas outras obras que virão; - Demonstrou pela apresentação, todas as candidaturas que se encontram no orçamento e já estão submetidas, sendo que todas as do PRR são essencialmente intervenções nas Escolas, todas com grandes valores, como sendo o caso da Escola Lima de Faria, já referido, mas a Escola Garcia Bacelar de Febres com mais de 6.000.000,00€, a parte que falta para a Escola Marquês de Marialva da envolvente e do pavilhão, com cerca de 2.000.000,00€, seguindo-se as requalificações das Unidades de Saúde, as USF, para reabilitar todas as extensões de saúde, as "USF" do concelho, tendo em vista umas instalações de qualidade por todas as Freguesias; - Ainda outras que, não são diretamente de material, como no caso do radar social, uma intervenção na área social; - Também a requalificação dos Palheiros da Tocha, com candidatura da ADELO, outra candidatura que está a decorrer ao nível da habitação direcionada a beneficiários diretos, pessoas que foram, detetadas a nível da ação social e que têm dificuldade em fazer a reestruturação da sua própria casa, e ainda o 1º Direito, uma intervenção social da parte do arrendamento acessível. Acrescentou existirem outras candidaturas que foram submetidas após a conclusão do orçamento, não já ao PRR, mas as verbas que transitaram da CCDR para as CIM,

as ITI e têm a ver com inúmeras situações, como requalificação urbana e outro tipo de obras que a seu tempo serão dadas a conhecer, mas que estão já em fase de concurso. Deu, de seguida uma palavra de louvor e agradecimento às equipas do Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara, pela forma intensa como têm trabalho de forma a se poderem cumprir todos aqueles prazos, prescindindo de férias na época de Natal por exemplo, porque havia um prazo para cumprir até 31 de dezembro; - Que não sabendo quando é que Portugal pode vir a deixar de ter fundos comunitários, tem o dever de tudo ser submetido, podendo beneficiar as Freguesias e o concelho; - Que as despesas com pessoal já atinge quase 13.500.000,00€, as aquisições de bens e serviços 8.600.000,00€; - que existem as transferências correntes, os subsídios à INOVA e os juros uma vez que existem empréstimos; - Que aquela despesa distribui-se por algumas áreas, como os combustíveis e lubrificantes, no topo, a eletricidade, a iluminação pública, as refeições escolares, os estudos e pareceres, os transportes escolares, a limpeza e higiene; - Que no momento estão no terreno em execução 25 empreitadas, sem falar das últimas que referiu, como da colocação de tapetes, entre outras; - Que está a ser um ano extremamente intenso para a equipa de fiscalização e da necessidade de acompanhamento de obras, tal como será o próximo ano, porque estão 25 empreitadas já a decorrer, estando-se a projetar as coisas de forma a que vá acontecer o que está planeado; - Relativamente às funções, referiu as funções sociais, onde está a proteção do meio ambiente, a cultura, o desporto, a parte da educação, com um destaque de quase com 57%; - Relativamente às funções económicas, referiu a rede viária, os mercados e feiras e as outras funções onde estão incluídas as transferências para a CIM ou para as Juntas de Freguesia por exemplo, além das funções gerais onde está a Administração Geral e a Proteção Civil; - Exemplificou algumas áreas dentro daquelas funções que referiu,

como por exemplo: - A faixa de gestão de combustível, mais conhecida por limpeza das bermas da estrada e que passou a ser uma competência financeira dos municípios, mas que envolve centenas de milhares de euros; - As transferências para os Bombeiros, referindo que, das transferências da CCDR para a ITI das Câmaras, foi entendido entregar, aquele valor para adquirir equipamento para os Bombeiros de Cantanhede, como também renovar toda a central telefónica dos Bombeiros, pelo excelente trabalho e exemplo que os Bombeiros de Cantanhede têm demonstrado ao longo dos anos; - Ainda relativamente às funções sociais, recordou que a responsabilidade dos transportes públicos na Comunidade Intermunicipal dos 19 municípios passa a ser da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. Informou, de seguida que foram feitos concursos, tendo-se chegado a um concurso final para os 19 municípios, de milhões, tendo ganho uma empresa israelita que já está no terreno e ficará com todo o transporte do concelho, de dentro da cidade, e do transporte na altura da EXPOFACIC. Referiu terem adquirido equipamentos novos e que os motoristas andam todos em formação, porque passa, a ter uma exigência diferente e vão começar a fazer os primeiros testes por volta de junho, para que no início do próximo ano letivo, em setembro, tudo já esteja perfeitamente afinado e que o transporte decorra da forma pretendida; - Ainda na área das funções sociais, referiu algumas construções como o Complexo Desportivo de Cantanhede, que esperam concluir no próximo ano, a construção do Museu Mário Silva, as transferências para as respostas sociais ou a Carta Municipal de Habitação e a aquisição de géneros alimentares para as famílias carenciadas que está a aumentar; - Ao nível das funções económicas referiu, cada vez mais a aquisição de terrenos para ampliação das Zonas Industriais, com o aumento de uma zona privilegiada, que é a Zona Industrial de Murtede, que vai aumentar 15 hectares, não esquecendo que a aquisição dos terrenos

privados para depois infraestruturar, fica bastante aquém do valor da venda que o município faz dos terrenos às empresas. Acrescentou ser muito compensador ver a recetividade por parte dos empresários, de se quererem fixar nas nossas Zonas Industriais, pelo que devem continuar com essa aposta; - Referiu ainda a aquisição de terrenos da ligação da 109 à Zona Industrial da Tocha e a parte da execução dos passeios; - Nas outras funções, referiu algumas transferências com entidades, como para a CIM Região de Coimbra, ou para as Juntas de Freguesia, como no caso dos espaços verdes; - As comparticipações que a autarquia tem noutras entidades, recordando que detém 100% da INOVA, 81% da BIOCANT e 97% da Associação Beira Atlântico Parque, para além de outras entidades como a ERSUC, a AIRC, etc...; - Referiu o parecer do Revisor Oficial de Contas, que demonstra que todos os documentos foram feitos dentro da Lei e dentro das regras que são impostas; - Referiu que a análise foi feita pela Divisão Financeira, agradecendo na pessoa do Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, José Negrão, pela forma estruturada e pela forma serena com que os documentos foram apresentados, numa altura de grande pressão, tendo considerado existir o equilíbrio das regras provisionais, permitir a utilização de fundos próprios, mesmo sem candidaturas, mas podendo fazer muita requalificação urbana, rede viária, aquisição de terrenos, infraestruturas nas zonas industriais para as quais não existem candidaturas. Informou que, relativamente aos terrenos para as zonas industriais vai haver uma alteração ao Regulamento para fazer um acerto de alguns valores que são necessários. No entanto, se fossem ao encontro do exigido pelas candidaturas, os valores passariam a ser extremamente altos e não é o pretendido, significando que todas as infraestruturas saem do orçamento municipal. Resumiu que haverá investimentos significativos em áreas prioritárias como a educação e a saúde, em Escolas e nos Centros de Saúde, e depois,

inclusivamente, outros investimentos que não se vendo também são importantes, como toda a parte da ação social, da educação, da carta municipal, dos subsídios à natalidade, do IMI familiar, do apoio às IPSS e do Regulamento de apoio a respostas sociais de saúde e habitação. Afirmou saber que, muitas vezes, na altura da apresentação do orçamento, em todos os municípios, todas as bancadas da oposição, falam sempre da questão da diminuição dos impostos, no entanto, considera que deveria haver regras da parte do Estado, sobre o que se recebe deveria ser para os municípios gerirem. Acrescentou que, por exemplo, uma descida do IMI ou de outro imposto, não tem o efeito que desejado, porque os valores são ínfimos, têm sim um efeito político e partidário. Referiu que o poderiam fazer, mas considera não ser a altura ideal, porque é extremamente séria e de responsabilidade para gerirem questões mais partidárias, em vez de pensar sobre o que é necessário para o concelho, estando a pensar nas estratégias da natalidade, do IMI familiar, das desigualdades sociais, que tentam sempre colmatar. Referiu ainda que a consolidação da descentralização ao nível das competências, que está sempre a aumentar e que têm de acompanhar para que a tutela tenha conhecimento da evolução daquelas mesmas despesas. Afirmou, de seguida que o município pretende que haja sempre uma excelente parceria com as Freguesias e com os Agrupamentos de Escolas, de forma que haja um diálogo profícuo, porque seja com uns ou com os outros, se houver essa descentralização e a entrega de algumas verbas para serem geridas ou por uma entidade ou para outra, existe a certeza de que serão bem geridas. Para terminar, referiu que o orçamento de 2025, será naturalmente alterado, pelo facto de estarem a começar as candidaturas, pelo que se houver muitas alterações, é sinal de que estão a conseguir as aprovações tão desejadas para o concelho.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual relativamente ao orçamento, referiu que, na atual conjuntura económica, apesar dos indicadores macroeconómicos serem ligeiramente favoráveis ao nível nacional, os principais países europeus estão em recessão, como é o caso da Alemanha e da França, o que terá forçosamente um impacto em Portugal, ainda com o agravamento da guerra da Ucrânia, sem fim à vista. Naquele âmbito, referiu existir uma situação de imprevisibilidade económica pelo que se deveria assumir uma visão cautelosa e conservadora dos acontecimentos que são subjacentes. Recordou que o orçamento para 2025 é de mais 9.568.385,00€ que o ano anterior, ou seja, mais 22,5% que o orçamento de 2024 e com mais 70% do que o de 2021, devido às Delegações de Competências da Administração Central, nas áreas da saúde e educação que vieram avolumar/dilatar os orçamentos municipais. Referiu que o orçamento apresentado apresentou um elevado grau de exigência para o executivo, esperando que haja uma boa execução do mesmo. Referiu ainda que se verifica que na BIOCANT há uma despesa com juros e encargos de mais de 50.000,00€ e que na ABAP está prevista um acréscimo de aquisição de bens em material, que tem o valor em despesa de 127.189,00€ e que as despesas com pessoal de 36.000,00€. Relativamente à A INOVA. embora tenha tido um resultado de metade de 2023, sendo positivo, nada tem a a dizer. Concluiu que a Câmara demonstra que tem possibilidades ou que vai buscar 12.000.000,00€ ao PRR, pelo que a felicita por isso, e informou que o seu voto será favorável face ao que acabou de explanar.----------

------ Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto n.º 32 – "Apreciação, discussão e votação dos documentos previsionais para o ano de 2025 e Plano Orçamental Plurianual do Município de**

Cantanhede para 2025-2029", tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 25 votos a favor, 6 votos contra e 1 abstenção. ----------

------ Após a votação, o Sr. Rogério Marques, apresentou uma declaração de voto da bancada do PSD, do seguinte teor: "*O Orçamento e as Grandes Opções do Plano são documentos provisionais da Câmara Municipal de Cantanhede para 2025. São documentos vastos e complexos, pelo que é de agradecer o extraordinário trabalho realizado pelas equipas responsáveis pela sua elaboração, seja na componente técnica, económica ou política. Partilhamos a visão do executivo liderado por Helena Teodósio quando refere que o Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para 2025, foi elaborado obedecendo a uma lógica de sustentabilidade dos recursos financeiros para responder ao alargamento das responsabilidades que o Município passou a deter em novas áreas que, entretanto, ficaram sob sua alçada projetando tanto quanto possível os investimentos de capital, infraestruturas e equipamentos coletivos, com carácter estruturante, para o reforço e coesão territorial. No que se perspetiva é, portanto, uma lógica de equilíbrio entre a sustentabilidade e investimento da qual se podem salientar os seguintes aspetos, o orçamento do Município de Cantanhede apresenta um valor global de 52.000.000,00 de euros com um acréscimo de 22,5% relativamente ao exercício de 2024, que decorre essencialmente da assunção de novas competências transferidas pela Administração Central com inúmeras implicações na gestão da Câmara, quer do ponto de vista financeiro, quer em termos organizacionais. Prevê-se um forte incremento na despesa corrente, resultante do inevitável alargamento do pessoal para dar resposta às novas responsabilidades em áreas como a saúde e a educação entre outras. De grande relevo é também a previsão de uma poupança de 3,4 milhões de euros, valor obtido a partir da dotação da despesa corrente, à receita corrente e que se destinam*

ao investimento em projetos programados, que apesar de serem parcialmente financiados, não deixam de representar um enorme esforço financeiro da autarquia em 2025. A regra do equilíbrio orçamental volta a ser largamente cumprida, prevendo-se gerar um excedente de 2,6 milhões de euros na diferença entre receita corrente e o somatório da despesa corrente com o valor médio das amortizações de empréstimos a médio e longo prazo, sinal da sustentabilidade financeira do Município. Do lado da receita, verifica-se que os impostos de taxa ou participação variável, o IMI, a Derrama, o IRS, não sofrem qualquer subida por força de iniciativa municipal, o que continua a abdicar de uma parte significativa das receitas a que tem direito, em benefício dos cidadãos e as empresas. Mantém a taxa de IMI em 0.38, muito inferior à taxa máxima de 0.45. Apoio às famílias com a dedução do IMI a pagar pelas famílias. Mantêm também o apoio às pequenas empresas na medida em que as isenta de Derrama quando o volume de negócios é inferior a 150.000,00 euros. Destacam-se naturalmente os mais de 17.000.000,00 de euros previstos para as funções sociais, de modo a dar continuidade ao trabalho de promoção do desenvolvimento social e no reforço da coesão social, melhorando a qualidade de vida e no bem-estar estar das populações como um conjunto basto de obras, iniciativas que vão desde as refeições escolares, aos transportes escolares, às bolsas de estudo, da remodelação e beneficiação da Escola Secundária Lima de Faria, bem como apoiar o funcionamento das unidades de saúde. Dos investimentos salientam-se os que dizem respeito à renovação do Parque Escolar com a requalificação da EB 2,3 e da Secundária João Garcia Bacelar na Tocha e da Escola EB 2,3 Carlos de Oliveira em Febres, enquanto prosseguem as obras de fundo na Escola Secundária Lima de Faria e a 2ª fase da EB 2,3 Marquês de Marialva. Ainda sobre investimentos e no campo da saúde, o Município assumiu melhorias na rede de cuidados de saúde primários como a

reabilitação do Centro de Saúde de Cantanhede e a construção do novo Polo dos Covões, da USF da Bairrada, estando ainda previsto investimentos de monta na remodelação das USF de Ançã, Tocha, Febres e Cadima e alguns Polos da USF da Bairrada. Os setores da educação e da saúde são responsáveis por um aumento de 179% das despesas de capital comparativamente a 2024, sem contar com outros investimentos significativos em obras estruturantes como a continuação do alargamento das zonas industriais e a construção das respetivas infraestruturas, que o município continua a apostar. Destacamos igualmente os cerca de 7.000.000,00 de euros destinadas à requalificação da rede viária e a habitual cooperação com as Juntas de Freguesias numa perspetiva de equidade e coesão territorial das várias zonas do concelho, ao apoio das associações e outras entidades. Este é um orçamento ambicioso, especialmente exigente e equilibrado e que possibilita a libertação de verbas para os diversos investimentos pensados para os próximos anos, sendo necessário uma resposta célere dos organismos estatais no âmbito das candidaturas já submetidas e a submeter a fundos comunitários. Por tudo isto e pelo exposto, a bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede vota favoravelmente o Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para 2025." ----------

------ Também o Sr. José Malta, apresentou uma declaração de voto da bancada do PS, do seguinte teor: "*Documentos Provisionais para o ano de 2025 e Plano Orçamental Plurianual do Município de Cantanhede. Identificando a sempre presente dificuldade que é elaborar um documento desta índole e considerando a elevada quantidade de variáveis que são neste momento muito difíceis de quantificar de uma forma consolidada e substantiva, não podemos deixar de registar alguns aspetos que consideramos importantes na definição das políticas indiretamente definidas com este*

documento. Regista-se desde logo um decréscimo no valor identificado no cumprimento da regra de equilíbrio orçamental, verificando-se uma poupança na ordem dos 3.428.266,00 de euros, o que per si ainda continua a ser um valor considerável, indicador de que existia alguma margem para se aumentar o investimento em algumas áreas que identificamos no passado ano de 2023. Quanto aos impostos, a redução da receita identificada verifica-se apenas ao nível do IMT, fruto das decisões do Governo Central, o que veio confirmar a nossa opinião em relação ao posicionamento que o executivo deveria ter tido já no passado em relação a este tema. Ao nível da despesa, destaca-se a rubrica do pessoal com um peso relativo na despesa corrente de 48,33%, que decorre muito das transferências de competências nas múltiplas áreas assumidas pelo Município de Cantanhede. Apesar das características do nosso território e de sermos fundamentalmente um Município de características rurais, a agricultura continua a ser um parente pobre no exercício de elaboração deste documento. Apenas se identifica uma verba de 22.507,00 euros para o programa de agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca. De notar que na área do turismo, tradicionalmente pouco referenciado ao nível dos valores disponibilizados em orçamento, os cerca de 239.000,00 de euros continuam a demonstrar que este não é um setor primordial para o Município. Se tivermos em linha de conta que comparativamente ao ano transato, o peso relativo desta verba passa dos 0,79% para os 0,76%, percebemos que o investimento numa política assertiva de ativação e capitalização de marca territorial, continua a não ser devidamente acompanhado pela vertente orçamental. Não gostaríamos de terminar esta Declaração de Voto sem referenciar mais dois aspetos, o primeiro centra-se no facto de, se a título de exercício expurgarmos verbas que são transferidas ou do Governo Central ou de fundos comunitários pelas mais variadas razões para o Município de

Cantanhede, percebemos que o orçamento municipal tem vindo a decrescer nos últimos anos. Tal característica, é para nós motivo de profunda reflexão na medida em que deverá o executivo municipal identificar soluções que deverão ser paulatinamente implementadas, de forma a suprir a potencial privação das transferências em causa. Só dessa forma se poderá garantir uma saudável continuação de saúde financeira do Município. Finalmente, consideramos que o futuro orçamento terá necessariamente de ser revisto, além disso o único facto que se identifica efetivamente diferente dos anos transatos é o cenário macroeconómico, que por sinal não produziu efeitos consideráveis nas mais diversas rubricas. Assim os Deputados eleitos pelo Partido Socialista, abaixo assinados, perante o exposto e mantendo uma lógica de coerência em relação ao que foi assumido nos Orçamentos e Grandes Opções do Plano de 2022, 2023 e 2024, e tendo em conta que eles são observações feitas à data genericamente continuam a não ser consideradas neste documento, votaram contra este Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025. Os Deputados do PS." ------

------ Passou-se de seguida ao **Ponto n.º 33 – "Apreciação, discussão e votação da proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o Ano de 2025"**;----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que o mapa de pessoal contempla 539 postos de trabalho, sendo que 198 são para as Escolas, apesar de ainda existirem pessoas a recibo verde quando há urgência na colocação de alguns funcionários. Referiu, de seguida que, na carreira geral de Assistente Operacional, conforme já falou com os sindicatos, a sua caracterização implica, por vezes, o exercício de funções em condições de penosidade e insalubridade, pelo que, nesses casos, terão um suplemento remuneratório conforme consta do mapa pessoal, nomeadamente,

para os Assistentes Operacionais que trabalham no cemitério, no canil municipal e nas equipas de asfaltamento.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura deu, de seguida, a palavra ao Sr. Rogério Marques, a qual referiu que, em consonância com a aprovação do orçamento para 2025, a bancada do PSD irá votar favoravelmente a proposta apresentada, contendo os postos de trabalhos necessários para assegurar a missão e os objetivos fixados. No entanto, devido ao grande aumento do número de funcionários referiu ter feito alguma pesquisa no anuário financeiro dos municípios portugueses, para saber qual a posição do Município de Cantanhede, face aos municípios limítrofes. Chegou à conclusão de que cada município tem densidades populacionais diferente e o número de trabalhadores por 1000 habitantes poderá andar num rácio de 10 a 20. Acrescentou que o Município de Vagos, por exemplo, fica no valor mais baixo enquanto que Mira fica no valor mais alto, já Cantanhede situa-se num valor mediano, face a outras realidades, que são semelhantes ao território do concelho.----------

------ Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto n.º 33 – "Apreciação, discussão e votação da proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o Ano de 2025"**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ Passou-se de seguida ao **Ponto n.º 34 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração da delimitação da ARU e do PERU da Cidade de Cantanhede"**;----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual solicitou que fosse o Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso, que tem o Pelouro do Urbanismo, a apresentar o assunto, complementando com informação da equipa do Departamento de Urbanismo. Informou, no entanto que

houve um aumento de cerca de 181 hectares na área de Cantanhede, estando os serviços também já a trabalhar no sentido de fazer este tipo de intervenção, não só na cidade que já existe, como sabem, mas também nas vilas, podendo assim estender-se às Freguesias, existindo um diálogo previsto com os Sr.s Presidentes de Junta, no sentido de poder, de uma forma articulada, localizar em cada Freguesia as áreas de reabilitação urbana.----------

------ A Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, deu então a palavra ao Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso, o qual, informou que: - O que está em causa é melhorar ainda mais o processo de reabilitação na cidade, aumentando a área onde é possível fazer reabilitação, sendo uma aposta decisiva e importantíssima que decorre da necessidade de continuar um trabalho que tem vindo a dar bons resultados; - Nessa necessidade e oportunidade foram incluídos projetos municipais na ARU, sendo o Pavilhão do Clube de Futebol "Os Marialvas" um dos melhores exemplos; - Apesar de ser um processo exigente que implica muitos meios, pelo trabalho notável das Equipas envolvidas, as respostas são dadas em bom tempo; - Trata-se apenas de uma proposta de alteração da ARU da cidade de Cantanhede e do PERU - Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da cidade de Cantanhede, bem como o relatório de ponderação da discussão pública, que foi bastante participado, com oportunidade de se fazer chegar sugestões, reclamações, etc; - Em paralelo com a ampliação da ARU, estão a ser desenvolvidas ORU e PERU nas vilas, quer em Febres, quer na Tocha, quer em Ançã, bem como na Praia da Tocha, tendo um planeamento estratégico também a ser alargado a outras localidades e a outras Freguesias do concelho, por ser uma ferramenta muito eficaz que tem estado a dar bons resultados práticos; - Reforçou a importância da reabilitação e da regeneração urbana, a estruturação e qualificação dos espaços públicos, a reabilitação do património, a

------ Continuação da Ata n.º 6/2024 da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 27 de dezembro de 2024.----------

promoção da mobilidade, a coesão social e territorial que presidem àqueles documentos, potenciando muito dos documentos que já existem.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Chefe da Divisão de Gestão Territorial e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques, o qual: - Recordando a existência de uma ARU, de uma ORU e de um PERU aprovados em Cantanhede, que está a dar resultados práticos na cidade, verificou-se a prática da constituição de uma ARU como uma ferramenta muito eficaz no que concerne à reabilitação urbana; - Recordou que, o que existe na cidade de Cantanhede, foi aprovado em 2018, e até à presente data já houve bastantes intervenções, apresentando-se agora o plano com as intervenções que estão a cargo do Município a ORU que está aprovada e que são bastantes; - Recordou os benefícios fiscais para os particulares, sendo que de 2018 até 2024, existiram 47 intervenções em ARU só da parte dos particulares; - Que agora se trata de um investimento da parte do Município, sendo uma ARU sistemática, ou seja, que tem uma intervenção pública, com um investimento de 3.600.000,00€, com fundos aprovados, num investimento total de 4.300.000,00€ aprovados, o que perfaz 43% da estimativa que estava previsto inicialmente no PERU; - Em 5 anos houve 50% de eficácia de investimento na área da ARU, sendo esta aprovada para 10 anos, com possibilidade de estender por mais 5 anos; - Perante aquele cenário, perante a existência de novas ações prioritárias e a necessidade de reprogramar algumas derivado ao facto das candidaturas atrasarem, sentiu-se a necessidade de alargar a ARU, propondo uma alteração que tem de ser conjunta, com a operacionalização, o próprio programa de reabilitação, sendo que os critérios subjacentes à delimitação são os que estão definidos, por necessidade de integrar outras áreas em ARU, como

zonas que necessitam de intervenções de requalificação do espaço público, da inclusão de alguns elementos patrimoniais que não estavam inseridos na primeira proposta, alguns edifícios isolados e conjuntos que não estavam contemplados e se achou por bem incorporar, e sempre em coerência com a configuração urbana da cidade; - Os objetivos da estratégia são exatamente os mesmos da ARU anterior, mudando sim a área de ação e também as ações propriamente ditas: - ao nível da área passou-se de uma ARU que tem neste momento 66 hectares para 181 hectares, sendo uma ampliação significativa, com mais 105 hectares, dando oportunidade a muitos mais particulares e também ao Município de alargar as suas ações na cidade; -. Em termos de números de edifícios a ARU passa a ter 1.617 edifícios clássicos, dos quais 17% estão com extrema necessidade de reparação e dos quais 53% foram construídos antes de 1980, sendo uma das condições para poderem ser reabilitados; - Representam 2619 alojamentos familiares, dos quais 72% são residências habituais, e 28% residências secundárias; - Os benefícios fiscais são os mesmos ao nível do IMT e do IMI, que decorrem da Lei geral, bem como alguns benefícios ligados ao IRS, também da Lei geral, e do IVA, representando benefícios que não estão diretamente ligados, que não dependem diretamente do Município, mas que estão ativos; - Existem outros apoios, de incentivo municipal, com a redução em 50% das taxas nas questões de operações urbanísticas e uma redução em 70% dos estacionamentos necessários, regras também da ARU que está já aprovada, e ainda um minorar de 30% do IMI nos edifícios que são reabilitados dentro da ARU; - Que se mantém a tipologia prevista, aprovando uma ARU para mais 10 anos, com possível prorrogação para mais 5 anos, estendendo a possibilidade ou o tempo para se poderem fazer mais ações; - A visão estratégica mantém-se pretendendo-se revitalizar o património arquitetónico, requalificar espaços verdes públicos e de utilização coletiva, fazer a

articulação com mobilidade de estruturação urbana e a dinamização das atividades económicas; - Algumas ações programadas na proposta já estão na proposta que está neste momento em vigor, necessitando uma reprogramação a nível temporal, sendo introduzidas novas ações como a reabilitação do Pavilhão do Clube de Futebol "Os Marialvas", a requalificação da Biblioteca Municipal, a reabilitação do Estaleiro Municipal; - Ao nível de articulação da mobilidade e infraestruturas, também muitas foram reprogramadas, outras já executadas a 100% com base na ORU em vigor, e agora vem a requalificação do Largo Pedro Teixeira e da envolvente do Museu, novas ações que são introduzidas na nova operacionalização: - Que o investimento global com a proposta da ORU é de 37.000.000,00€; - Que a entidade gestora de todas aquelas ações será Município de Cantanhede; - Que como em todos os Planos e todos os programas, há uma ponderação da discussão pública, tendo havido discussão pública, da qual se obteve apenas uma participação, no sentido de aumentar um pouco uma área, que depois de analisada, se verificou que as características do edificado naquela zona eram muito idênticas à zona proposta, e por isso aquela proposta de alteração no âmbito das participações foi acatada. Concluiu ser a delimitação final que se propõe e se submete à aprovação da Assembleia.-------

------ Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto n.º 34 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração da delimitação da ARU e do PERU da Cidade de Cantanhede",** o qual foi aprovado por unanimidade.----------

------ Passou-se de seguida ao **Ponto n.º 35 – "Apreciação, discussão e votação do Plano Municipal de Ação Climática de Cantanhede**":----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso, o qual informou que o Plano Municipal da Ação Climática, esteve em

fase de consulta pública e representa uma resposta consciente da urgência de mitigar os efeitos das alterações climáticas e de adaptar o território às novas condições impostas por essas alterações. Acrescentou que, essa permitiu recolher contributos importantes dos cidadãos e de instituições, tendo-se procedido à reformulação daquele documento que assentou, sobretudo, na consideração do bio metano e do hidrogénio verde como vias estratégicas de descarbonização, devendo por isso ser incentivadas, tal como está explanado no relatório de ponderação da consulta pública. Acrescentou ainda que, dadas as projeções climáticas para o futuro, a Câmara quis avançar com mais medidas e ações destinadas a mitigar os impactos daquelas alterações, dai a irrelevância do Plano que permite pensar estrategicamente, para proteger a qualidade de vida da população e garantir um futuro sustentável para as próximas gerações. Informou, de seguida, que o Plano se alinha com o Plano Intermunicipal de adaptação às alterações climáticas da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, uma vez que o ambiente e o território não se confinam aos limites, estando em conexão para responder sobretudo aos eventos climáticos extremos através da adoção de políticas ambientais que conduzam à neutralidade carbónica e a adaptação das vulnerabilidades climáticas atuais e futuras. Informou ainda que, como todos os Planos, este será dinâmico e atualizado à medida que vai sendo implementado, verificando-se as necessidades de adaptação, destacando-se o compromisso que tem de ser de todos, pois o Município não o vai implementar sozinho, sendo uma tarefa importante sensibilizar todos, privados, públicos, comunidade, etc.., para a necessidade de conseguirmos realmente ir mais longe neste desiderato. Finalmente, referiu que todos os incentivos à implementação daquele Plano, quer nos jardins, nas coberturas verdes, com as soluções de arrefecimento evaporativo, com a poupança da água, a questão de melhorar as condições de

escoamento, as áreas verdes municipais, a questão da energia, dos painéis fotovoltaicos, etc..., devem ter o envolvimento de todos, tendo-se elaborado um plano de divulgação e de comunicação do Plano Municipal de Ação Climática e um manual de boas práticas ambientais a fim de sensibilizar os munícipes para a importância do tema e desse compromisso. Recordando de seguida que, os indicadores ao nível da reciclagem que fazem o Município estar na linha da frente, tendo grande importância em termos do impacto ambiental, devem-se sobretudo a ações de divulgação, de sensibilização, de formação, das Eco-Escolas, etc..., solicitou que o Chefe da Divisão de Gestão Territorial e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques, apresentasse aquele documento;----------

------ Tomou então a palavra o Chefe da Divisão de Gestão Territorial e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques, o qual, acreditando todos saberem que se está perante um cenário mundial de alterações climáticas, referiu que apenas se podem fazer duas coisas, adaptar-se àquelas alterações e mitigar os seus efeitos, pelo que o Plano apresentado anda muito à volta dessas duas situações. Informou, de seguida, com a ajuda de uma projeção, que o Plano está alinhado com todas as ações e estratégias europeias que deram origem à Lei de Bases do Clima, que diz que, para além de haver documentos ao nível regional, todos os Municípios têm que ter o seu Plano de Ação Climática. Acrescentou que, em conjunto com todos os outros Municípios da CIM – Região de Coimbra, cada um dos Municípios elaborou um Plano que pretende atingir a neutralidade carbónica, dentro dos objetivos europeus, erradicar a pobreza energética, fazendo definitivamente a transição energética da melhor forma, monitorizando a adequação da estratégia de adaptação e mitigação, portanto, adaptando-se em situações que não se conseguem mitigar e integrar a ação climática nas políticas locais mobilizando atores do território. Referiu ser uma parte

importante, porque o Município é o agente mobilizador e o particular vai instalar as medidas concretas no terreno. Referiu ainda todos saberem que, relativamente ao clima, ao nível mundial, há cada vez menos precipitação mas mais concentrada e as temperaturas são cada vez mais elevadas, cenário que é estudado ao nível do mundo em duas projeções possíveis, a RCP 4.5 e a RCP 8.5, sendo o 4.5 a projeção em que se vai conseguir fazer algo pelo mundo e o 8.5 aquela em que não se vai fazer quase nada e se vai entrar numa escalada de problemas ambientais. Explicou alguns gráficos apresentados, relativos a anomalias de temperatura, estando a região, a azul, o tal RCP 4.5, e se não se fizer nada passará do azul para o verde que é o RCP 8.5. Também alguns gráficos com a questão da precipitação e dos dias sem chuva, que preveem que se passe para o cenário do RCP 8.5, daqui a 50 anos os valores de dias sem chuva vão aumentar, com repercussões desfavoráveis em todas as áreas de atividade, na agricultura, na biodiversidade, na economia, na energia e nas florestas, se não houver uma ação concertada com todos os agentes que atuam sobre o território. Passou de seguida à evolução do consumo energético no concelho de Cantanhede, que entre 2009 e 2022 aumentou 17%, e no corrente ano aumentou 24%, verificando-se que a indústria ocupa o primeiro lugar, devido ao grande desenvolvimento que as zonas industriais tiveram no concelho. Relativamente à questão de pobreza energética, nomeadamente, de isolamento nos edifícios, referiu que muito edificado não cumpre os mínimos a nível de certificados energéticos. Relativamente ao nível de emissões de CO2, informou encontrar-se mais ou menos no valor de 144 quilotoneladas, valores de 2019, sendo que entre 2005 e 2019, não houve muita oscilação no cenário dos gases de efeito estufa, com os valores respetivos de 140, 137, 140, 144. Acrescentou que, com os cenários de descarbonização que estão traçados, o objetivo será chegar a 2030 com menos 55%,

chegar a 2040 com menos 75% ou menos 65%, e chegarmos realmente a 2050 com menos de 90%, sendo um cenário muito otimista, mas que é possível alcançar. Demonstrou, de seguida que, separando por setores de atividade, o objetivo até 2030 é reduzir 55% no setor da indústria, 40% no setor da agricultura, 60% no setor dos resíduos, 62% nos transportes e 53% na área residencial e de serviços. Voltou a referir que, no fundo, o Município é um incentivador e o particular será quem vai executar as medidas no terreno para que o Município consiga aproximar-se o máximo possível daquelas metas. Relativamente ao Plano que já referiu, e que foi submetido a discussão pública, houve um contributo de uma empresa que achou que o bio metano ou o biogás não estava bem referido como sendo uma possibilidade ou uma opção energética a implementar, tendo-se acatado a situação, porque os gazes renováveis são realmente uma fonte de energia que deve ser implementada, daí se ter introduzido o bio metano e o hidrogénio verde na agenda da transição energética municipal. Concluiu que o Plano de ação tem várias medidas de mitigação, quer no setor industrial e agrícola, quer no setor dos resíduos e abastecimento de água, no setor dos transportes e também no setor residencial, comércio e serviços, com ações que se pretendem implementar, incentivando os particulares, se se conseguir uma resposta favorável. Para além das mitigações, informou também existirem medidas de adaptação, porque há coisas que já não voltam atrás e há que se adaptar às novas realidades, sendo medidas propostas e que ficam bem salientes no Plano de Ação. Concluiu, que o Plano foi discutido, elaborado, colocado em discussão pública, receberam contributos, fizeram a análise da discussão pública, tendo sido enviada a versão final para a reunião de Câmara, onde foi aprovado, estando agora para aprovar pela Assembleia Municipal.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura deu, de seguida, a palavra ao Sr.

Rogério Marques, a qual congratulou o Município por apresentar aquele Plano, mostrando alguma realidade e caracterizando o território. Referindo que, 2030 está muito próximo, e que se deve melhorar em 55% no caso da indústria, porque foram em grande parte os responsáveis pelo efeito de estufa, questionou: - Se o Município pode no caso dos privados e da indústria, forçar a colocação nos edifícios industriais de painéis para produção fotovoltaica, para autoconsumo, no sentido de reduzir os combustíveis fósseis; - No caso dos transportes, que dependem muito da dependência dos combustíveis fósseis, o que se está a fazer em termos de instalação de carregamentos para veículos elétricos? - Se foi já criado o Conselho Municipal da Ação Climática, como o Plano prevê.----------

------ Respondeu o Chefe da Divisão de Gestão Territorial e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques, o qual passou a responder às questões colocadas: - O Conselho Municipal de Ação Climática ainda não foi criado, portanto, vai será criado, logo que o Plano esteja aprovado; - Relativamente às questões da mudança de energia, informou que todas as empresas podem ter fontes de financiamento, que existem no momento, para deixar de ter energia elétrica normal, para passar para painéis fotovoltaicos ou para outra, indo o Município dar essa informação para que as empresas possam recorrer a esses fundos de financiamento. Concluiu que, o Município terá a ação de informar e de fomentar e o particular terá sempre de executar.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ourentã, Carlos Ventura, o qual afirmando que tudo o que foi dito lhe agradou, referiu que, relativamente aos fundos existentes para subsidiar aquelas necessidades, a sua Junta de Freguesia precisa de obras do ponto de vista ambiental, como

isolamento, entre outros, no entanto, o Fundo Ambiental não se aplica a edifícios de administração descentralizada, o que considera errado. Por isso, apelou ao Município para sensibilizar as entidades governativas para aquele facto, porque considera que deveriam dar o exemplo, e não o podem fazer porque só o privado tem direito àqueles fundos.----------

------ Retomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso, referindo que existe para as câmaras, e que a Sr.ª Presidente da Câmara, em sede da Associação Nacional de Municípios Portugueses pode apresentar essa necessidade de esticar a possibilidade de recorrer às fontes de financiamento também por parte das freguesias. Relativamente ao Plano referiu ser uma mudança de paradigma que vai implicar ações de sensibilização e envolvimento e as pessoas perceberem que são parceiros estratégicos naquela caminhada, embora possam surgir situações pontuais, dando como exemplo, que para uma empresa poder colocar painéis fotovoltaicos, houve que alterar algumas coisas em termos urbanísticos para o poder permitir. Acrescentou que, para que haja mudança, primeiro deve-se ter um plano, ter visão, ter estratégia, querer implementar um conjunto de ações e sobretudo, depois do trabalho monitorizado, para num processo de melhoria contínua, ver o que se pode melhorar. Ao nível da construção particular, referiu muita mudança que implica, não só, a eficiência energética, como também o aproveitamento de energia, o que passa por uma questão de cidadania, tornando-se um trabalho global que envolve toda a comunidade, a sociedade civil, e sobretudo, o mundo empresarial e do privado que tem um papel importante no âmbito da responsabilidade social das empresas. Referiu, finalmente, que também deve haver uma preocupação quando se escolhem produtos, começando a verificar quais deles correspondem àqueles processos de sustentabilidade ambiental.----------

------ Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto n.º 35 – "Apreciação, discussão e votação do Plano Municipal da Ação Climática de Cantanhede"**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ Passou-se de seguida ao **Ponto n.º 36 – "Apreciação, discussão e votação da proposta final da 3.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Cantanhede":**----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual solicitou que fosse o Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso, a apresentar o assunto, mas também que Diretor do Departamento de Urbanismo, Serafim Pires, ou o Chefe da Divisão de Gestão Territorial e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques, o fizessem. No âmbito do mesmo, fez um apanhado sobre a situação das candidaturas à habitação, que é um desafio e um conceito completamente diferente do que estavamos habituados, sendo determinante saber como está a situação ao nível do arrendamento acessível, do 1º direito, e das intervenções nas habitações de pessoas com alguma situação mais débil em termos sociais.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso, o qual informou tratar-se de uma alteração e não uma revisão, sendo a terceira à primeira revisão do Plano Diretor Municipal de Cantanhede com relatório de ponderação. Referiu que todos têm consciência da importância de um PDM, que suscita muitas preocupações e muitas vezes envolve muitos interesses também pessoais, sendo muito importante para o concelho, para o futuro e para a evolução económica social e humana. Recordou que o PDM é um instrumento de planeamento territorial abrangente e estratégico, que estabelece entre outros, a estratégia de

desenvolvimento territorial municipal, a política municipal dos solos, a respetiva classificação, qualificação, o ordenamento do território, seja de forma sustentável e sustentada, seja do ponto de vista urbanístico. Referiu, de seguida que, a elaboração daquele trabalho incluiu a adequação à Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, a Lei de Bases do Ordenamento do Território e de Urbanismo e o Decreto-Lei n.º 80/2015, o Regime Jurídico de Gestão Territorial, que vai no sentido de eliminar a categoria operativa das áreas urbanizáveis e áreas urbanas sem ocupação e, ou, infraestruturas. Acrescentou que a contenção dos perímetros urbanos leva a uma redução de investimentos de infraestruturas e a conter a edificação dispersa, que tem um lado muito positivo, indo ao encontro do que se vai prosseguir na ARU e no PERU, nomeadamente, promover a reabilitação dos centros, dos lugares e aldeias, significando maior qualidade urbana e atratividade para fixar mais gente. Referiu ser uma mudança de paradigma, porque, por norma, as pessoas preferem construir num terreno herdado a reabilitar a casa de um avô, existindo lugares onde os centros estão praticamente desertificados o que é dramático, e nem uma boa construção na periferia atrai os que já lá estão, que cada vez são menos. Referiu ainda que, a reclassificação do solo rústico para urbano tem um carácter excecional, previsto na Lei de Bases do Ordenamento e do Território, e apenas em casos muito bem justificados, podendo ser alvo de Planos de Pormenor. Sublinhou não ser um documento fechado, mas que tem de obedecer a regras, podendo a Câmara Municipal, a todo o tempo, rever o processo, atendendo a certas áreas, mas devidamente fundamentadas. Referiu que estão a ser desenvolvidas as ARU e pretendem fazer uma revisão do Plano, o que implica um trabalho mais profundo e muito mais complexo, tendo em conta as linhas do Plano estratégico para 2035, que se espera sair no primeiro semestre. Relativamente às desafetações da RAN e da REN, informou não serem possíveis na alteração do Plano, apenas nas

revisões. Informou ainda que o PDM em causa, não obstante as restrições em termos de aumento dos perímetros urbanos, contempla o aumento do índice de construção, portanto, a rentabilização do solo urbanizado, o aproveitamento de sótãos e o aumento de pisos e zonas feridas no Plano. Sublinhou que o PDM procura ser um documento de ordenamento do território estratégico, de desenvolvimento do espaço urbano, e do espaço rústico, não podendo ser visto de forma isolada, mas com ligação ao Plano Municipal da Ação Climática, com as ARU existentes e as futuras que vêm a seguir com o PU de Cantanhede, bem como com a Carta Municipal de Habitação que se irá elaborar no primeiro semestre de 2025. Referiu que o processo da 3ª alteração à 1ª revisão do PDM iniciou-se em dezembro de 2020 e teve contratempos alheios à equipa como a COVID em 2020/2021 e ainda o procedimento de correção do REFLOA que tem a ver com o ICNF, tendo sido um trabalho intensivo que exigiu imenso da equipa, que conseguiu, num tempo notável, fazer um documento que é da maior relevância para o concelho. Acrescentou que houve necessidade de realizar duas conferências procedimentais, e que, num primeiro momento a proposta foi de contemplar todos os pedidos e sugestões, tendo a equipa técnica trabalhado incansavelmente para prepararem todas as sugestões, todos os pedidos, mesmo os que colocavam dificuldades em sugerir, para apresentar na primeira conferência procedimental. Sublinhou ainda que esgotaram todas as possibilidades, fizeram tudo o que estava ao alcance do município para encontrar soluções de modo a integrar as pretensões que foram apresentadas pelo que, dessa fase resultaram pareceres favoráveis que levaram a nova conferência procedimental. Acrescentou que sabiam que seria difícil conseguir fazer passar, mas lutaram e passaram então à segunda conferência procedimental, decorrente dos pareceres que tinham recebido, daquilo em que eram inflexíveis, mas não podiam perder mais tempo, Voltou a referir que se

trata de um processo dinâmico, não só porque a seguir podem refazer algumas coisas, mas sobretudo porque, sempre que houver investimentos, possibilidades, oportunidades e sobretudo, mais ao nível das Freguesias, de mudança de paradigma, estará a equipa pronta para agarrar de imediato, através do Plano de Pormenor, dar pelo menos o enquadramento e conseguir dar resposta àquelas necessidades e àquelas procuras. Referiu ainda que, após nova conferência, passaram a um período de exposição pública, durante o qual foram recebidas 71 participações, das quais algumas foram parcialmente integradas e outras não foram integradas pelas restrições da RAN e da REN e do incumprimento de critérios de classificação como urbano sem enquadramento no âmbito do Plano. Acrescentou que também estão a trabalhar na revisão da REN, em sintonia com os outros Municípios, estando entregue à CIM - Região de Coimbra, pelo que, contando com o profissionalismo, empenho e a capacidade de trabalho em equipa é possível perspetivar que no final de 2026 se possa pensar numa revisão, sendo um sinal significativo para quem tem pretensões. Recordou que, em 2015 aquando da revisão do PDM, houve uma luta tremenda com a CCDR, com a APA e com todas as instituições, para alargar os perímetros urbanos, mas efetivamente foram alargados. Contudo, como nunca se efetivaram pretensões, a REN vem dizer que as áreas urbanizáveis nunca foram ocupadas. Finalizou afirmando que, da parte do município, há total abertura para o esclarecimento devido, para ajudar a pensar o futuro, seja privado, seja público, porque é dos cidadãos e com a revisão prevista da REN, será uma outra oportunidade para reclassificar solos, etc...,----------

------ Tomou de seguida a palavra o Chefe da Divisão de Gestão Territorial e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques, o qual referiu existir um enquadramento legal para àquela 3ª alteração da 1ª revisão do PDM, nomeadamente, a Lei de Bases

Gerais da Politica Pública de Solos, o Regime Jurídico dos IGT – Instrumento de Gestão Territorial e o Decreto Regulamentar n.º 15/2015, que são os critérios de classificação e qualificação do solo, que realmente devem ser cumpridos quando se olha para o Plano de Ordenamento do Território, o que dificulta muito o trabalho. Relativamente à cronologia, recordou que o Plano iniciou-se em 2020, com uma primeira proposta de Plano que foi a primeira conferência procedimental e que teve o desfecho desfavorável pelos motivos que o Sr. Vice-Presidente já referiu, porque não cumpria o estipulado naquelas normas, e por isso, tiveram de rever toda a situação. Informou de seguida que, em 26/10/2023 já tinham reformulado todo o Plano que foi a uma segunda conferência procedimental, sendo que, das 19 entidades que acompanharam o Plano, houve duas entidades que deram parecer desfavorável, uma relacionada com questões muito simples da DGT que tinha a ver com umas cotas nas cartas, que foi muito simples resolver e uma outra situação desfavorável do ICNF, diretamente relacionado com o pedido de desafetação do regime florestal para a EN335, situação que durou cerca de 9, 10 meses para concertar e, em 2024 o Plano está pronto, foi a discussão pública onde receberam 67 participações. Referiu ter havido realmente um grande esforço da parte da equipa para conseguirem ter o Plano pronto nesta data, para ser aprovado dentro do tempo previsto por Lei. Solicitou, de seguida que a Técnica Superior, Rosa Pascoal desse as explicações para questões mais práticas, porque foi quem esteve mais por dentro das questões técnicas do Plano. ----------

------ O Sr. Presidente da Mês, João Moura, deu então a palavra à Sr.ª Rosa Pascoal que, com a ajuda de uma projeção multimédia e referindo que o Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso, já havia fundamentado alguns pressupostos, deu as explicações necessárias para apresentar o Plano, nomeadamente: - A adequação aos critérios de

classificação e qualificação do solo previsto, quer na Lei de Bases, quer no Decreto Regulamentar n.º 15/2015, sendo essencialmente a existência de uma aglomeração de edifícios, de população, de atividades geradoras de fluxos significativos de população, de equipamentos, e muitas das infraestruturas urbanas, que incluem, no mínimo, os sistemas de transportes públicos, de abastecimento de água, de saneamento, de distribuição de energia, de telecomunicações ou a garantia da sua provisão pelo Município, que neste caso, teria que ficar inscrito no programa de execução e no respetivo orçamento, e ainda a garantia do acesso à população a equipamentos, quer nos próprios aglomerados, quer na sua proximidade; - Que foram alguns dos critérios que tiveram de garantir para a delimitação dos perímetros urbanos, ou seja, da classificação do solo urbano, mas como se trata de um processo de alteração e não de revisão, houve restrições nas alterações e nas desafetações da RAN e da REN; - No âmbito da RAN, a DRAPC indicou logo que não havia desafetações de parcelas sem edificações, o que fez cair grande parte da primeira proposta que tinha siso feita; - Relativamente à Reserva Ecológica, sendo um processo de alteração, é delimitada no âmbito de uma legislação anterior, e não no âmbito das orientações estratégicas que agora em vigor, e por isso estão a iniciar o processo de revisão, mas como também não era possível fazer desafetações da REN, ficaram logo muito limitados pela proposta do solo urbano que iríamos apresentar; - Relativamente à retificação do REFLOA, com implicação do perímetro urbano da Praia da Tocha, que também já tinha sido uma condicionante no âmbito do PDM 2015, a sua retificação implicaria da parte dos Baldios, a compensação de área para acomodar aquela desafetação para o perímetro urbano que foi proposto.; - Existia também como objetivos a revogação dos Planos de Urbanização de Ançã, Febres e da Tocha, uma vez que era nesses planos que existiam as categorias de solos

urbanizáveis, sendo também um dos pontos de partida do processo; - Relativamente às infraestruturas e à sua provisão, efetivamente o Município poderia efetuar várias infraestruturações, vários processos de urbanização de perímetros que pudesse delimitar, no entanto estaria a condicionar um orçamento público e um custo que dependeria apenas da vontade do particular no processo de urbanização e no processo de ocupação daquela área que fosse urbanizar, o que não seria muito correto, nem muito justo, em termos do orçamento municipal: - Dado os critérios que tiveram de ter em consideração na delimitação, foi feita a proposta, sempre num processo muito aberto, com atendimento presencial permanente onde as pessoas puderam consultar o processo, sendo que, da consulta que decorreu detetaram situações que não iriam contrariar o quadro legal e poderiam ser incluídas; - Chegaram à proposta final que foi submetida a discussão pública, divulgada, conforme previsto na Lei, no portal do município, nos jornais, foi pedida colaboração aos Presidentes de Junta de Freguesia divulgarem para pelos seus fregueses, foi ainda divulgado na plataforma colaborativa de gestão territorial, conforme também previsto na Lei, e houve a disponibilização de um visualizador dinâmico em ambiente SIG onde podia ser consultado; - O processo participativo foi feito através de um formulário próprio, entregue nos serviços ou através de mail, tendo a discussão pública decorrida entre 4 de novembro e 13 de dezembro; - Após as participações recebidas, houve necessidade de fazer uma ponderação, percebendo quais iriam ser integradas ou não, face aos critérios que tinham subjacentes às propostas, sendo que, cada uma delas deu origem a uma ficha de análise e ponderação que será a remetida a cada um dos participantes, após a aprovação, para ficarem a saber qual foi o fator de ponderação e se a sugestão foi incluída ou não; - Alguns dos critérios subjacentes aos ajustamentos nos perímetros e às propostas que tiveram, para aceitar ou não o tipo

de pedido, foram a questão da existência de construções, de limites de cadastros, a existência da RAN e da REN, tendo a RAN inviabilizado a maioria das sugestões apresentadas; - Foram recebidas 67 participações, 61 das quais relativas ao modelo de desenvolvimento territorial, grande parte delas para inclusão das suas parcelas em solo urbano, 19 foram acolhidas ou integradas, porque preenchiam alguns dos critérios legais, 7 foram parcialmente acolhidas, 35 não acolhidas e 33 não tinham enquadramento nos critérios de classificação por se incluírem em RAN, 1 fora do âmbito do Plano que tinha a ver com a área do POC, 1 sem enquadramento para mudança de categoria de solo rústico, 6 participações relativamente ao Regulamento, uma delas acolhida relativamente à função habitacional nas caves, de acordo com o RGEU, 1 parcialmente integrada relativamente a ações de arborização e reflorestação, 2 não integradas relacionadas com a aplicação das cedências e estacionamento público a todas as operações urbanísticas e ainda 2 esclarecidas uma vez que já estavam previstas no Plano. - Relativamente às não acolhidas, informou que eram uma situação que até já estava prevista no Plano em vigor, mas não tinha parâmetros definidos, e na alteração são definimos os parâmetros a aplicar, tendo havido algumas reclamações nesse sentido, porque não se tinham ainda apercebido que essa norma já existia, só não estava a ser aplicada; - Resumindo a proposta do ordenamento, em termos globais, informou tratar-se da adaptação ao sistema de classificação e qualificação do solo, a eliminação da categoria do solo urbanizável, a revogação dos Planos de Urbanização da Tocha, Febres, Ançã e do PP da Zona Industrial de Febres, do PP do Núcleo Industrial de Murtede, bem como a adequação das suas áreas às novas categorias, a adequação e qualificação do solo rústico às funções e aos usos compatíveis, a classificação dos espaços agrícolas em redor dos aglomerados, definindo-se em redor de todos os aglomerados urbanos e rústicos um

anel de 50 metros classificado como solo agrícola, no qual o Regulamento proíbe ações de arborização com espécies de eucalipto e de Pinheiro bravo neste, por uma questão de segurança e defesa contra incêndios; - Houve um decréscimo geral da área do solo urbano, mas foi incrementado com o aumento de alguns dos parâmetros urbanísticos, tendo havido também, uma transferência parcial de áreas de perímetros urbanos para perímetros rústicos, no caso de situações de agroindústrias, como na Tocha e na Sanguinheira essencialmente, onde se verificava muito a questão das vacarias e como essas áreas que estavam incluídas em solo urbano e eram incompatíveis com a classificação do solo urbano, então passaram para solo rústico, na categoria específica de áreas de atividades industriais; - Resumindo em termos de números informou que o PDM de 2015 tinha 5143 hectares de solo urbano e urbanizável e na primeira proposta submetida à conferência procedimental, houve um incremento de 5,6% em relação ao PDM de 2015 e obteve parecer desfavorável. Já relativamente à segunda conferência procedimental houve redução de 9% em relação ao PDM de 2015, mas depois da discussão pública e após algumas situações de acertos decorrentes da mesma, passaram para 4701 hectares, sendo que 30 hectares foram incluídos no âmbito da consulta pública, ficando com um diferencial relativamente a 2015 com menos de 8% de solo urbano; - Que onde se notam as principais diferenças é em Ançã, Febres e na Tocha, decorrente dos Planos de Urbanização que caíram e que tinham nas suas áreas, espaços verdes urbanos, que eram classificados na categoria do solo urbano e agora passaram a ser da categoria de solo rústico, sendo que foram cerca de 350 hectares que deixaram de ser urbanos e passaram a ser rústicos; - Relativamente ao Regulamento, informou que houve necessidade de uma adaptação à sua estrutura em função das novas categorias previstas, eliminando-se a categoria do solo urbanizável, introduzindo-se um regime

especial de legalização, com vigência de 3 anos, para diminuir os processos de contraordenação e de reposição da legalidade existentes; - Referiu o alargamento da abrangência temporal das preexistências, ou seja, no Plano atual considera-se preexistência as construções anteriores a 1994, passar agora a ser preexistências as construções anteriores à data de entrada em vigor da proposta; - Foram definidos os parâmetros de dimensionamento para cedência e estacionamento público, que não estavam previstos, bem como a introdução da possibilidade de uma área de construção mínima e máxima, de 200m² para construções novas ou 240m² para ampliações, que já existia no PDM de 1994, na definição do lote urbano, Acrescentou que, no entanto, como aquela possibilidade estava associada a uma definição, e como se passou para o PDM de 2015 e as definições estavam previstas em legislação específica, não foi incluída, mas no momento, como existiam alguns processos anteriores que tinham sido licenciados ao abrigo daquela possibilidade e que estavam com algumas dificuldades em avançar ou em serem concluídos, voltaram a introduzir aquela possibilidade, quando a parcela for de reduzidas dimensões e a aplicação do índice não permita uma área de pelo menos 200m²; - Foi introduzida a questão da discriminação positiva, um acréscimo de 20% aos índices admitidos para habitação pública, custos controlados, arrendamento acessível, ou para equipamentos; - Um reforço das ocupações permitidas no solo urbano, porque no PDM atual, no solo rústico no PDM atual, numa faixa de 500m dos perímetros urbanos, eram admitidas atividades que suportavam e que incrementavam a atividade económica do Concelho. Acrescentou que, no momento e de acordo com o Decreto Regulamentar, só são admitidos no solo rústico atividades diretamente ligadas às utilizações agrícolas, pecuárias, apícolas florestais, ou de exploração de recursos geológicos e ainda os equipamentos. – Foi também feita uma adequação ao plano de gestão dos riscos de

inundação que foi aprovado e que, naturalmente, por imposição legal teve de se transpor para o Plano; - Foram introduzidas as normas de sustentabilidade ambiental no seguimento do Plano Municipal de Ação Climática; - Foi proibida as plantações de eucalipto e pinheiro bravo nos 50m envolventes aos perímetros urbanos e foram alterados alguns parâmetros urbanísticos, designadamente, o aumento das áreas nos espaços residenciais, sendo que o nível 1 e o nível 2, passaram, respetivamente, de 0,60 para 0,70 e de 0,55 para 0,60; .- As atividades económicas tiveram um aumento do índice de ocupação para permitir o seu máximo aproveitamento; - A desafetação dos solos da RAN, teve caráter excecional, tendo apenas sido admitidas desafetações para atividades económicas, nomeadamente, para o alargamento da ampliação da Zona Industrial de Murtede, para usos que eram incompatíveis com os solos da RAN, para correções materiais, acertos de pequenos compromissos ou edificações anteriores a 2015; - Ainda relativamente também à RAN, informou não ter havido possibilidade de desafetações, apenas possíveis correções materiais ou transposições para o novo suporte cartográfico de linhas de água, que estavam marcadas em sítio errado por transposição de cartografia ou de escalas, e as situações que envolveram a reintegração da REN, de 73 hectares, que tinha sido excluída para fins não concretizados, correspondente à conseguida em 2015 mas que não foi ocupada e teve de se devolver. Finalizou referindo que a próxima etapa é a aprovação pela Assembleia Municipal, se assim for entendido, seguindo-se a publicação em Diário da República, no início de janeiro. ----------

------ Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto n.º 36 – "Apreciação, discussão e votação da proposta final da 3.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Cantanhede"**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ Passou-se de seguida ao **Ponto n.º 37 – "Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Ançã / Loteamento Quinta da Sobreira: Construção de Parque Infantil"**;----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio. a qual informou que, decorrendo de um loteamento de 2001, houve uma alteração para a localização de um parque infantil que estava na altura definido nesse mesmo loteamento, decorreu uma consulta pública para alteração da localização do referido parque e de acordo com o interesse e com a sensibilidade das pessoas e da Junta de Freguesia, é proposto um contrato Interadministrativo para a construção e manutenção daquele parque infantil, previsto no loteamento da Quinta da Sobreira, a celebrar entre o Município e a Freguesia, com os valores que estavam estipulados e, neste caso concreto atualizados, no valor de 35.615,29.----------

------ Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto n.º 37 – "Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Ançã / Loteamento Quinta da Sobreira: Construção de Parque Infantil"**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.---

------ Passou-se de seguida ao **Ponto n.º 38 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração dos Estatutos da INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA"**;----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio. a qual informou que, de acordo com um acerto com a IGF, uma vez que à INOVA compete a questão de gerir os funcionários administrativos e de limpeza das Piscinas Municipais, há que fazer a correção devida nos seus Estatuto, alterando a

redação do artigo 3.º, n.º 1,: *"a gestão e manutenção dos equipamentos desportivos pertencentes ao município que expressamente a Câmara Municipal lhe venha atribuir e nos precisos termos desta atribuição,"* ficando salvaguardada a função que a INOVA desempenha nas Piscinas Municipais. ----------

------ Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto n.º 38 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração dos Estatutos da INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA"**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.---

------ Referindo que do **Ponto n.º 39 ao Ponto n.º 41** tratam-se **das minutas dos Contratos-Programa a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2025, relativos aos Transportes Urbanos de Cantanhede, à Limpeza urbana e ao Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes,** propôs que, à semelhança do que já se tem feito, a Sr.ª Presidente da Câmara explicasse cada um deles, sendo de seguida apreciados e aprovados ponto a ponto separadamente.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio. a qual informou que relativamente aos transportes urbanos, há pouco já falou na alteração que vai decorrer durante o próximo ano, indo o transporte no município transitar e ser gerido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. Contudo, referiu que, até lá, o contrato programa a celebrar com a INOVA, tem a ver com os transportes urbanos de passageiros, sendo que a própria INOVA, no seu concurso, vai se salvaguardar atempadamente, uma vez que a meio do ano a situação poderá reverter-se, tal como valor do contrato ser de 59.000,00€ para todo o ano, e terá que ser corrigido, sendo esta a proposta até que seja implementado o

sistema de transporte intermunicipal. Relativamente ao contrato programa respeitante à limpeza urbana, que perfaz um valor de 433.000,00€, o mesmo será pago em 12 prestações mensais e relativamente ao desenvolvimento urbanístico e paisagístico espaços verdes, tem a ver com a componente assegurada pela INOVA, uma vez que, a parte das Juntas de Freguesia já está protocolada e este tem a ver com a cidade, a praia, as rotundas, os parques e tem um valor de 605.000,00€.----------

------ Não havendo quaisquer pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto n.º 39 – "Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2025 / Transportes Urbanos de Cantanhede"**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ Passou, de seguida ao **Ponto n.º 40 – "Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2025 / Limpeza urbana**", que também não teve quaisquer pedidos de intervenção e, sendo colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.-

------ Passou, de seguida ao **Ponto n.º 41 - "Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2025 / Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes**", que também não teve quaisquer pedidos de intervenção e, sendo colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.----------

------ Passou-se de seguida ao **Ponto n.º 42 – "Apreciação, discussão e votação da minuta da adenda ao contrato de delegação de competências, celebrado entre o Município de Cantanhede e o Agrupamento de Escolas Gândara-Mar"**;--

------ O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio. a qual informou que o contrato referido teve a sua execução a 1 de janeiro, e durante o presente ano verificaram-se alterações significativas nos preços dos bens alimentares, o que originou esta insuficiência no valor da componente, propondo-se reforçar a título excecional as verbas atribuídas ao Agrupamento de Escolas Gândara - Mar, com o valor de 7.061,88€.----------

------ Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto n.º 42 - "Apreciação, discussão e votação da minuta da adenda ao contrato de delegação de competências, celebrado entre o Município de Cantanhede e o Agrupamento de Escolas Gândara-Mar"**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ Passou-se de seguida ao **Ponto n.º 43 - "Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e os Diretores dos Agrupamentos de Escolas para 2025"**;----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio. a qual informou que a celebração do contrato entre o Município e os Diretores dos Agrupamentos de Escolas destinam-se essencialmente, às áreas do funcionamento dos edifícios escolares, na conservação e manutenção, nos fornecimentos e serviços externos, na limpeza e material de escritório, apoios e complementos educativos, ação social escolar e refeitórios. Acrescentou que o contrato está todo elencado relativamente àquelas questões e foram em devido tempo

acertados com os senhores Diretores pelo que os financiamentos são os seguintes: - Ao Agrupamento de Escolas Lima de Faria, na pessoa do seu diretor José Manuel Tarelho Soares, de 185.021,00; - Ao Agrupamento de Escolas Gândara - Mar na pessoa do seu Diretor, João Manuel Gomes, o valor de 191.954,00€; - Ao Agrupamento de Escolas Marquês de Marialva, na pessoa da sua Diretora, Fátima Maria Vaz Gomes, o valor de 251.456,00€. Concluiu que os contratos perfazem um valor total de 628.730,97€. ----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto n.º 43 - "Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e os Diretores dos Agrupamentos de Escolas para 2025**", tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ Passou-se de seguida ao **Ponto n.º 44 – "Apreciação, discussão e votação da minuta da adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Cadima / Praia Fluvial dos Olhos da Fervença"**;----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio. a qual informou que tem exatamente a ver com a manutenção da Praia Fluvial dos Olhos da Fervença, assumida pela Freguesia, sendo o subsídio no valor de 9.347,00€, para comparticipar as despesas com os consumos de água para a rega dos espaços verdes.----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto n.º 44 – "Apreciação, discussão e votação da minuta da adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a**

celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Cadima / Praia Fluvial dos Olhos da Fervença", tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ Passou-se de seguida ao **Ponto n.º 45 - "Apreciação, discussão e votação da minuta da adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Tocha / Zona Balnear da Praia da Tocha"**;----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que neste caso, é atribuído um subsídio à Freguesia da Tocha, no valor de 3.567,00€, para comparticipar nas despesas com a execução de trabalhos de remoção da areia no areal na Praia da Tocha, devendo ser aprovada a minuta da adenda ao contrato interadministrativo já celebrado.----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto n.º 45 - "Apreciação, discussão e votação da minuta da adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Tocha / Zona Balnear da Praia da Tocha**", tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ Passou-se de seguida ao **Ponto n.º 46 – "Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e as Freguesias do Concelho / Requalificação Urbana 2025"**;----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que tem sido articulado com as Juntas de Freguesia, qua as mesmas, além dos parcos fundos que recebem do Estado, devem ter também a possibilidade de gerir o seu espaço com transferências de competências, mas com verbas que o Município pode articular com essas mesmas Juntas. Acrescentou que,

no caso concreto, o valor daqueles contratos interadministrativos, é composto por um valor fixo por freguesia acrescido de algo mais que varia consoante o número de habitantes e a área da Freguesia, constando o valor final proposto por cada freguesia como anexo aos contratos a celebrar. Acrescentou que o valor total de todas as Freguesia é de 500.000,00€ e de 100.000,00€ em materiais e outras despesas, passando aquelas intervenções a pertencer ao património municipal.----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto n.º 46 – "Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e as Freguesias do Concelho / Requalificação Urbana 2025**", tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ Passou-se de seguida ao **Ponto n.º 47 – "Apreciação, discussão e votação da minuta do Acordo de Colaboração a celebrar com as Freguesias do Concelho para comparticipação financeira das competências próprias ao nível dos espaços verdes 2025"**:----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu, de novo, a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que os acordos também se inserem nas delegações de competências que entenderam estabelecer com as Juntas de Freguesia ao nível dos espaços verdes, além do valor já referido que será contratualizada com a INOVA. Informou, de seguida que o valor de 229.202,20€ será distribuído pelas Juntas de Freguesia em função dos espaços verdes que cada Junta de Freguesia tem, de acordo com a análise feita pela Divisão de Gestão Florestal, de forma a analisar se as áreas vão aumentando ou não. Referiu de seguida que os valores são semelhantes aos do ano passado, pelo que poderá haver uma adenda ainda durante 2025 para

poder fazer acertos, em função das áreas ajardinadas das freguesias, uma vez que não houve tempo de finalizar aquela análise.----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto n.º 47 – "Apreciação, discussão e votação da minuta do Acordo de Colaboração a celebrar com as Freguesias do Concelho para comparticipação financeira das competências próprias ao nível dos espaços verdes 2025**", tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ Passou-se de seguida ao **Ponto n.º 48 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de Regulamento Municipal de Apoio ao Mérito Desportivo do Atleta"**.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa voltou a dar a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, solicitou que o Sr. Vereador Adérito Machado pudesse dar as explicações necessárias sobre a referida proposta de regulamento e de seguida, reiterando os votos de boas festas e de um excelente 2025, convidou todos os presentes a fazer um brinde no final da sessão. Finalmente, deixou um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Raul Almeida, antigo Presidente da Câmara Municipal de Mira e Presidente da Região de Turismo do Centro. Acrescentou que perder um amigo, da forma que foi, não é fácil, ainda por cima sendo ele um bom profissional e um excelente autarca. Acrescentou ainda que, será apresentado um voto de pesar, naturalmente, na próxima reunião de Câmara, mas neste mesmo dia em que a situação se deu, queria deixar essa nota também em termos pessoais.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu então a palavra ao Sr. Vereador, Adérito Machado, a qual, após cumprimentar todos os presentes, informou que o projeto de Regulamento Municipal de Apoio ao Mérito Desportivo do Atleta, foi aprovado, por unanimidade, reunião de Câmara de 7 de agosto, tendo de seguida estado 30 dias

em consulta pública, durante a qual não houve qualquer sugestão nem foi submetido a alterações pelo que voltou novamente à reunião de Câmara em 20 de novembro, tendo sido validado e agora, vem à Assembleia Municipal para aprovação final e de seguida será publicado no Diário da República, para que possa ser implementado, provavelmente, só no ano 2026. Informou de seguida que o referido regulamento é direcionado para atletas naturais ou residentes no concelho de Cantanhede, aos quais será dado conhecimento do mesmo. Informou ainda que o objetivo, no fundo é dar um estímulo ao sucesso desportivo e fomentar também o desenvolvimento desportivo de alto rendimento, não sendo dirigido a atletas vulgares, mas aos melhores dentro dos melhores que sobressaem no concelho de Cantanhede, reconhecendo assim o valor dos atletas de alto rendimento como veículo de promoção desportiva concelhia e apoiando a prática desportiva de praticantes de competições nacionais e internacionais. Acrescentou que os critérios de avaliação são. no fundo, reduzidos em pontos: - Pelo tipo de modalidade, se é ou não é olímpica; - Pelo tipo de apoio solicitado, se financeiro ou logístico. Como exemplo de apoio logístico, referiu a utilização das Piscinas para quem pratica natação, das pistas de atletismo nos complexos desportivos para quem pratica atletismo, e a utilização do ginásio; - De acordo com os escalões competitivos, se é formação, se é sénior; - Se as competições são regionais, nacionais ou internacionais. Acrescentou estar tudo plasmado no documento, que é facilmente interpretado, tudo se traduz em pontos e para ser contemplado o atleta tem de ter no mínimo 400 pontos, para celebrar o contrato com o Município, sendo que, apenas os 10 melhores atletas serão contemplados. Informou que será a Divisão do Desporto a definir a pontuação, sendo que todas as informações apresentadas por cada atleta serão confirmadas junto das Federações respetivas,

traduzindo-se numa pontuação global que fará com que seja ou não contemplado, sendo indicado o porquê de ser contemplado ou de ser rejeitado.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu a dar a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, à qual, questionou se tem noção se no concelho de Cantanhede há atletas e quantos é que haverá elegíveis de acordo com a pontuação exigida pelo Regulamento.----------

------ Respondeu o Sr. Vereador informando que existem atletas e não vão ser apenas 10, vão aparecer mais que 10, porque o Concelho tem mais de 10 atletas que têm nível superior e que vão atingir aquela pontuação. Informou, de seguida que o Regulamento será divulgado no ano de 2025 porque se se implementasse já no próximo ano, teria de se reportar ao ano anterior, quando os atletas ainda não tinham conhecimento do Regulamento. Acrescentou ainda que só poderá ser implementado depois da sua publicação no Diário da República, tendo os atletas de apresentar uma série de coisas, o que se iria arrastar e, depois da seleção, há a obrigatoriedade de celebrar um contrato com o Município, porque será dado um valor monetário a um atleta. Acrescentou ser tudo legal, mas é preciso que haja tempo para o fazer de uma forma correta e dentro da lei, pelo que irão divulgar ao máximo o Regulamento durante o ano de 2025 e implementá-lo em 2026. Acrescentou que, por esse facto, ainda nem consta do orçamento e que o valor a dar deve ter algum significado para, no fundo, empurrar, o atleta para um patamar ainda mais elevado e que se identifique com o concelho de Cantanhede, apoia o desporto e que apoia objetivamente aquele atleta.-

------ Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto n.º n.º 48 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de Regulamento Municipal de Apoio ao Mérito Desportivo do Atleta"**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. ----------

------ Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público quereria usar da palavra, tomando a palavra um grupo de pessoas em representação dos habitantes do edifício Marialva, reclamando sobre a situação grave que se está a passar relacionada com gatos em frente àquele edifício. Acrescentaram já ter falado com o Delegado de Saúde e com a Veterinária Municipal, pois há uma pessoa que não vive no Concelho que alimenta os gatos várias vezes ao dia com patês, que cheiram horrivelmente mal. Acrescentaram estar a falar de muitos gatos, que são trazidos de outros sítios para ali, que ali morrem e lã ficam com moscas e bicharocos, tendo eles que chamar alguém para os vir buscar, porque a pessoa que os alimenta não o faz. Sendo um assunto de saúde pública, perguntaram o que é que a Câmara tem a dizer sobre o assunto. Referiram ainda que todos têm netos e não os podem trazer para aquele local porque a relva está cheia de dejetos, e, por outro lado a calçada e as entradas têm de ser lavadas com lixivia. Acrescentaram que no estacionamento, essencialmente na frente do prédio, naquela loja de roupa em frente à MATCH SPORT as pessoas vão lá pôr caixotes, comidas, e outras coisas, lá um canto, que tem um cheiro insuportável. Informaram ainda que, quando falaram com a Veterinária, ela disse que iria falar com a INOVA, no sentido de irem àquele local mais vezes, pôr lixivia e lavar., mas depois também vem um sobrinho da pessoa em causa insultar porque os gatinhos podiam morrer. Referiram ainda que, um deles o Sr. Acácio, já enviou vários mails para a

Câmara, para a Junta, para tudo, não havendo resposta pelo que decidiram falar sobre o assunto na presente sessão da Assembleia Municipal.----------

------ Interveio o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, referindo ser um assunto recorrente na Assembleia Municipal pelo que questionou a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, se quer acrescentar algo mais ao que foi dito, uma vez que o problema está identificado.----------

------ Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara, que a questão já foi colocada em Assembleia Municipal, mas foi em sentido contrário, porque tinha havido uma intervenção na parte do estacionamento, e veio um grupo de pessoas insurgir-se pela atuação do Município, porque os gatos devem andar à vontade, e devem dar comer aos gatos e tudo isso... Considerou, no entanto, muito importante tudo o que foi dito, e afirmou saber mais ou menos o sítio referido, porque às vezes veem-se lá latas, pelo que o Sr. Vereador que detém o Pelouro ira tentar resolver a questão.----------

------ Uma pessoa do grupo referiu ainda que, quando dão ração, ainda se aguenta o cheiro, mas quando dão patê, não se pode ali passar, e no verão ainda é pior, para além do facto das latas não serem recolhidas por quem lá as coloca, Referiu ainda que só lhe falta ir à polícia porque sabe que é crime alimentar animais na rua, e que está na disposição de dar a cara e ir à polícia, porque quer que a sua neta e os netos de todos os outros possam vir para aquele local brincar e conviver num espaço tão bonito e agradável, uma vez que estão fechados tantas horas.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, agradeceu as palavras, sendo certo que todos os membros da Assembleia Municipal, sabem o que se passa, estão sensibilizados para o assunto, ficando o desafio ao Executivo para que o assunto que já tem sido recorrente, seja tratado devidamente, porque está-se a cometer um crime público. Referiu serem questões que têm a ver com a educação, com civismo, com a

infração da Lei e não devem deixar de atuar, tendo-se já falado em comunidades de gatos e em tanta coisa, que se espera agora uma atuação com alguma celeridade para que aquela situação se resolva.----------

------ Finalmente, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura desejou a todos um Feliz Natal e um Ano de 2025 cheio de sucessos profissionais e pessoais e, sendo 19h20 horas, deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.----------

------ O Presidente:

------ O Primeiro Secretário:

------ A Segunda Secretária: